

ISTVÁN MÉSZÁROS

PRODUÇÃO DESTRUTIVA E ESTADO CAPITALISTA

Para Além do Capital
— *Beyond Capital* —
(capítulos 15 e 16)

“Sob tais circunstâncias, quando uma proporção cada vez maior de trabalho vivo se torna *força de trabalho supérflua* do ponto de vista do capital, a ‘ciência econômica’ apologética subitamente descobre que a destituição de trabalho é um problema estrutural, e começa a falar de ‘*desemprego estrutural*’. O que esquece de acrescentar é, ‘simplesmente’, que *desemprego em massa é estrutural somente para o capital*, e não para o avanço do processo produtivo enquanto tal. A responsabilidade, desde que reconhecida, é obstinadamente lançada sobre os ombros do próprio ‘progresso tecnológico’, ao qual, naturalmente, ninguém pode conscientemente se opor, exceto talvez em nome da utopia pessimista do pensamento liberal desencantado denominado ‘economia estável’.”



editora **ensaio**
MOVIMENTO DE IDEIAS / IDEIAS EM MOVIMENTO

ISTVÁN MÉSZÁROS



PRODUÇÃO DESTRUTIVA E ESTADO CAPITALISTA



cadernos **V** SÉRIE
ensaio PEQUENO FORMATO

2ª EDIÇÃO
revisão e ampliação

CADERNOS ENSAIO
Direção
J. Chasin

CADERNOS ENSAIO V
Série Pequeno Formato
ISTVÁN MÉSZÁROS
Produção Destrutiva e Estado Capitalista
Título do original
The Decreasing Rate Of Utilization Under Capitalism
And The Capitalist State
BEYOND CAPITAL (Capítulos 15 e 16)
Merlin Press, London, 1995.
© do Autor
© da tradução: Editora ENSAIO

Tradução
Georg Toscheff e Marcelo Cipolla

Capa
Christof Gunkel

Revisão
Marcelo Cipolla e Equipe Ensaio

Diagramação, Composição e Filmes
Ensaio - Editoração Eletrônica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mészáros, István, 1930-
Produção destrutiva e estado capitalista / István Mészáros: [Tradução
Georg Toscheff e Marcelo Cipolla]. - São Paulo: Ensaio, 1999. - (CADERNOS
ENSAIO, Pequeno formato: v. 5). 2ª Edição, 1996.

1. Capitalismo 2. Comunismo 3. Crise econômica I. Título. II. Série.
CDD-330.122
-335.4
-338.542

89-0816

ISBN 85-85365-04-8

Índices Para Catálogo Sistemático

1. Capitalismo: Economia 330.122
2. Crises econômicas 338.542
3. Marxismo: Economia 335.4

1996
EDITORA ENSAIO
Rua Tupi, 784
01233-000 - São Paulo - SP
Telefone: (011) 67-2066
Fax-Modem: (011) 67-3437

ÍNDICE

CADERNOS ENSAIO - MANIFESTO EDITORIAL V7

PRODUÇÃO DESTRUTIVA E ESTADO CAPITALISTA

I - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE
NO CAPITALISMO21

1. DA MAXIMIZAÇÃO DO "CURSO PROVEITOSO DAS
MERCADORIAS" AO TRIUNFO DA PRODUÇÃO
DO DESPÉRDIO GENERALIZADA21

2. A RELATIVIZAÇÃO DE LUXO E NECESSIDADE35

3. TENDÊNCIAS E CONTRATENDÊNCIAS
DO SISTEMA DO CAPITAL55

4. OS LIMITES DA EXTRAÇÃO DE EXCEDENTE
ECONOMICAMENTE REGULADA61

5. A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE
E O SIGNIFICADO DE "TEMPO DISPONÍVEL"68

II - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE
E O ESTADO CAPITALISTA99

1. A LINHA DE MENOR RESISTÊNCIA
DO CAPITAL99

2. O SIGNIFICADO
DO COMPLEXO MILITAR-INDUSTRIAL 118

3. DAS 'GRANDES TEMPESTADES' A UM CONTINUUM
DEPRESSO: ADMINISTRAÇÃO DAS CRISES E
AUTO-REPRODUÇÃO DESTRUTIVA DO CAPITAL ...138

de Ricardo contra a burguesia é a mesma das outras ocasiões em que ele é contra o proletariado e a aristocracia. /.../ Ricardo não é vil quando equipara os proletários à maquinaria ou à besta de carga ou à mercadoria, porque de seu ponto de vista a 'produção' exige que os proletários não sejam mais do que máquinas ou bestas de carga, ou porque eles, efetivamente, não são mais do que mercadorias na produção capitalista" (II, IX, 2).

PRODUÇÃO DESTRUTIVA E ESTADO CAPITALISTA -
Cadernos Ensaio V - é uma pequena parte de *BC*. Por mais importante que seja e por mais cuidada que tenha sido pelo autor, está no interior de obra imensa, sem favor, o mais importante repositório de teses e questões jamais elaboradas no curso de décadas a propósito do desafio pela superação do *capital enquanto tal*. Concordar ou discordar, com uma ou outra das mesmas, é o mais simples e típico, especialmente na dilapidação pelo uso unilateral desta ou daquela. Diante do patrimônio de *BC*, atitude válida é a disposição para demorada e rigorosa meditação, aproveitando chance única de passar à reflexão pomenoizada de questões vitais para o resgate da revolução social. Todo o oportunismo, teórico e político, ao menos em respeito à grandeza da obra e à importância de seu propósito histórico, tem de ser liminarmente condenado.

Em verdade, este opúsculo é, antes de tudo, um momento preparatório para a leitura completa de *Para Além do Capital*, que será publicado na integra pela Ensaio, em seu conhecido empenho de oferecer ao leitor brasileiro o conjunto da obra de István Mészáros.

J. CHASIN
Agosto/1996.

PRODUÇÃO DESTRUTIVA E ESTADO CAPITALISTA - PARA ALÉM DO CAPITAL - *BEYOND CAPITAL*

(CAPÍTULOS 15 E 16)

I - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE NO CAPITALISMO

1. DA MAXIMIZAÇÃO DO "CURSO PROVEITOSO DAS MERCADORIAS" AO TRIUNFO DA PRODUÇÃO DO DESPERDÍCIO GENERALIZADA

Há um século e meio, Charles Babbage - pensador notável do início do século XIX¹, mas relativamente pouco conhecido e profundamente interessado pela economia política - exaltou os saldos princípios econômicos aplicados à conversão de "materiais de pouco valor" em produtos úteis e valiosos: "As desgastadas panelas e utensílios de lata de nossas cozinhas, para além do alcance do ofício do latoeiro, não são completamente imprésteáveis. Às vezes deparamos com carroças cheias de velhas chaleiras de lata e antigos baldes de ferro para carvão percorrendo nossas ruas. Esses objetos ainda não completaram seu curso proveitoso; as partes menos corroidas são cortadas em tiras, crivadas de pequenos furos e recobertas com um grosseiro

1. Charles Babbage foi um pensador perspicaz, com fortes interesses práticos. Defendeu a exploração produtiva da energia das mares já na década de 1830; fundou a "ciência da computação" e chegou a construir o primeiro computador (mecânico), embora a escala espantosamente grande que ele deu ao empreendimento o tenha impedido de terminá-lo. Em 1816 foi admitido como membro da Royal Society, mas adotou posição muito crítica quanto ao modo pelo qual essa instituição era administrada na época (pela ingerência de aristocratas), e em 1831 colaborou na fundação da British Association, como instituição alternativa, de amplas bases, para o avanço da ciência. Seu livro *On the Economy of Machinery and Manufactures* foi um grande sucesso: em 1832, 3.000 exemplares da primeira edição se esgotaram em poucos meses, aos quais seguiram-se outros milhares, apesar do comportamento duvidoso do "negócio" (*The Trade*), cujas práticas monopolistas Babbage denunciou vigorosamente em todas as edições subsequentes do livro.

verniz negro para uso do fabricante de baús, que protege com elas as arestas e ângulos de suas caixas; o que sobra é repassado aos fabricantes químicos dos arredores da cidade, que o empregam, em combinação com ácido pirrolenhoso, na fabricação de uma tintura negra utilizada pelos estampadores de algodão².

Hoje, ler essa narrativa é como ser lançado de volta a uma era pré-histórica para festemunhar, com um sorriso nos lábios, as patéticas práticas produtivas do homem das cavernas capitalistas, embora o tempo que nos separe dele seja bastante insignificante na escala da história humana. Pois, nas quinze décadas que se passaram desde os dias de Babbage, a medida da progressão do "capitalismo avançado" se tornou a eficácia com que o desperdício pode ser gerado e dissipado em escala monumental.

Que a tendência à geração de desperdício não seja um "desvio" em relação ao "espírito do capitalismo" e aos idealizados "sadios princípios econômicos" - que deveriam supostamente estabelecer a superioridade permanente deste sistema produtivo - é algo que transparece claramente mesmo de certas passagens do próprio livro de Babbage, embora as determinações subjacentes permaneçam encobertas a seu autor.

Em primeiro lugar, ao mesmo tempo em que Babbage enumera aquelas que ele considera ser as três vantagens do maquinário e da manufatura capitalistas, quais sejam: (1) o acréscimo que elas geram à força humana; (2) a economia de tempo humano que produzem; e (3) a conversão de substâncias aparentemente comuns e sem valor em produtos valiosos³, ele deve logo admitir que a importância da

2. Charles BABBAGE, *On the Economy of Machinery and Manufacture*, 4ª edição ampliada, Charles Knight, Londres, 1835, pp. 11-12.

3. *Id.*, p. 6.

segunda supera tudo o mais, inclusive os critérios pelos quais os materiais e instrumentos produtivos devem servir a propósitos úteis, em vez de serem descartados como imprestáveis. É assim que Babbage enfatiza o papel crucial do tempo: "Este efeito [isto é, a economia de tempo humano] é tão extenso e importante que, se estivéssemos inclinados a fazer uma generalização, poderíamos englobar quase todas as vantagens sob essa única categoria"⁴. Uma vez que Babbage, porém - à semelhança de todos os outros grandes economistas políticos burgueses -, só é capaz de enxergar o lado positivo de tais desenvolvimentos, ele não pode dar atenção às implicações destrutivas da tirania capitalista do tempo (*mínimo*) necessário para a produção, ao qual devem ser subordinadas todas as demais considerações. Pois a mesma tendência de quantificação universal que se revela, a partir do ponto de vista do trabalho, como uma força que degrada o ser humano, transformando-o em "carcaça do tempo" (Marx), aparece do ponto de vista do capital como medida incontestavelmente objetiva e solução ideal a todas as possíveis disputas legítimas entre capital e trabalho: "Seja, com efeito, de grande vantagem mútua para o trabalhador de indústria e para o artífice de todo ramo de negócios, se as máquinas nele empregadas pudessem registrar a quantidade de trabalho que eles realizam, assim como um motor a vapor registra o número de cursos do pistão. A introdução de tais dispositivos dá maior estímulo ao esforço honesto do que se pode agora imaginar, e elimina uma das fontes de discordância entre as partes, cujos verdadeiros interesses ficam sempre prejudicados por qualquer desavença entre elas"⁵.

É devido a esta identificação com o ponto de

4. *Id.*, p. 8.

5. *Id.*, p. 297.

vista da economia política que as observações críticas de Babbage só podem consistir em vislumbres isolados, e que suas importantes implicações para o desenvolvimento futuro do sistema capitalista tenham de permanecer encobertas para ele.

É muito significativo que, depois de recomendar que as máquinas sejam construídas de acordo com o padrão mais elevado possível, Babbage observe que "As máquinas destinadas à produção de qualquer mercadoria de grande demanda quase nunca gastam-se realmente; novas melhorias, pelas quais as mesmas operações podem ser executadas melhor ou mais depressa, geralmente as superam muito antes de aquilo acontecer: com efeito, para que tal máquina melhorada seja lucrativa, costuma-se estimar que em cinco anos ela já deva ter pago a si mesma, e que em dez seja superada por uma melhor"⁶.

Além disso, ele também observa que "Durante as grandes especulações no ramo de patentes, as melhorias sucediam-se tão rapidamente que máquinas que nunca haviam sido terminadas eram abandonadas nas mãos de seus inventores, porque novas melhorias haviam superado sua utilidade"⁷. Assim, segundo Babbage, as implicações negativas de tais fenômenos - por mais lastimáveis que sejam - podem ser seguramente rejeitadas como aberrações, uma vez que só surgem sob as condições não-típicas (isto é, teoricamente não-necessárias a partir do ponto de vista do capital como um todo) da "especulação".

Do mesmo modo, uma tendência geral da produção capitalista é vista como algo que só diz respeito a circunstâncias especiais, e que portanto encontra sua plena justificação no preço diferencial do trabalho: "O efeito da concorrência, tornar mais baratos os artigos manufaturados, às vezes opera no sentido de

6. *ib.*, p. 285.

7. *ib.*, p. 286.

torná-los menos duráveis. Quando tais artigos são enviados para consumo num lugar distante, e se quebriam, muitas vezes ocorre que, sendo o preço do trabalho mais alto no lugar onde são usados do que naquele em que foram feitos, acaba sendo mais caro conservar o artigo velho do que comprar um novo"⁸.

Assim, deve-se ignorar por completo o fato de que, em sua tendência geral, o modo capitalista de produção é inimigo da durabilidade e que, portanto, no decorrer de seu desdobramento histórico, deve salapar de toda maneira possível as práticas produtivas orientadas para a durabilidade, inclusive comprometendo deliberadamente a qualidade. Ao invés, as manifestações dessa tendência devem ser justificadas em função da necessidade de concorrência, da utilização racional dos recursos de trabalho - ambas tratadas como necessidades (ideais) inteiramente benéficas - e coisas afins. A possibilidade de que seias conseqüências negativas possam surgir da saturação do mercado devida à permanência de certos produtos é contemplada na obra de Babbage por um momento, num contexto limitado: "Se ele [um produto como o vidro laminado] fosse indestrutível, o preço diminuiria continuamente; e a menos que um aumento na demanda surgisse de novos usos ou de um maior número de consumidores, uma única manufatura, inconfiada pela concorrência, seria finalmente levada a fechar as portas, expulsa do mercado pela permanência dos próprios produtos"⁹.

Entretanto, a leitura francamente positiva que o autor faz das tendências produtivas e distributivas do capital prevalece mais uma vez e propõe uma solução otimista a todos os problemas desse tipo: "Os artigos ficam velhos pela deterioração propriamente dita, ou pelo desgaste de suas partes; por melhorias

8. *ib.*, p. 292.

9. *ib.*, p. 150.

na maneira de os construir, ou por modificações na forma e no estilo, exigidas pelo gosto variável da época. Nos dois últimos casos, sua utilidade quase não é diminuída; e, sendo menos procurados por aqueles que até então os haviam empregado, são vendidos a preço reduzido para uma classe da sociedade situada abaixo da de seus antigos possuidores. Por isso, muitos artigos de mobiliário, como mesas e cadeiras bem construídas, são encontrados no domicílio daqueles que teriam sido incapazes de comprá-los quando novos; /.../ Assim, o gosto pelo *luxo* se propaga de cima a baixo na sociedade; e, depois de curto período, a quantidade daqueles que adquiriram novos desejos se torna suficiente para indicar o engenho do manufaturador a reduzir o custo de atendê-los, ao passo que ele mesmo se beneficia da maior escala da demanda¹⁰.

Naturalmente, no quadro de tal perspectiva, não pode surgir a questão de saber o que acontece quando se atingissem os limites do sistema capitalista e suas contradições não pudessem ser removidas pela "propagação do gosto pelo luxo de cima a baixo na sociedade". Na verdade, a existência de verdadeiros antagonismos e contradições irreconciliáveis não pode ser admitida de modo algum. Supõe-se que o sistema funciona em benefício de todos, como se demonstrava também pela propagação de cima a baixo do gosto pelo luxo. Na medida em que os conflitos são de fato reconhecidos, devem ser conceitualizados como dificuldades temporárias que podem ser superadas mediante a aplicação dos métodos científico-tecnológicos e gerenciais-organizacionais adequados¹¹. Os avanços na produtividade são considerados *a priori* como bons e desejáveis. Não

10. *Ib.*, pp. 148-9.

11. Babbage pode com razão ser considerado também o fundador da "ciência da administração", oitenta anos antes de F.

se podem questionar as condições sob as quais tais avanços são obtidos nem tampouco, com efeito, suas implicações potencialmente danosas, uma vez que eles constituem a estrutura - capitalista - e a medida de toda avaliação possível. Portanto, como seria de se esperar, a dimensão negativa de todas as tendências dominantes do desenvolvimento socioeconômico em curso deve permanecer encoberta,

W. Taylor. A diferença entre as opiniões de ambos é parcialmente explicável pelo estágio muito mais avançado da tecnologia capitalista na época de Taylor. É mais importante, porém, a atitude deles em relação aos sindicatos (ou "combinations"). Enquanto Babbage quer eliminar do caminho dos sindicatos as restrições e proibições artificiais - mesmo estando plenamente convencido de que, em seu "novo sistema de manufatura", não haveria necessidade de associações específicas de trabalhadores -, Taylor é francamente anti-sindicalista.

Babbage insiste constantemente na importância da medida e da verificação precisas, tentando otimizar as vantagens produtivas da máquina mediante a superposição de seu poder de controle sobre a atividade humana. Eis como ele descreve o processo: "Uma das grandes vantagens que podemos derivar da máquina é a barreira que ela constitui contra a desatenção, a ociosidade ou a desonestidade de agentes humanos. /.../ É possível que o mais útil aparelho desse tipo seja aquele que verifica a vigilância de um guarda-noturno. É um mecanismo ligado a um relógio colocado num cômodo inacessível ao guarda-noturno; mas ele recebe a ordem de puxar um cordão numa parte determinada de sua ronda uma vez a cada hora. O instrumento, convenientemente denominado *dedo-duro*, informa o proprietário se o indivíduo perdeu alguma hora durante a noite, e qual foi ela". (*Ib.*, pp. 54-5).

Entretanto, no conjunto, sua atitude em relação ao trabalho é a de um "capitalista esclarecido" que condena vigorosamente a dupla exploração do trabalho através do "truck system" (que obriga os trabalhadores a comprar seus viveres na loja da fábrica a preços exorbitantes) e defende várias medidas - frequentemente ingênuas - para aliviar a grande penúria do desemprego abruptamente infligido aos trabalhadores em épocas de superprodução. Demonstrando, sem querer, que as ilusões do "capitalismo popular participativo" são quase tão velhas quanto o próprio capitalismo, ele chega a apresentar a proposta completamente utópica de um "novo sistema de manufatura", recomendando suas virtudes nos termos seguintes: "Creio que tal sistema de dirigir as manufaturas aumentaria grandemente a força produtiva de qualquer país que o adotasse; e creio que nosso país goza de facilidade muito maior para o adotar do que outros países, devido a maior inteligência e à mais elevada educação das classes trabalhadoras. O sistema começaria naturalmente em

até mesmo aos melhores e mais honestos pensadores, que as contemplam a partir do ponto de vista da economia política e visualizam as dificuldades do sistema como prontamente receptivas ao tipo de solução que ocorre ser compatível com os parâmetros produtivos e distributivos do capital.

alguma cidade grande, mediante a união de alguns dos trabalhadores mais prudentes e ativos; se obtivessem êxito, seu exemplo seria seguido por outros. A seguir, o pequeno capitalista se uniria a eles, e tais fábricas continuariam aumentando até que a concorrência forçasse o grande capitalista a adotar o mesmo sistema; por fim, todas as faculdades de todo homem ligado à manufatura estariam concentradas neste único objeto - a arte de produzir um bom artigo ao custo mais baixo possível; /.../ (ib., p. VIII).

Convencido de que o conflito entre capital e trabalho é causa de muito desperdício e complicações desnecessárias, a principal razão pela qual ele deseja introduzir seu novo sistema - que começaria com um empreendimento cooperativo entre os melhores trabalhadores (que investem suas economias) e alguns pequenos capitalistas - é a eliminação de tais conflitos, afirmando: "Uma opinião das mais errôneas e infelizes prevalece entre os trabalhadores de muitos países manufatureiros: a de que há divergências entre seus interesses e os de seus empregadores. As consequências disto são: que máquinas valiosas são às vezes deixadas sem cuidados, e até danificadas em segredo; que novas melhorias introduzidas pelo proprietário não são experimentadas como deviam ser; e que os talentos e observações dos trabalhadores não se dirigem à melhoria dos processos nos quais estão empregados" (ib., p. 250).

E eis como ele resume os principais benefícios de seu sistema: "Os resultados de tais arranjos numa fábrica seriam estes:

1. Que todo indivíduo nela empregado teria interesse direto em sua prosperidade, visto que os efeitos de qualquer sucesso ou fracasso produziriam quase imediatamente uma mudança correspondente em seus proventos semanais;
2. Que todo indivíduo ligado à fábrica teria interesse imediato em prevenir qualquer desperdício ou má administração em todos os departamentos;
3. Que os talentos de todos a ela vinculados seriam fortemente dirigidos à melhoria de todos os seus departamentos;
4. Que só os trabalhadores de excelente caráter e qualificações poderiam ingressar em tais estabelecimentos;
5. Quando uma circunstância qualquer produzisse saturação de mercado, mais habilidade seria direcionada à diminuição do custo de produção;
6. Outra vantagem, de não pouca importância, seria a eliminação

No curso da história, avanços na produtividade inevitavelmente modificam o padrão de consumo, bem como a maneira pela qual serão utilizados tanto os bens a serem consumidos quanto os instrumentos com os quais são produzidos. Tais avanços, além do mais, afetam profundamente a natureza da

total de todas as causas, reais ou imaginárias, de associação sindical. O trabalhador e o capitalista estariam tão fundidos um ao outro, sua comunidade de interesses seria tão evidente, suas dificuldades e sofrimentos seriam tão bem compreendidos entre eles que, em vez de associar-se para oprimir uns aos outros, a única associação existente seria uma fortíssima união entre os dois paridos para superar suas dificuldades comuns" (ib., pp. 257-8).

É claro que Babbage não é nem um pouco cego para o seguinte fato: "Seria difícil convencer o grande capitalista a entrar em qualquer sistema que modificasse a divisão dos lucros advindos do emprego do capital para pôr em ação a habilidade e o trabalho; deve-se esperar, portanto, que qualquer alteração paria do pequeno capitalista ou da classe superior dos trabalhadores, que combinam os dois caracteres" (ib., p. 254).

Na verdade, ele percebe que a diminuição da fatia de lucro do capitalista, que de bom grado admite ser implicação necessária de seus argumentos que recomendam o novo sistema de manufatura aos trabalhadores, pode antepor grandes obstáculos à adoção de seu esquema. Mas procura resolver essa dificuldade aventando um "efeito presumível" que seria (se desejaria que fosse) capaz de resolver o problema: "Uma das dificuldades ligadas a esse sistema é que os capitalistas, de início, teriam medo de se envolver, imaginando que os trabalhadores receberiam uma parcela muito grande dos lucros; e é bem verdade que os trabalhadores teriam uma parcela maior do que agora; ao mesmo tempo, porém, presume-se que o efeito do sistema todo seria o seguinte: como os lucros totais do estabelecimento seriam muito maiores, a proporção menor que caberia ao capital sob este sistema ainda assim seria maior, em valor absoluto, do que a que lhe resultaria de sua parcela maior no sistema ora existente" (ib., p. 258).

F. W. Taylor reproduz as sugestões de Babbage ao insistir que, como resultado da adoção de sua abordagem, "A grande revolução que se dá na atitude mental dos dois partidos sob a administração científica é que ambos os lados deixam de ver a divisão do excedente como o assunto mais importante, e juntos dedicam sua atenção a aumentar o tamanho do excedente até que este se torne tão grande que já não seja necessário brigar a respeito de como dividi-lo". (Cf. p. 88 de *Management Thinkers*, org. por Anthony TILLET, Thomas KEMPNER e Gordon WILLS;

atividade produtiva em si, determinando também, ao mesmo tempo, a proporção segundo a qual o tempo disponível integral de uma determinada sociedade será distribuído entre a atividade necessária para o seu intercâmbio metabólico básico com a natureza e todas as outras funções e atividades nas quais se engajam os indivíduos da sociedade em questão.

A taxa de utilização decrescente está, em certo sentido, claramente implícita nos avanços conquistados

Penguin Books, Harmondsworth, 1970.) A grande diferença é que Babbage concede aos trabalhadores um certo controle mediante sua participação num empreendimento "cooperativo" ao lado dos capitalistas, enquanto Taylor não concede nenhum.

Contudo, a irrealidade da utopia de Babbage não advém somente de sua incompreensão das raízes do antagonismo entre capital e trabalho e, logo, de sua irreconciliabilidade última. Quanto a isto, é igualmente importante sua omissão em reconhecer a tendência para a concentração e centralização do capital e o fato de que, enquanto se permanece no interior da estrutura capitalista, não se podem interpor obstáculos duráveis no caminho de tais tendências. Ele tenta até imaginar um requisito energético tecnológico utópico para fazer parelha com sua utopia econômico-organizacional, antevendo um potencial retorno ao tipo doméstico de manufatura - fantasia semelhante à que alguns têm hoje, em relação a uma futura "economia caseira" baseada na tecnologia dos computadores -, como se a concentração de riqueza que vai se desenvolvendo fosse devida simplesmente a fatores tecnológicos: "Caso se conseguisse descobrir um meio de transmitir energia a grandes distâncias sem muita perda devida à fricção, e de, ao mesmo tempo, registrar a quantidade de energia utilizada em qualquer ponto determinado, provavelmente ocorreria uma mudança considerável em muitos setores do atual sistema de manufatura. Então, algumas usinas centrais para a produção de energia poderiam ser erguidas em nossas grandes cidades; cada trabalhador, comprando uma quantidade de energia suficiente para seus propósitos, poderia tê-la transmitida até sua própria casa; e assim, caso se julgasse mais lucrativo, em alguns casos poderia efetuar-se uma transição de volta do sistema das grandes fábricas para o da manufatura doméstica" (ib., p. 290).

Como todos sabemos, a descoberta da eletricidade e o estabelecimento de redes de energia não só nacionais, mas até globalmente interconexas - tanto de eletricidade como de gás - contribuiu em grande medida para a concentração e centralização da indústria capitalista, e não, como queria Babbage, para sua descentralização ou volta à "manufatura doméstica".

em relação à própria produtividade. Ela se manifesta, inicialmente, na proporção variável em que uma sociedade aloca quantidades determinadas de seu tempo disponível total para a produção de bens de consumo rápido (por exemplo comida), em contraponto aos que continuam utilizáveis (isto é, re-utilizáveis) por um período de tempo maior: uma proporção que obviamente tende a se modificar a favor dos últimos.

É, pois, extremamente problemático afirmar que, ultrapassado certo ponto na história do "capitalismo avançado", este processo - que é intrínseco ao avanço produtivo em geral - esteja completamente revertido e da forma mais intrigante. Ou seja, que a "sociedade descartável" encontre o equilíbrio entre produção e consumo, necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder artificialmente "consumir" em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) grandes quantidades de mercadorias, que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente duráveis. Desse modo, ela se mantém como sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados "bens de consumo duráveis", de tal sorte que estes necessariamente tenham que ser lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos "cemitérios de automóveis" como ferro-velho etc.) muito antes de esgotada sua vida útil. Na realidade, como veremos posteriormente, o "capitalismo avançado" também inventa um tipo de produção - centrado em torno do complexo militar-industrial - em relação ao qual o tradicional estímulo ao consumo (utilidade) só pode ser, se tanto, marginalmente aplicado, de modo que os produtos resultantes podem juntar-se às montanhas de mercadorias "consumidas" no momento em que atravessam os portões das fábricas, ao mesmo tempo em que consomem destrutivamente imensos recursos materiais e

humanos no curso de sua produção.

Uma vez que a proporção variável da atividade produtiva a ser dividida entre bens imediatamente "utilizados" e "re-utilizáveis" a favor dos últimos é uma característica intrínseca ao avanço produtivo, a riqueza e o nível de desenvolvimento econômico de uma sociedade podem, até certo ponto, ser adequadamente avaliados por ela. Conseqüentemente, seria desejável, em princípio, que mais e mais recursos de uma sociedade fossem destinados à produção de bens *re-utilizáveis* (e, naturalmente, genuinamente *utilizados* e *re-utilizados*) - de habitações duráveis e esteticamente agradáveis a meios de transporte rápidos e confortáveis, ou ainda, de esculturas e pinturas a obras de arte literárias ou musicais etc. - contanto que as necessidades básicas de todos os membros da sociedade estivessem adequadamente atendidas.

A taxa de utilização decrescente dos bens e serviços produzidos pela sociedade, assim como das forças produtivas e dos instrumentos necessários à sua produção, é um corolário desta variável proporção primária a favor dos produtos mais duráveis. Aqui, entretanto, a questão se torna muito mais complexa. Ainda que a variação favorável ao dispêndio de uma quantidade crescente de recursos produtivos socialmente disponíveis em bens re-utilizáveis (do que em gêneros mais elementares necessários para a produção físico-biológica dos indivíduos) seja efetivamente uma conquista inequivocamente positiva, o mesmo não poderia ser dito sobre a taxa de utilização decrescente em sua variante capitalista. Esta última decrescente em sua variante capitalista ao avanço produtivo em si, uma vez que uma série de condições muito especiais tem que ser satisfeita - acima de tudo a separação dos produtores dos meios e dos materiais de sua atividade produtiva, e, desta

maneira, sua forçosa alienação das condições objetivas de sua auto-reprodução - antes que ela possa ser plenamente atendida sob a dinâmica expansionista do capitalismo. Muito menos ainda as complexas manifestações da taxa de utilização decrescente, no campo da produção e do consumo, estão isentas de problemas em sua forma "capitalista avançada".

Um exemplo relativo ao desenvolvimento dos instrumentos de produção ilustra bem as diferenças. A este respeito, o uso constante dos instrumentos de produção disponíveis está confinado a estágios extremamente primitivos de desenvolvimento histórico, quando as ferramentas referidas são quase que literalmente a "extensão inorgânica do corpo" do produtor primitivo. À medida que as capacidades produtivas humanas - e suas objetivações palpáveis na forma de utensílios produtivos - crescem e cumulativamente se tornam mais variadas, mudanças significativas ocorrem em relação à sua utilização no processo laborativo. Por conseguinte, considerada sob a ótica de um estágio muito mais avançado, a especialização manifesta na multiplicidade das diferentes ferramentas empregadas pelo artesão, que reúne uma gama de habilidades em uma só pessoa (por exemplo o mestre-artesão), inevitavelmente traz consigo o fato de que parte dos instrumentos de produção (na realidade, até sua maioria) permaneça sem uso, enquanto outros estão sendo usados por ele.

Este tipo de "sub-utilização", entretanto, é radicalmente diferente da que experimentamos sob as condições do capitalismo. Pois o próprio mestre-artesão não está de maneira alguma ocioso quando usa a serra em vez do formão ou do martelo. Em contraste, o instrumento de produção capitalista - um maquinário produtivo crescentemente interdependente, articulado através da minuciosa divisão e re-unificação do trabalho, de acordo com as determinações

verticais e horizontais do processo laborativo capitalista - é pela sua própria natureza um instrumento social, que só pode ser empregado produtivamente em conjunto.

A articulação inerentemente social da maquinaria produtiva capitalista implica, como pré-requisito para sua *higidez*, a necessidade de sua *continua* utilização. Esta é uma exigência que deve ser satisfeita, caso se queira evitar a "reação em cadeia" das assim chamadas "disfunções temporárias", de consequências mais ou menos destrutivas. Conseqüentemente, a sub-utilização (ou não-utilização) da maquinaria produtiva capitalista em determinadas condições socioeconômicas (por exemplo, crises periódicas; porém, como logo veremos, cada vez menos só e tão-somente sob as circunstâncias de tais crises) é a manifestação de uma séria *doença social*. Isso contrasta fortemente com a inevitável normalidade de deslocamento no sistema artesanal de um segmento para outro, num processo individualmente controlado do exercício múltiplo de peifícia. Isso está em plena concordância e adequação com as características inerentes ao modo de produção em questão e com o nível de desenvolvimento historicamente alcançado pelas habilidades e instrumentos produtivos socialmente acumulados.

Desse modo, uma análise do desenvolvimento histórico da produção em relação com a taxa de utilização decrescente nos apresenta um quadro paradoxal, realmente contraditório. De um lado, por um longo período histórico, ela caminha lado a lado com a variação positiva da proporção entre bens utilizados e reutilizáveis; enquanto é assim mantêm-se sem problemas com relação à sua futura extensão, mas também muito limitada em sua extensibilidade, confinando a maioria dos seus benefícios a uma parte extremamente limitada do conjunto social (e, assim,

provando ser problemática por causa de seu caráter necessariamente limitado). Em contraste, por outro lado, a tendência da taxa de utilização decrescente atinge seu pleno escopo apenas com o desdobramento das potencialidades produtivas do capital, que acenam com a supressão das contradições associadas ao caráter até então limitado da tendência. Entretanto, a dinâmica dos desenvolvimentos capitalistas não pode simplesmente remover as limitações primitivas da trajetória da taxa de utilização decrescente. Ela simultaneamente tem de tornar algumas das novas manifestações dela muito *problemáticas* desde o princípio e *creescentemente* com o passar do tempo. Assim, como resultado da absurda reversão dos avanços produtivos em favor dos produtos de consumo rápido e da dissipação destrutiva de recursos, o "capitalismo avançado" tende a impor à humanidade o mais perverso tipo de existência imediatista, totalmente destituída de qualquer justificativa em relação com as limitações das forças produtivas e das potencialidades da humanidade acumuladas no curso da história.

2. A RELATIVIZAÇÃO DE LUXO E NECESSIDADE

Entretanto, ninguém pode questionar que uma mudança qualitativa, e a princípio "civilizada", ocorre em relação com as várias manifestações produtivas da taxa de utilização decrescente através do desenvolvimento do capitalismo. Todos os tipos

de constrangimento são abolidos quando a dinâmica do capital, outrora inimaginável, faz valer seus direitos com eficácia irresistível, apesar de suas múltiplas contradições.

Uma das frentes mais importantes em que a batalha é travada (e vencida) diz respeito à legitimação do "luxo". O tema - cujas teorizações remontam à época da Antigüidade clássica - é debatido com grande vigor a partir do final do século XVII, a despeito de uma oposição tanto ideológica quanto prática.

Sem dúvida, passa-se algum tempo antes que todas as implicações do papel do "luxo" na expansão da produção capitalista possam aparecer em primeiro plano. Não obstante, a avaliação positiva do "luxo" se faz presente desde um estágio muito primitivo dos desenvolvimentos capitalistas. É saudado ao mesmo tempo como fator vital de motivação (promessas de recompensas individuais para todos e particularmente para os membros das classes dominantes) e como esfera claramente vantajosa da expansão produtiva para o sistema como um todo. Na verdade, pode-se ver neste contexto que o "espírito do capitalismo" weberiano não é somente irrelevante para a compreensão da maneira pela qual o sistema capitalista de produção e distribuição funciona no século XX; é também profundamente enganador no que diz respeito às tendências fundamentais de desenvolvimento desse sistema desde seu início.

A maneira pela qual Weber teoriza essa questão adquire plausibilidade pela fusão sistemática entre motivação e causalidade e pela obliteração da segunda em favor da primeira. Tal método coloca obstáculos irremovíveis no caminho da compreensão histórica. Pois, enquanto que as racionalizações subjetivas de alguns capitalistas individuais podem se acomodar ao padrão weberiano - e, mesmo nesse

1 - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE 2. A RELATIVIZAÇÃO DE LUXO E NECESSIDADE

caso, só por um período de tempo relativamente curto -, as determinações objetivas do sistema capitalista enquanto rede causal não podem se tornar inteligíveis sem que se ponha em foco a adoção necessária do "luxo" (isto é, sua "reabilitação" prática, independentemente da retórica) como estrutura orientadora da expansão produtiva.

A atitude radicalmente nova em relação ao "luxo" é inerente ao modo pelo qual o capitalismo define sua relação com o valor de uso e o valor de troca, atacando os constrangimentos associados à produção orientada para o valor de uso, bem como a racionalização direta ou indireta do modo de produção e consumo severamente limitado que é inseparável dessa produção. Assim, a reabilitação prática do luxo representa um imperativo estrutural objetivo do sistema do capital enquanto novo regulador do metabolismo social. As próprias práticas produtivas que se modificaram espontaneamente têm prioridade histórica também sob este aspecto e encontram suas expressões teóricas adequadas - que insistem na dinâmica produtiva e no caráter globalmente benéfico do "consumo de coisas supérfluas", que já fora moralmente condenado - paralelamente à consolidação do novo sistema.

É assim que Adam Ferguson - um dos maiores vultos do Iluminismo escocês (que não era, de modo algum, acrífico em relação ao caráter desumano e às contradições do sistema capitalista de produção e troca) - resume muitos séculos de controvérsia em torno do tema, com interesse especial pelos debates do início do século XVIII. Ele se bate vigorosamente em favor do "luxo", já em 1767 - época em que os caminhos do desenvolvimento socioeconômico ulteriores, assim neste aspecto como em muitos outros, já estão firmemente traçados: "Podemos propor que se pare o avanço das artes em qualquer estágio de

seu progresso, e assim incorrer na acusação de luxo por parte daqueles que não avançaram tanto. O arquiteto e o carpinteiro de Esparta limitavam-se a usar o machado e o serrote; mas a casa espartana teria passado por um palácio na Trácia; e se a disputa se voltasse para o conhecimento do que é fisicamente necessário à preservação da vida humana, enquanto padrão do que seja moralmente lícito, as escolas de física, bem como as de moral, provavelmente discordariam sobre o assunto, deixando cada indivíduo, tal como no presente, livre para encontrar uma regra qualquer para si mesmo. A maioria dos casuístas considera o costume de sua própria era e situação como padrão para a humanidade. Se em uma era ou situação ele condena o uso de uma carruagem, em outra não teria censurado menos o uso de sapatos; e a mesma pessoa que se pronuncia contra a primeira provavelmente não pouparia tampouco os segundos, se já não fossem conhecidos de eras anteriores à sua. O crítico nascido numa cabana e acostumado a dormir sobre palha não sugere que os homens voltem a buscar os bosques e cavernas como abrigo; ele admite o caráter razoável e a utilidade daquilo que já lhe é familiar; e só percebe excesso e corrupção nos mais novos refinamentos da geração nascente¹².

Assim, contra as pretensões do absolutismo moral, a questão do "luxo" precisa ser relativizada de modo a tornar possível a legitimação das práticas produtivas orientadas para o aumento da "riqueza da nação" por meio da larga expansão da quantidade e variedade das mercadorias consumíveis individualmente. É assim que a recém-descoberta dinâmica produtiva se torna o objetivo da humanidade e a

12. Adam FERGUSON, *An Essay on the History of Civil Society* (1767), publicado com uma introdução de Duncan Forbes, Edinburgh University Press, 1966, p. 245.

multiplicação da riqueza se torna o objetivo da produção.

II.

A relativização e legitimação do luxo e o reconhecimento da produção de riqueza material - individualisticamente orientada - como objetivo da humanidade acarretam também, inevitavelmente, a relativização dos valores. Pois o sistema produtivo em cuja estrutura tais objetivos se realizam baseia-se na concorrência e na afirmação e justificação concomitantes dos interesses rivais - bem como dos valores a eles associados - das partes litigantes que apresentam suas pretensões exclusivistas para a divisão do produto social.

Esta relativização do luxo e da necessidade, da destruição e da produção, do vício e da virtude - ao lado dos interesses e contradições subjacentes -, é detalhadamente exposta, com reconhecimento claro e desavergonhado do caráter explorador do sistema, na *Fábula das Abelhas* de Bernard Mandeville, publicada mais de 60 anos antes do seminal *Ensaio sobre a História da Sociedade Civil*, supracitado, de Ferguson:

Multidões enchem a fecunda colméia;

Mas as mesmas multidões a faziam prosperar;

Milhões empenhavam-se para alimentar

A vaidade e a luxúria uns dos outros;

Enquanto outros milhões eram empregados

Para ver suas obras destruídas;

Guarneceram metade do universo;

Mas tinham mais trabalho que operários.
Alguns, de bolsas grandes e poucas dores,
Lançaram-se em negócios de grande proveito;
Alguns foram condenados à foice e à picareta,
E todos os demais ofícios duros e fátigosos
Em que os desgraçados de bom grado suam
todos os dias
Desgastando as forças e os membros para co-
mer.

E todos aqueles que, na inimizade,
Com manobras inequívocas, astuciosamente
Converteram para o próprio uso o trabalho
Do seu próximo, bondoso e imprudente,
Foram chamados Velhacos; mas não se fale es-
se nome;

Os industriais sérios eram a mesma coisa.
Todos os ofícios e lugares conheciam alguma
trapaça,
Não havia vocação sem fraude¹³.

13. Vast Numbers thronged the fruitful Hive;/Yet those vast Numbers made 'em thrive;/Millions endeavoured to supply/Each other's Lust and Vanity;/Whilst other Millions were employ'd/To see their Handiworks destroy'd;/They furnished half the Universe;/Yet had more Work than Labourers./Some with vast Stocks, and little Pains/Jump'd into Business of great Gains;/And some were damn'd to Scythes and Spades;/And all those had laborious Trades;/Where willing Wretches daily Swear;/And wear out Strength and Limbs to eat;/And all those, that, in Enmity/With down-right Working, cunningly/Convert to their own Use the Labour/of their good-natur'd headless Neighbour,/These were called Knaves; but bar the Name,/The grave industrious were the Same./All Trades and Places knew some Cheat,/No Calling was without Deceit. Bernard MANDEVILLE, *The Fable of the Bees: Our Private Vices, Publick Benefitts*. Publicado com uma introdução de Philip Hart, Penguin Books, Harmondsworth, 1970, p. 64. A edição da Penguin contém vários outros escritos que Mandeville acrescentou a seu poema entre 1714 e 1724. São eles: "An Enquiry into the Origin of Moral Virtue"; "An Essay on Charity, and Charity Schools"; "A Search into the Nature of Society"; e "A Vindication of the Book and an Abusive Letter to Lord C.". As citações seguintes são tiradas de todas essas obras.

Com efeito, nem mesmo aquela que tradicionalmente se considera o paradigma da virtude - a Justiça - escapa à sardônica caracterização de Mandeville como uma forma de vício, praticada em favor dos ricos:

A própria Justiça, famosa pelo bom proceder,
Não perdera, por ser cega, o sentimento;

Não obstante, pensava-se que sua espada
Só atingia os pobres e desesperados;
Que, levados pela pura necessidade,
Eram pendurados do desgraçado madeiro
Por crimes que tal sorte não mereciam,
Não fosse para proteger os grandes e os ricos¹⁴.

Outras concepções da sociedade e da natureza humana - como a teoria moral de Lorde Shaftesbury, categoricamente repudiada por Mandeville - postulavam a sociabilidade natural do homem e a busca do bem comum, escolhido pelos indivíduos que seguem os ditames da Razão e do Bom-Senso. Pressupunham também que a Virtude e o Vício - a primeira do lado do bem comum e o segundo voltado contra ele - são realidades permanentes: as mesmas em todos os países e épocas.

Em completa contraposição, Mandeville afirma em todos os seus escritos que "as coisas são boas ou más por referência a alguma outra coisa e de acordo com a luz sob a qual são vistas e a posição em que são colocadas. O que nos agrada é bom sob

14. Justice her self, famed for fair Dealing;/By blindness had not lost her Feeling;/Yet, it was thought, the Sword she bore/Check'd but the Desperate and the Poor;/That, urged by mere Necessity,/Were tied up to the wretched tree/For Crimes, which not deserv'd that Fate;/But to secure the Rich and Great. *ib.*, p. 67.

esse aspecto, e por esta norma todo homem deseja o próprio bem com todas as suas forças, sem nenhum respeito pelo próximo. /.../ Quando as espigas de trigo se enchem na primavera, e o país todo se regozija em face disso, o fazendeiro rico que guardou a safra do ano passado à espera de melhor mercado lamenta-se pelo que vê e interiormente se angustia pelo prognóstico de uma colheita abundante¹⁵.

Ainda assim, esta concepção está longe de ser arbitrária, ocupada em exaltar a irreconciliabilidade dos gostos e razões subjetivas. Mandeville, pelo contrário, preocupa-se em salientar que as relatividades identificadas repousam sobre sólida base material. Com efeito, ele afirma reiteradamente que tais relatividades acham-se profundamente radicadas na objetividade reciprocamente fortalecida de uma dupla determinação: as condições e circunstâncias

15. *Ib.*, p. 369. Mandeville não hesita em pôr de lado também a moral religiosa em favor de uma visão "escandalosamente" secular do bem e do mal, definida em função da contribuição de ambos à riqueza da sociedade: "A religião é uma coisa, e o comércio é outra. Aquele que mais atormenta milhares de seus próximos e que inventa as manufaturas mais operosas é, certo ou errado, o melhor amigo da sociedade" (*Ib.*, p. 258). Do mesmo modo, para ele, a "sociabilidade" não é uma característica beneficentemente concedida, implantada pela natureza no homem, mas o difícil resultado de determinações conflitantes, visto que "a sociabilidade do homem surge destas duas coisas somente, a saber, a multiplicidade de seus desejos e a contínua oposição com que ele se depara em suas tentativas de os satisfazer" (*Ib.*, p. 347). Toda a concepção de Mandeville quanto a isto é resumida na seguinte passagem: "Ogulho-me de ter demonstrado que nem as qualidades amigáveis e os afetos bondosos que são naturais ao homem, nem as verdadeiras virtudes que ele é capaz de adquirir mediante a razão e a abnegação de si mesmo, constituem o fundamento da sociedade; mas aquilo que denominamos o mal deste mundo, não só natural como também moral, é o majestoso princípio que faz de nós criaturas sociais, e ele a base sólida, a vida e o sustento de todos os ramos de negócio e todas as ocupações, sem exceção: nele devemos buscar a verdadeira origem de todas as artes e ciências e, no momento em que não houver o mal, a sociedade ficará deteriorada, sendo mesmo totalmente dissolvida" (*Ib.*, p. 370).

socialis mutáveis, por um lado, e a natureza (ou natureza humana), por outro. Coerentemente, a insuperável relatividade de Vício e Virtude, bem como a paradoxal, mas inevitável, dependência da vida humana em relação a ambos - embora sobretudo em relação aos "vícios privados" - são explicadas, a seu ver, em função da "condição do corpo social e do temperamento natural"¹⁶.

Os vários aspectos da concepção de Mandeville, freqüentemente formulados como aforismos e de modo satírico, constituem um todo coerente. Suas opiniões sobre a sociedade, a "sociabilidade", o estado e o sistema jurídico, o "Corpo Político" e as formas de governo e sujeição que lhe são apropriadas, a atividade produtiva e a "Sociedade Civil" são complementadas por uma noção de natureza e "natureza humana" que se enquadra rigorosamente na estrutura global de reprodução social que ele descreve sem disfarçar sua aprovação.

Mandeville é capaz de perceber com olhar aguçadíssimo todos os tipos de contradição, mas só na medida em que elas sejam compatíveis com a ordem socioeconômica dinamicamente em expansão que ele defende, quaisquer que sejam suas contradições. Na verdade, ele atribui papel altamente positivo às contradições no "desenrolar natural" dos assuntos humanos.

Para construir um modelo de sociedade e de natureza humana que seja uma alternativa às idéias desdenhosamente rejeitadas de Lorde Shaftesbury e outros, ele tem de resolver uma dupla dificuldade:

Em primeiro lugar, como base "natural" da sociedade cheia de contradições - com a qual, não obstante, identifica-se plenamente - ele precisa suportar que a própria natureza humana seja intrinsecamente

contraditória. Em suas palavras: "Esta contradição na estrutura do homem é a razão pela qual a teoria da virtude é tão bem compreendida, e sua prática tão rara de se encontrar"¹⁷.

Em segundo lugar, porém, precisa sustentar que uma ordem social vantajosa para todos possa surgir de uma base natural que traz consigo a necessária separação entre teoria e prática no que tange aos indivíduos e à percepção que eles têm das próprias motivações. Ele se livra da segunda dificuldade afirmando a total insuficiência, na ordem da natureza, dos indivíduos humanos particulares. Neste espírito, dirigindo-se ao homem, Mandeville diz: "animal assustado e caprichoso, os Deuses fizeram-te para a sociedade, e dispuseram que milhões de vós, quando bem unidos, devais constituir o forte *Leviatã*. Um leão sozinho tem algum poder na criação, mas o que é um homem sozinho? Parte pequena e insignificante, átomo desprezível de uma grande fera"¹⁸.

Assim, deparamo-nos com uma concepção da ordem social em que as onipresentes contradições não só não destroem, como chegam a reforçar a coesão do sistema todo. Pois tudo aquilo que pode ser considerado defeituoso só o é, rigorosamente, no que diz respeito às partes, as quais, não obstante, e por mais paradoxal que isto seja - como ele mesmo admite - constituem um todo bem integrado e que funciona perfeitamente; assim como, mais tarde, na concepção de Adam Smith, a "mão invisível" corrige plenamente os cálculos falhos dos indivíduos. Segundo Mandeville: "as fraquezas dos homens frequentemente operam por *contrários* /.../. Mas as vicissitudes da sorte são necessárias, e as mais lamentáveis não infligem maior dano à sociedade que a morte de seus membros individuais. /.../ Os vícios altos e baixos

17. *ib.*, p. 187.

18. *ib.*, p. 197.

1 - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE 2. A RELATIVIZAÇÃO DE LUXO E NECESSIDADE

compõem uma roda que, sempre girando, dá movimento à máquina toda"¹⁹. É por isso que Mandeville pode cantar os louvores do modo pelo qual as contradições das partes produzem a harmonia do todo:

*Assim, as partes todas eram chelas de vício,
Mas o todo da massa era um paraíso;*

Os piores de toda a multidão

Faziam algo para o bem comum.

Isto, era a arte do estado que conservava

O todo de que todas as partes se queixavam:

isto, como na harmonia musical,

Fazia concordar as dissonâncias, ao final;

A raiz da pérfida avareza,

Este vício maldito, mau e pernicioso,

Era escrava da prodigalidade,

Este nobre pecador; ao passo que o *luxo*

Dava emprego a um milhão de pobres.

E o péssimo orgulho, a mais um milhão.

A própria inveja, e a vaidade,

Eram serviços da diligência;

Sua cara loucura, o capricho

Em comida, móveis e vestuário,

Vício estranho e ridículo, se transformou

Na própria roda que girava o negócio.

Suas leis e roupas eram igualmente

Objetos de *mutabilidade*;

Pois aquilo que por certo tempo era bom,

Depois de seis meses tornava-se crime;

Contudo, enquanto alteravam assim suas leis,

Ainda encontrando e corrigindo falhas,

Conservavam pela Inconstância

Deslizes que nenhuma prudência poderia prever.

Assim, o vício alimentou a engenhosidade,

19. *ib.*, pp. 257-8.

A qual, ao lado do tempo e da diligência,
Levou as comodidades da vida,
Seus reais prazeres, confortos e facilidades,
A uma altura tal, que os mesmos pobres
Viviam melhor que os ricos de outrora;
E nada mais se pode acrescentar²⁰.

Assim, as características do sistema capitalista de produção e distribuição (da Prodigalidade ao Capricho, da Inconstância à Mutabilidade etc.) são situadas na própria natureza humana como Vícios/Virtudes inextirpáveis, proporcionando, pela afirmação de seus "contrários", o combustível necessário ao movimento perpétuo da Roda que impele avante a "Máquina Toda" da Sociedade Civil e do Corpo Político. É assim que o Luxo se torna francamente reabilitado e positivamente exaltado. Recebe no Todo um lugar de suprema importância, pois as condições de produção e expansão do Luxo dão testemunho da verdade da proposição do autor - a saber, que os "Vícios Privados" resultam em "Benefícios Públicos".

Os "contrários" e contradições benéficos da concepção de Mandeville são aqueles que se encaixam

20. *Thus every Part was full of Vice,/Yet the whole Mass a Paradise;/The Waist of all the Multitude/Did something for the common Good;/This was the State's Craft, that maintain'd/ The Whole, of which each Part complain'd;/This, as in Musick Harmony, /Made Jarrings in the Main agree;/The Root of evil Avarice,/That damn'd ill-natur'd baneful Vice,/Was Slave to Prodigality,/That Pride a Million more-/Envy it self, and Vanity/Were Ministers of Industry;/Their darling Folly, Fickleness/in diet, furniture, and Dress, /That strange ridiculous Vice, was made/The very Wheel, that turn'd the Trade;/Their Laws and Cloaths were equally/Objects of Mutability;/For, what was well done for a Time,/In half a Year became a Crime;/Yet whilst they alter'd thus their Laws,/Still finding and correcting Flaws,/They mend'd by Inconstancy/Faults, which no Prudence could foresee;/Thus Vice nurs'd ingenuity,/Which join'd with Time, and Industry/Had carry'd Life's Conveniences,/It's real Pleasures, Comforts, Ease,/To such a Height, the very Poor/Lived better than the Rich before/And nothing could be added more. lb., pp. 67-9.*

facilmente nos interesses diversos de capitais concorrentes, tanto na esfera da manufatura (governada pelos princípios de mutabilidade, prodigalidade e luxo) quanto na agricultura; nesta última, como mostra o exemplo do fazendeiro rico que especula com o trigo do ano passado, por ele deliberadamente não levado ao mercado, maldizendo o bom tempo e prognóstico de uma colheita abundante que outros saúdam com alegria. Em contraposição, a competição mais fundamental da sociedade capitalista, entre capital e trabalho - que tem o caráter de um antagonismo irreconciliável - não pode ser reconhecida na estrutura de categorias deste "egoísmo ilustrado". A semelhança de todos os demais clássicos da economia política, também Mandeville permanece totalmente cego ao crescente potencial explosivo desse antagonismo. No mesmo espírito de seus camaradas-de-armas ideológicos, também ele pressupõe que a posição subalterna dos Pobres no sistema produtivo estabelecido seja uma *condição permanente* da ordem social, não sendo afetada em sua substância por nenhuma mudança possível (e admissível) de circunstâncias.

Neste aspecto, a busca do conhecimento dá lugar ao interesse em racionalizar a relação exploratória entre o capital e o trabalhador. Na verdade, Mandeville faz de tudo para demonstrar que o desperdício e a destruição, necessários e inseparáveis do sistema de produção estabelecido, beneficiam em primeiro lugar os Pobres. Pois, mesmo que se eliminassem tão-somente as perdas decorrentes dos naufrágios, "isso prejudicaria todos os demais ramos de negócios, e concorreria para a destruição dos pobres de todo país que exporta qualquer produto nele gerado ou manufaturado. Os bens e mercadorias que todo ano vão às profundezas, que se estragam no mar por ação da água salgada, do calor, dos ratos

e insetos, que são destruídos pelo fogo ou perdidos para o mercado por obra de outros acidentes, todos devidos a tempestades, viagens longas ou à negligência e à cobiça dos marujos; tais bens, digo, e tais mercadorias, são parte considerável daquilo que todo ano se envia para o estrangeiro pelo mundo inteiro, e empregaram necessariamente grandes multidoes de pobres antes de serem embarcados nos navios. Cem fardos de tecido que se queimam ou afundam no Mediterrâneo são tão vantajosos para os pobres da Inglaterra quanto seiam se houvessem chegado a salvo em Esmirna ou Alepo e cada metro de pano houvesse sido vendido nos domínios do Grand Signior. O mercador pode ir à falência - e, com ele, o fabricante de roupas, o tintureiro, o embalador e outros comerciantes; as pessoas de nível médio podem sofrer; mas os pobres que foram postos para produzi-los não perdem nada²¹.

A contradição evidente, pela qual se supõe que os trabalhadores devam encontrar satisfação e realização em trabalhar para outros, é resolvida postulando-se o caráter voluntário da escravidão assalariada. Eis como Mandeville o exprime: "Quanto alvoroço tem de haver em várias partes do mundo para que se possa produzir um bom tecido escarlate ou camim, quantos ramos de negócios e quantos artifícios envolvidos! /.../

"Quando estamos plenamente familiarizados com toda a variedade de labuta e de trabalho, com as dificuldades e calamidades que precisam ser suportadas para que se atinja o fim de que estou falando /.../. Quando estamos familiarizados, digo, com as coisas que mencionei, e as consideramos diligentemente, é praticamente impossível imaginar um tirano tão desumano e ignóbil que, vendo as coisas pelo mesmo ângulo, assim exigisse serviços tão terríveis de

1 - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE 2. A RELATIVIZAÇÃO DE LUXO E NECESSIDADE

seus escravos inocentes; /.../

"Mas se invertermos a perspectiva e encarmos todos aqueles trabalhos como tantas outras ações voluntárias, pertencentes a diversas vocações e ocupações nas quais os homens são citados para terem de que viver, e nas quais cada um trabalha para si mesmo, por mais que pareça trabalhar para outros; se consideramos que mesmo os mainheiros que enfrentam as maiores dificuldades, assim que terminam uma viagem, ou mesmo depois de um naufrágio, já estão procurando e solicitando emprego em outra; se considerarmos, digo, e examinarmos tais coisas sob outro ponto de vista, vamos constatar que o trabalho dos pobres está longe de ser um fardo que lhes é imposto; que o ter emprego é uma bênção pela qual eles rogam aos céus; e que garantir o emprego para o maior número deles deve ser o primeiro cuidado de todo governo"²².

Na visão de Mandeville, o estado de uma "nação grande e ativa"²³ - como a Inglaterra em expansão

22. *ib.*, pp. 358-60.

23. "A frugalidade, como a honestidade, é uma virtude medíocre e estorpeada que só serve para sociedades pequenas de homens bons e pacíficos, que se contentam em ser pobres para que possam ficar tranquilos; mas numa grande nação ativa, ela logo encontra seu limite. Trata-se de uma virtude ociosa e sonhadora que não emprega as mãos, sendo portanto perfeitamente inútil num país comercial onde há grandes quantidades de pessoas que, de uma maneira ou de outra, devem todas ser postas para trabalhar. A prodigalidade tem mil invenções que impedem as pessoas de ficar sentadas, invenções de que a frugalidade jamais cogitaria; e como isso deve consumir uma riqueza prodigiosa, a avareza mais uma vez conhece inúmeros truques para acumulá-la, truques que a frugalidade desdenharia usar" (*ib.*, pp. 134-5). O contraste entre as elogiadas "grandes nações ativas" que regulam as próprias condutas com base nos "vícios privados", e as "nações pequenas" que vivem de acordo com os preceitos da virtude, é tema recorrente nos escritos de Mandeville. Seu critério orientador é sempre a conveniência das Virtudes (ou dos Vícios) à expansão produtiva. Em uma das passagens que tratam das limitações das "nações pequenas", ele afirma: "Poucas são as virtudes que empregam as mãos; por isso, elas podem fazer com que uma nação pequena seja boa, mas não podem tornar uma nação

capitalista, bem como colonialista - tem a responsabilidade de promover, com sua política, as verdadeiras virtudes do desenvolvimento produtivo²⁴. Ao mesmo tempo, o caráter de classe do estado e de suas leis é também revelado claramente por Mandeville no que diz respeito à tarefa de salvaguardar a propriedade privada a fim de assegurar o funcionamento adequado do processo de reprodução material: "O comércio é o primeiro requisito para engrandecer uma nação, mas não é o único; há outras coisas além dele de que se deve ter cuidado. Devem-se proteger o *Meum* e o *Tuum*"²⁵.

Como convém a todas as concepções formuladas a partir do ponto de vista do sistema capitalista, a ordem social e política recomendada por Mandeville é uma ordem de estrita hierarquia e sujeição,

grande" (*ib.*, p. 368). Ele rejeita desdenhosamente até mesmo a adoção "daquele tão falado meio-termo", com o pretexto de que "as virtudes calmas recomendadas nos característicos só servem para citar zangões, e poderiam qualificar um homem para o gozo estúpido de uma vida monástica ou, na melhor das hipóteses, a de um juiz de paz provinciano; mas nunca o tomariam aplo ao trabalho e à diligência nem o animariam às grandes realizações e empreendimentos perigosos" (*ib.*, p. 337).

24. "Portanto, a grande arte de fazer uma nação feliz e, como se diz, próspera, consiste em dar a todos a oportunidade de ter emprego; para tanto, que o primeiro cuidado do governo seja a promoção de uma variedade de manufaturas, artes e ofícios tão grande quanto o engenho humano seja capaz de inventar; e o segundo seja o estímulo à agricultura e à pesca em todos os seus ramos, para que a Terra inteira, assim como o homem, seja forçada à atividade; pois assim, como o primeiro é máxima infalível para atrair grandes multidões de pessoas a uma nação, assim o segundo é o único meio de mantê-las. É desta política, e não dos frávolos preceitos de abundância e frugalidade (que sempre seguirão seu curso próprio, de acordo com as circunstâncias do povo), que se devem esperar a grandeza e a felicidade das nações; pois, quer o preço do ouro e da prata suba, quer desça, o bem-estar de toda sociedade dependerá sempre dos frutos da terra e do trabalho do povo, os quais, juntos, constituem um tesouro mais garantido, mais inexaurível e mais real que o ouro do Brasil ou a prata de Potosí" (*ib.*, pp. 211-21).

25. *ib.*, p. 142.

governada pelo disciplinado "trabalhar para outros", através do qual aqueles que trabalham "encontram seus próprios fins" graças a um "gerenciamento astuto": "entendo por sociedade um corpo político no qual o homem, quer submetido por força superior, quer atraído por persuasão para fora de seu estado selvagem, toma-se uma criatura disciplinada que pode encontrar os próprios fins em trabalhar para outros; e onde cada membro, sob uma única cabeça ou outra forma de governo, é feito subseqüente ao todo, e onde todos, por um gerenciamento astuto, são postos para agir como um só"²⁶.

Caracteristicamente, as considerações de como lidar com os "Pobres que trabalham" (os quais, afirma-se reiteradamente, encontram os próprios fins em trabalhar para outros) são sempre subordinadas ao postulado da permanência absoluta de sua condição atual, coisa em que Mandeville, que sob outros aspectos é relativista, insiste com paternalismo e cinismo indiarçados: "Estabeleci como máximas das quais não se deve jamais desviar, que os pobres sejam rigorosamente obrigados ao trabalho e que, se é prudência aliviar suas necessidades, é loucura satisfazê-las inteiramente; /.../ Citei a ignorância como ingrediente necessário na composição da sociedade; por tudo isso, é manifesto que eu jamais poderia ter pensado que o luxo deveria generalizar-se por todas as partes de um reino. Do mesmo modo, determinei que a propriedade deve ser bem protegida, /.../ nenhum luxo estrangeiro pode arruinar um país: o cúmulo do luxo só é visto em nações muito populosas, e, mesmo lá, somente em sua parte superior, e a parte maior, que é ainda mais vasta em proporção, deve ser a mais baixa, a base que sustenta tudo, a multidão dos pobres que trabalham"²⁷.

26. *ib.*, p. 350.

27. *ib.*, pp. 256-7.

Segundo Mandeville, é da maior importância que os Pobres (aqueles que "aguentam tudo, a parte mais vil e necessitada da nação, o povo que trabalha sem descanso"²⁸, sejam sempre "bem administrados"²⁹) - isto é, firmemente controlados tanto no trabalho como na sociedade em geral, no quadro de uma estrutura em que "a propriedade fosse bem protegida"³⁰ - para que possam realizar a tarefa que lhes é confiada, a saber, a produção e expansão da riqueza da nação. "Pois, por mais excessivos que sejam a abundância e o luxo de uma nação, ninguém precisa trabalhar."³¹ Do mesmo modo, se os pobres são bem administrados, ele conferem à sociedade um duplo benefício: *trabalhando e consumindo*; ambas coisas necessárias à expansão da riqueza da nação. Pois "é do interesse das nações ricas que a maior parte dos pobres quase nunca estejam ociosos, mas gastem continuamente o que ganham"³².

III

Estas são visões profundas do verdadeiro espírito motivador e dos imperativos estruturais objetivos do capitalismo de suas origens até o presente, atingidas apesar das limitações do ponto de vista social de Mandeville. As conclusões a que ele chega quanto à natureza do "luxo" são particularmente importantes. Sendo um pensador verdadeiramente radical dentro dos limites de seu horizonte de classe, ele

28. *Ib.*, p. 145.29. *Ib.*, p. 209.30. *Ib.*31. *Ib.*, p. 145.32. *Ib.*, p. 209.1 - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE
2. A RELATIVIZAÇÃO DE LUXO E NECESSIDADE

agarra a questão pela raiz, lançando luz sobre suas implicações práticas essenciais: "Caso se considere luxo (como a rigor se deve fazer) tudo o que não é imediatamente necessário para dar subsistência ao homem enquanto criatura viva, então nada há no mundo que não o seja, mesmo entre os selvagens nus; /.../ Todos dirão que esta definição é demasiado rigorosa; sou da mesma opinião, mas, se cedermos um centímetro dessa severidade, receio que não saibamos mais onde parar. /.../ se deixarmos por um momento de chamar de luxo tudo aquilo que não é absolutamente necessário para conservar o homem vivo, então não haverá mais *luxo nenhum*; pois, se as necessidades do homem são incontáveis, não há limite para aquilo que deve atendê-las³³. /.../

"Tantas coisas, outrora vistas como invenções do luxo, são hoje concedidas até àqueles que são tão pobres e miseráveis a ponto de se tornarem objeto da caridade pública; e não só: são tidas como tão necessárias que se pensa que não devem faltar a nenhuma criatura humana"³⁴.

E Mandeville põe em foco algo altamente significativo quando observa, com suprema ironia, que as racionalizações do passado - que condenavam o luxo e as riquezas e exaltavam a pobreza - mostram uma reveladora separação entre "a Teoria e a Prática" em geral e, em particular, entre "as Palavras e a Vida" dos indivíduos que tinham o costume de pregar nobres sermões sobre a frugalidade enquanto compraziam-se nas delícias da riqueza. Sua agudeza satírica soa irresistível quando confronta o próprio Séneca, um dos moralistas mais reverenciados do passado: "Eu poderia fantasear sobre a *Fortaleza* e o *Desprezo das Riquezas* tanto quanto o próprio Séneca, e concordaria em escrever o dobro do que ele

33. *Ib.*, pp. 136-7.34. *Ib.*, p. 188.

escreveu em louvor da Pobreza, pela décima parte de seus bens"³⁵.

Personalidades à parte, a ideologia do moralismo abstrato - enquanto prometia aos pobres sua devida recompensa no "além" por seus sofrimentos no mundo real, no qual eram forçados pela necessidade política e/ou econômica a ganhar a vida e "encontrar os próprios fins" em trabalhar para os outros - racionalizava um estado da sociedade em que a obtenção das "superfidelidades luxuosas" para a maioria (da qual se dizia que, como justa retribuição, não poderia passar pelo "buraco da agulha") significava ao mesmo tempo a negação de necessidades básicas à esmagadora maioria.

Não há dúvida de que o desenvolvimento das práticas produtivas e distributivas do sistema do capitalismo traz consigo grandes mudanças a este respeito, ao menos para as "grandes nações ativas". Como não pode haver produção sem algum tipo de consumo, a expansão da produção capitalista necessita a distribuição mais ampla dos bens produzidos. Esta tendência se acentua com o passar do tempo, particularmente por estar ligada a uma tendência complementar à produção em massa mediante o avanço da divisão do trabalho e o desenvolvimento do maquinário, cujos potenciais não podem ser adequadamente implementados nem economicamente explorados se seus produtos ficarem restritos ao limitado número de ricos. Assim, embora seja um grande exagero dizer que, como resultado de tais desenvolvimentos, "os mesmos pobres viviam melhor que os ricos de outrora", não deixa de ser verdade que um número muito maior de "pobres que trabalham" tornou-se "útil" - como produtores e como consumidores - e não tiveram que ser eliminados por enforcamento

35. *Ib.*, p. 174.

como "andarrilhos" e "vagabundos": tal fora o fim que se dera a centenas de milhares deles no passado não muito distante (72.000 só sob Henrique VIII).

O que se deve realçar fortemente aqui é que estamos falando de uma tendência objetiva do desenvolvimento, e não simplesmente de suas diversas conceitualizações por parte dos economistas políticos burgueses. As intermináveis controvérsias entre estes últimos são, na verdade, expressões (e racionalizações) teóricas das contradições inerentes à própria tendência. Portanto, se Mandeville, Lauderdale e Malthus ficam do lado do "luxo" enquanto Say, Ricardo e outros alinham-se com a "economia" e a "poupança", eles só expressam aspectos diferentes da mesma tendência - intrinsecamente contraditória - de desenvolvimento. Logo, é totalmente arbitrário atribuir a um dos lados o status elevado de "espírito do capitalismo", enquanto se ignora completamente o outro; e tanto mais porque a tendência esquecida é, na verdade, historicamente dominante.

3. TENDÊNCIAS E CONTRATENDÊNCIAS DO SISTEMA DO CAPITAL

Dada a natureza imanente do capital, caracterizada por Marx como a "contradição viva", cada tendência principal desse sistema de produção e distribuição só se faz inteligível se levamos plenamente em conta a tendência específica à qual a tendência em questão é objetivamente ligada, mesmo quando, no relacionamento entre elas, um dos

lados das interdeterminações contraditórias necessariamente leva vantagem, de acordo com as circunstâncias sócio-históricas vigentes. Assim, a tendência do capital ao MONOPÓLIO é contrabalançada pela CONCORRÊNCIA; igualmente, a CENTRALIZAÇÃO pela FRAGMENTAÇÃO; a INTERNACIONALIZAÇÃO pelos PARTICULARISMOS NACIONAIS e REGIONAIS, o EQUILÍBRIO pela QUEBRA DO EQUILÍBRIO etc.

O mesmo vale para a lei tendencial da TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE. Como vimos acima, esta tendência se afirma de início como reabilitação do "LUXO" e da "PRODIGALIDADE" - junto com a expansão do círculo de consumo, que passa assim a abarcar também um número cada vez maior de "Pobres que trabalham", proporcionando-lhes uma gama crescente de mercadorias à medida que o desenvolvimento das forças produtivas vai tornando isso tão possível quanto necessário -, sem, porém, deixar de lado a "AVAREZA", a "ECONOMIA" e a POUPANÇA como momentos subalternos do capitalismo em sua ascensão. A mesma tendência, sob as condições do capitalismo plenamente desenvolvido, assume a forma de extremo DESPÉRCIO e DESTRUÇÃO, mas é de novo contrabalançada - em vários graus - pelo imperativo de poupar, bem como pela inevitável necessidade de reconstituir o capital depois da destruição periódica de sua magnitude "superproduzida", no interesse da sobrevivência do sistema do capital.

Entretanto, duas importantes qualificações fazem-se necessárias aqui para uma avaliação adequada do modo pelo qual as tendências dominantes (e contratendências) do desenvolvimento capitalista desdobram-se na história e se afirmam estruturalmente. Primeira: uma vez que o funcionamento deste sistema no decorrer de sua história se caracteriza pela preponderância da lei do desenvolvimento desigual, as tendências mencionadas no parágrafo anterior podem

I - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE 3. TENDÊNCIAS E CONTRATENDÊNCIAS

manifestar-se de maneira muito diversa nas diferentes partes do mundo, dependendo do nível mais ou menos avançado de desenvolvimento dos capitais nacionais dados, bem como da posição mais ou menos dominante destes últimos no quadro da estrutura do capital global.

Assim, é possível que um dos lados da tendência/contratendência objetivamente inteligidas predomine em um país, ao passo que o outro prevaleça em um país diferente. Quanto a isto, basta pensar nas extremas dificuldades, na "economia" e na "apertada de cinto" a que foram sujeitas as classes trabalhadoras brasileiras e mexicanas, entre outras, depois da evaporação dos respectivos "milagres" de desenvolvimento expansivo, enquanto os Estados Unidos em particular, e os países capitalisticamente avançados do ocidente em geral, têm de continuar desperdiçando enormes quantidades de recursos sob a pressão da taxa de utilização decrescente. Não obstante, deve-se salientar ao mesmo tempo que só se pode falar da predominância de um dos lados interligados desta lei tendencial, visto que - por mais absurdo que isto seja - mesmo no "mundo subdesenvolvido", os setores capitalisticamente avançados não podem escapar aos imperativos da produção de desperdício no presente momento histórico, dado o caráter globalmente inteligido do sistema do capital.

II

A segunda qualificação é igualmente importante. Ela diz respeito às determinações interiores das várias tendências em si mesmas, bem como a

seu peso relativo na totalidade dos desenvolvimentos capitalistas. Pois, quaisquer que sejam suas transformações, mudanças de ênfase e variações em relação umas às outras ou em relação a suas contradições específicas, em diferentes lugares e em épocas muito diversas da história - isto é, aquelas que podemos considerar como suas características estritamente transitórias, identificáveis em função da *inter-relação conjuntural* entre as diversas forças e determinações das quais elas próprias constituem uma parte específica no dado cenário sócio-histórico -, elas também possuem uma lógica imanente própria de acordo com a qual se desdobram no decorrer da história e, por isso, circunscrevem objetivamente os limites do desenvolvimento capitalista global.

Neste sentido, embora a reciprocidade dialética das múltiplas interações tendenciais defina as características de qualquer tendência ou contradição particulares em relação à configuração global das forças e determinações sociais dadas, não se pode falar de relativismo histórico e "equidistância de Deus" no espírito da historiografia de tipo pós-rankeano. Pois, em cada caso, um dos lados (ou um dos aspectos principais) das várias tendências acima mencionadas afirma-se como dominante - isto é, na terminologia de Marx, constitui o momento preponderante (*übergeordnetes Moment*) do complexo dialético de que se trata - no decorrer da trajetória global do desenvolvimento capitalista, muito embora eles possam (considerados em função de sua própria história particular) apresentar grandes variações, e mesmo inversões completas, de uma fase para outra da história capitalista global.

Assim, a longo prazo, o MONOPÓLIO tende a prevalecer sobre a CONCORRÊNCIA, à medida que o sistema do capital progride historicamente em dire-

ção a seus derradeiros limites estruturais enquanto sistema de produção. Além disso, as primeiras manifestações monopolistas que caracterizam a "construção de impérios" por parte das "grandes nações ativas" dão lugar, na hora oportuna - a título de exemplo claro das possíveis inversões que acabamos de mencionar - ao predomínio de feroz concorrência (e às concomitantes medidas antimonopolistas do estado capitalista) no período médio da expansão capitalista; mas só para serem novamente revertidas com impressionante firmeza no século XX, e particularmente nas últimas décadas, em favor de monopólios gigantescos, enquanto se conserva, na mais pura hipocrisia, a retórica alitisonante da concorrência como legitimação última do sistema da iniciativa privada.

Significativamente, até a prática da "desnacionalização" (ou "privatização") sofreu, sob este aspecto, uma grande mudança no período do pós-guerra. De início, a classe dominante satisfez-se em devolver a capitais privados concorrentes a indústria britânica do aço, por exemplo, assim que sua bancarrota anterior fora remediada pelos financiamentos públicos da "nacionalização". Logo depois, porém, todos os problemas começaram de novo, exigindo não somente uma segunda rodada de "nacionalização" e intervenção estatal antifalência como também, ao mesmo tempo, o reconhecimento - muito embaraçoso do ponto de vista ideológico - de mais um grande fracasso capitalista. Compreende-se, portanto, que em anos recentes a forma dominante de "desnacionalização" tenha se tomado o meio de vida de monopólios nacionais privados - da British Telecom à British Gas and Electricity, bem como do fornecimento de água -, o que elimina cinicamente até a possibilidade de concorrência (e os riscos econômicos a ela inerentes) dentro dos limites da jurisdição legislativa do estado capitalista em questão.

Assim como no caso do monopólio e da concorrência, no que diz respeito à tendência e contratendência de centralização versus fragmentação em desdobramento histórico, o momento preponderante é a primeira. Ademais, a tendência internacionalizante do capital predomina atualmente de modo muito óbvio sobre os particularismos nacionais e regionais identificáveis, sob a forma do poder irresistivelmente crescente das corporações transnacionais em todos os principais países capitalistas. E, o que não é menos importante, o abalo e a quebra do equilíbrio revela-se por fim como a tendência dominante do sistema do capitalismo, em vez de sua tendência complementar ao equilíbrio. Isto ocorre apesar das inúmeras teorias e medidas práticas direcionadas à tarefa de salvaguardar o equilíbrio no decorrer dos desenvolvimentos capitalistas do século XX. O caráter predominante, ao final, da tendência à quebra do equilíbrio (isto é, sua auto-afirmação como momento preponderante evidencia-se em nossa época pelo "retorno cada vez menor" que o sistema recebe dos esforços cada vez maiores no sentido da reconstituição - auxiliados por intervenções estatais desavergonhadamente diretas - do equilíbrio periodicamente perdido (mas com frequência cada vez maior), ao passo que, num passado mais remoto, a necessidade de reconstituição do equilíbrio parecia capaz de cuidar de si mesma.

A predominância de um lado sobre o outro é igualmente verdadeira em relação a nossa preocupação específica, pois a taxa de utilização decrescente assumiu agora uma posição de domínio no quadro da estrutura capitalista do metabolismo socioeconômico, não obstante o fato de que, atualmente, quantidades astronômicas de desperdício precisem ser produzidas para que se possa impor à sociedade algumas de suas manifestações mais desconcertantes. Ao mesmo tempo, como veremos adiante, o

imperativo de fornecer os investimentos exorbitantes necessários para a produção sempre maior de desperdício afirma-se atualmente sob uma forma antes inimaginável, mesmo nos países capitalisticamente mais avançados: mediante a imposição de "cortes" e "econômias" em toda esfera importante da reprodução social, da educação à saúde, sem falar nas exigências elementares do sistema de previdência social; é como se os governos dos diversos estados capitalistas quisessem demonstrar a cada dia a verdade da proposição de Marx de que o capital é a "contradição viva".

4. OS LIMITES DA EXTRAÇÃO DE EXCEDENTE ECONOMICAMENTE REGULADA

Mandeville oferece uma definição "rigorosa" do "Luxo", expressa em termos das necessidades físico-biológicas básicas que precisam ser satisfeitas para garantir a sobrevivência dos seres humanos vivos. Ao mesmo tempo, ele acrescenta com razão que, se abandonarmos essa definição de "Luxo" (isto é, tudo o que está acima das necessidades mais elementares) - coisa que devemos fazer, em sua opinião, pois ela é "demasiado rigorosa" -, "não sabemos mais onde parar".

Tal conclusão aponta para um dilema prático fundamental que é absolutamente insolúvel no quadro do sistema do capital. Pois este - não por um colapso definitivo (em princípio, corrigível), mas como resultado de determinações e contradições iminentes - realmente "não sabe onde parar".

O próprio Mandeville indica duas das principais di-

ficuldades em questão. Primeira: que o modo paradossal pelo qual o sistema produtivo capitalista avança significa que ele acarreta um aumento "das Necessidades da Vida sem nenhuma Necessidade"³⁶. Em outras palavras, o problema é que, no quadro deste sistema, não há critérios objetivos quanto ao tipo de objetivos produtivos que devem ser adotados e perseguidos, e que outros poderiam, a longo prazo, revelar-se mais ou menos problemáticos. Além disso, a ausência de tais critérios não é de modo algum acidental, uma vez que, enquanto os limites do sistema de capital não são atingidos, a questão de arquitetura uma alternativa ao "aumento das necessidades da vida sem nenhuma necessidade" parece ser totalmente desprovida de qualquer alcance prático. E como aqueles que se identificam com o ponto de vista do capital não podem reconhecer a existência de limites estruturais objetivos ao sistema capitalista enquanto tal (os quais só são perceptíveis a partir do ponto de vista crítico de uma alternativa radical), preferindo supor que no que diz respeito à viabilidade deste modo de produção "só o céu é o limite", eles devem permanecer cegos às implicações negativas da questão. Isto vem a ser verdadeiro mesmo no caso daquele número relativamente reduzido de pensadores que abordam o assunto - como faz Mandeville - dentro de um contexto limitado, caracterizando com isso só o comportamento de indivíduos particulares cuja "desconsideração" não pode ter reflexos negativos sobre o "feliz todo" que surge.

A segunda dificuldade levantada por Mandeville é tratada por ele segundo o mesmo espírito, de modo que suas implicações permanecem encobertas mesmo a este pensador arguto e profundamente original. Significativamente, porém, o equívoco em seus ter-

36. *ib.*, p. 360.

mos de referência já fala bem alto por si mesmo. Pois quando Mandeville afirma, com aprovação, que a consequência necessária de ter abandonado a única definição rigorosa de luxo é que "não haverá mais luxo nenhum", ele imediatamente se recusa a enfrentar a questão dos limites objetivos, operando em suas reflexões a equívoca mudança do "é" para o "deve ser"; e isto no momento em que curiosamente conclui sua argumentação afirmando que "se as necessidades do homem são incontáveis, não há limite para aquilo que deve atendê-las".

Naturalmente, da afirmação de que algo "não deve ter limites" não decorre de modo algum que esse algo realmente não os tenha. Mas, evidentemente, o reconhecimento das limitações objetivas da realidade tornaria a noção de "necessidades ilimitadas" *ipso facto* extremamente problemática. E é aqui que se tornam visíveis as determinações sócio-estruturais objetivas nas raízes de certo tipo de pensamento, pois, na medida em que o ponto de vista do capital é incompatível com a aceitação de limites, a insensibilidade de Mandeville em relação ao caráter altamente problemático das ditas "incontáveis necessidades do homem" está longe de ser acidental. Do mesmo modo, sua descrição entusiasmada e legitimação positiva da nova relação entre as necessidades supostamente ilimitadas ou ilimitáveis e sua satisfação deve ser tomada plausível (e aceitável) mediante o postulado da correspondente infinitude da satisfação, como estando "arraigada" no deve. (É claro que a realidade das coisas é muito diferente, visto que as próprias "necessidades" não são nem ilimitadas nem biologicamente fixadas, mas a todo momento redimensionadas e condicionadas socialmente - isto é, restritas ou estimuladas³⁷, conforme

37. Como frisa Marx: "Sob a propriedade privada /.../ todo indivíduo pensa em criar uma nova necessidade em outro a fim

ocaso - de acordo com as potencialidades e determinações produtivas do intercâmbio metabólico estabelecido com a natureza.)

Além disso, o fato de Mandeville estar disposto, em resposta a seus críticos, a introduzir uma condição *limitante*: a exclusão dos "Pobres que trabalham" da generosa difusão do "Luxo", não elimina todas as dificuldades identificadas. Primeiro, porque diz-se que alguns "luxos" - embora isto seja mais uma vez proclamado, caracteristicamente, sem especificar quais e quantos - podem ser legitimamente concedidos aos pobres que trabalham, tanto para os motivar a um trabalho mais duro quanto para estimular a bem-vinda expansão da produção e do comércio. E segundo, desde que se admite que o "Luxo" é uma categoria irremediavelmente *histórica* - de modo que as coisas consideradas "Luxo" no passado são hoje

de o motivar a um novo sacrifício, colocá-lo sob nova dependência e atraí-lo a uma nova modalidade de satisfação e, logo, à ruína econômica. Cada um tenta estabelecer sobre o outro um poder *esfranho*, de modo a conseguir por esse meio a satisfação das próprias necessidades egoístas. O aumento na quantidade dos objetos é acompanhado por uma extensão do domínio dos poderes estranhos a que o homem é sujeito, e cada novo produto representa uma nova potência de trapaça e pilhagem mútuas. O homem fica cada vez mais pobre enquanto o dinheiro se caso queira subjugá-lo ou ser hostil, sua necessidade de dinheiro torna cada vez maior; e a força de seu dinheiro declina exatamente na razão inversa do aumento do volume de produção: isto é, sua necessidade cresce à medida que aumenta a força do dinheiro. Portanto, a verdadeira necessidade produzida pelo sistema econômico moderno é a necessidade de dinheiro, que é também a única necessidade por ele produzida. Em medida cada vez maior, a quantidade do dinheiro se torna seu único atributo *efetivo*; assim como ele reduz tudo à forma arbitrária, também reduz a si mesmo, no decorrer de seu movimento, a algo meramente *quantitativo*. O excesso e a *intemperança* acabam sendo sua verdadeira norma. Subjetivamente, isto chega a se manifestar em parte, visto que a extensão de produtos e necessidades se consubstancia na subversão planejada e sempre calculada a apetiites humanos afetados, artificiais e imaginários". K. MARX, *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*, Lawrence and Wishart, Londres, 1959, pp. 115-16. Citas de Marx.

"tidas como tão necessárias que se pensa que não devem faltar a nenhuma criatura humana" - as limitações que Mandeville propõe em relação aos pobres ("dêem-lhes alguma coisa, mas não muito") são completamente inúteis enquanto princípio orientador operante, uma vez que, em resultado da dinâmica expansionária irreprimível do capital (positivamente abraçada pelo próprio Mandeville), tudo aquilo que um dia parece ser "demais" se torna "muito pouco" em outra época; não por causa de um esclarecimento crescente, mas porque o próprio sistema produtivo do capital é estrangulado pelas limitações de consumo, necessitando portanto varrer de seu caminho os embaraços do "muito pouco".

II

A incapacidade de estabelecer limites significativos e observáveis na prática é uma das características mais importantes que define os desenvolvimentos capitalistas, com extensas implicações para a viabilidade do sistema. Quanto a isto, é altamente sintomático que, apesar das inúmeras tentativas, a economia política burguesa não consiga fornecer uma definição adequada do "consumo produtivo e improdutivo" (nem, aliás, de "trabalho produtivo e improdutivo"), uma vez que o caráter intolável dos limites em geral exclui a possibilidade de formular critérios limitantes objetivos em particular.

É verdade que desde o início a "usura" e a "avareza" devem ser denunciadas como improdutivas e parasitárias, uma vez que os interesses objetivos e os imperativos estruturais da expansão produtiva do ca-

pital exigem que todas as formas de capital sejam "postas para trabalhar", assim como os "pobres" (os "andarilhos" e "vagabundos", anteriormente inúteis) devem ser "postos para trabalhar". Depois, porém, que tudo isso é afirmado e realizado na prática, não se pode especificar que tipo de trabalho - trabalho que são efetivamente "postos" tanto o capital industrial - nem que tipo de mercadoria advinda do processo de trabalho podem ser considerados mais ou menos aceitáveis. Do ponto de vista do capital, desde que sejam expansionários, todos resumem-se à mesma coisa.

É também esta a razão pela qual, num estágio histórico muito posterior do decurso dos desenvolvimentos capitalistas, o crescimento como tal deve tornar-se um valor em si mesmo (mais que isso: o paradigma do valor), sem examinar a natureza do crescimento proposto no contexto dado e muito menos suas implicações humanas de longo prazo. Em vez disso, o que domina é uma tautologia que convenientemente sustenta a si mesma, definindo a produtividade como crescimento e o crescimento como produtividade. Não se trata de simples questão de exigências lógicas fundamentais e muito menos de ninharias teóricas. A dimensão prática do problema é que, como o sistema do capital não pode estabelecer limites para si mesmo, também não consegue diferenciar o crescimento de uma criança do crescimento de um câncer. Nos termos das equações práticas reativas do capital - bem como em suas fortuosas racionalizações teóricas - os dois devem ser reduzidos ao mesmo denominador comum: a "produtividade das células".

Tal inadmissibilidade prática de limites no sistema do capital advém do modo pelo qual o relacionamento produtivo com o uso, antes predominante, al-

tera-se de maneira fundamental no decurso do desenvolvimento histórico. Em resultado, "útil" torna-se sinônimo de "vendável", pelo que o cordão umbilical que liga o modo capitalista de produção à necessidade humana direta pode ser completamente cortado, mantendo porém as aparências. Ao mesmo tempo, as formas de troca anteriormente praticadas - que eram diretamente relacionadas à necessidade humana, quaisquer que fossem suas limitações sob outros aspectos - são substituídas pelo domínio do valor de troca, de modo que, depois disso, não se pode mais conceitualizar a troca enquanto tal a menos que ela seja definida em função de transações de mercadorias formalmente iguais que se realizam no quadro da estrutura rigorosamente quantitativa das relações de troca reificadas.

Nesta estrutura conceitual, a "troca universal" não pode significar outra coisa senão a adoção universal do valor de troca como princípio orientador prático exclusivo da produção material e intelectual. Noção diametralmente oposta ao significado marxista do termo, definido como a reunião em pleno intercâmbio cooperativo - para além da regra restritiva de relações de troca mercantilizadas e exploratórias a que o trabalho é submetido - da gama inteira de potencialidades criativas humanas, das habilidades produtivas materiais ao gozo enriquecedor de obras de arte. Assim, a identificação capitalista entre "troca" e "valor de troca" é falaciosa não somente em relação às formas de troca - limitadas, restritivas e, portanto, um pouco problemáticas - que podemos identificar no passado. Ela aparece como ainda mais falaciosa e arbitrária à luz de sua realização potencialmente ilimitada - socialmente criativa, além de plenificante para o indivíduo - enquanto troca verdadeiramente universal no futuro.

5. A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE E O SIGNIFICADO DE "TEMPO DISPONÍVEL"

Como Marx sublinha nos *Grundrisse*, mesmo no sistema produtivo do artesanato urbano (onde o valor de troca já desempenha um papel importante) "o objetivo direto e principal dessa produção é a subsistência como artífice, como mestre-artesão, por conseguinte, valor de uso; não riqueza, não valor de troca como valor de troca. A produção é, em vista disso, sempre subordinada a um dado consumo, a oferta à procura, e se expande apenas lentamente"³⁸. Assim, visto que a produção é fortemente restringida pelas limitações da demanda, a taxa de utilização só pode se expandir lentamente, a taxa de utilização de qualquer produto em particular tem que ser alta, e o número de pessoas atraídas para o círculo de consumo em expansão comparativamente baixo. Qualquer avanço significativo a esse respeito pressupõe necessariamente a remoção do obstáculo primário para a acumulação: o caráter não aquisitivo (ou não mercantil) da força de trabalho. Pois o comerciante - contra cuja interferência as corporações desconfiadamente protegem seus domínios - "podia comprar todo tipo de mercadoria, mas não o trabalho como mercadoria"³⁹.

Nestas circunstâncias, "em geral o trabalhador e seus meios de produção permaneciam estreitamente unidos, como o caracol a sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão

38. K. MARX, *Grundrisse*, p. 512.

39. K. MARX, *O Capital*, vol. 1, pp. 358-9.

1 - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE 5. A TAXA DE UTILIZAÇÃO E "TEMPO DISPONÍVEL"

desses meios em capital"⁴⁰. Entretanto, uma vez que a separação forçada do trabalhador de seus meios de produção (e auto-reprodução) seja alcançada, estará aberto o caminho para um desenvolvimento incomparavelmente mais dinâmico. Neste caso, os objetivos da produção não mais estarão diretamente ligados (e subordinados) às limitações de um dado consumo, mas podem antecipar-se a este significativamente, estimulando na forma de sua nova reciprocidade a ambos, produção e "demanda motivada pela oferta".

Entretanto, esta arma (que é privilégio do capital) é uma faca de dois gumes. Pois a remoção dos antigos obstáculos ao consumo e a adoção de um papel ativo/estimulador (e, com o passar do tempo, crescentemente manipulador) em relação à demanda, significa também simultaneamente para o capital a perda de sua habilidade em pôr limites aos seus próprios procedimentos produtivos (os quais, no caso de sistemas de produção mais antigos, eram circunscritos pela demanda dada em sua equivalência ao uso direto), sem com isso mergulhar na inatividade e na crise.

O capital não trata valor de uso (que corresponde diretamente à necessidade) e valor de troca meramente como dimensões separadas, mas de uma maneira que subordina radicalmente o primeiro ao último. Como já se disse, devidamente situado no tempo e no espaço, isto representa uma inovação radical, que abre horizontes anteriormente inimagináveis para o desenvolvimento econômico. Uma inovação baseada na constatação prática de que qualquer mercadoria pode estar constantemente em uso, num extremo da escala, ou ainda nunca ser usada, no outro extremo das possíveis taxas de utilização,

40. *Ib.*, p. 359.

sem perder por isso sua utilidade no que tange às exigências expansionistas do modo de produção capitalista.

Como resultado, o capital adquire algumas novas potencialidades produtivas importantes, na medida em que realmente não há consequência alguma para o seu sistema se a taxa de utilização, que caracteriza a relação do consumidor com um dado produto, for máxima ou mínima. Isto não afeta em absolutamente nada a única coisa que realmente importa do ponto de vista do capital, a saber: que uma certa quantidade de valor de troca seja efetivamente realizada na mercadoria em questão através do ato de venda em si, sem levar em conta se ela subsequenteiramente estará sujeita a uso constante ou a muito pouco, se é que a algum (por exemplo a câmara fotográfica, que poderei usar apenas uma vez por ano, nas férias, se tanto), como pode ser o caso. Pois o capital define "útil" e "utilidade" em termos de vendabilidade; um impetivo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do próprio valor de troca.

Como Marx fisa, "o valor de troca de uma mercadoria não aumenta se o seu valor de uso for completamente consumido e com maior proveito"⁴¹. O mesmo se aplica, entretanto, também de maneira exatamente inversa. Conseqüentemente, se baixarmos o valor de uso de uma mercadoria ou criarmos condições para que ela só possa ser consumida "parcialmente e com menos proveito", esta prática, não importa quão censurável seja de outro ponto de vista, não afetará igualmente seu valor de troca. Uma vez que a transação comercial tenha ocorrido, auto-evidenciando a "utilidade" da mercadoria em questão através do ato de venda, nada mais há com que se

41. *Ib.*, p. 324.

1 - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE 5. A TAXA DE UTILIZAÇÃO E "TEMPO DISPONÍVEL"

preocupar do ponto de vista do capital. De fato, quanto menos uma dada mercadoria é realmente usada e re-usada (ao invés de rapidamente consumida, o que é perfeitamente aceitável para o sistema), enquanto a demanda efetiva do mesmo tipo de utilização é reproduzida com sucesso, melhor é do ponto de vista do capital: com isso tal sub-utilização produz a vendabilidade de outra peça de mercadoria.

Nesse sentido, o que é verdadeiramente vantajoso para a expansão do capital não é um incremento na taxa (ou na intensidade) com que uma mercadoria - por exemplo uma camisa - é utilizada, e sim, pelo contrário, o decréscimo de suas horas de uso diário. Pois, enquanto tal decréscimo for acompanhado por uma expansão adequada do poder aquisitivo da sociedade, isso cita a demanda por outra camisa.

Para colocá-lo em termos mais gerais, se a taxa de utilização de um determinado tipo de mercadoria pudesse ser decrescida de, digamos, 100% para 1%, enquanto é mantida constante a demanda por seu uso, a multiplicação potencial do valor de troca seria correspondenteamente centuplicada (isto é, assumiria a estonteante figura de 10.000%). De fato, essa tendência para reduzir a verdadeira taxa de utilização tem sido precisamente um dos principais meios através dos quais o capital conseguiu attingir seu crescimento verdadeiramente incensurável ao longo do desenvolvimento histórico.

Entretanto, do outro lado da equação socioeconômica capitalista, veremos que - como resultado da dinâmica interna e das antagonísticas contradições do capital - uma conquista a princípio altamente positiva se transforma em seu diametralmente oposto, sem solução imaginável na estrutura da produção de mercadorias.

Nas formações econômicas pré-capitalistas, quando o trabalhador e seus meios de produção permane-

ciam estreitamente unidos, como o caracol a sua concha", o sistema produtivo tem de se desenvolver - ou se manter limitado - em todas as suas dimensões fundamentais. Isto é o que realmente determina o sentido original de "economia" como "economizar". Pois os meios de produção disponíveis circunscvem, tanto no sentido positivo como negativo, o tipo de atividade produtiva que tem de ser buscada na sociedade dada, em relação direta com as necessidades de seus membros - sujeita à qualificação prática resultante da posição mais ou menos estratégica ocupada pelas diferentes classes sociais no quadro estrutural da sociedade. Em correspondência com isso, mesmo que a extração do excedente, *politicamente* imposta e executada - que é, de qualquer maneira, irremediavelmente ineficiente, comparada à extração economicamente regulada da sociedade capitalista - possa ser considerada como representante, em termos estritamente econômicos, de um certo montante de desperdício, sob controle direto dos privilegiados (como testemunham seus monumentos, de pirâmides a palácios feudais), o processo de reprodução societário como um todo é ordenado pelo princípio da genulna economia, tanto em relação ao trabalho quanto aos recursos materiais empregados. As limitações do processo de trabalho - compreendendo os vários tipos de qualificações de trabalho, seus materiais e instrumentos, e seus produtos, todos assentados em relação direta à necessidade e ao uso e constituindo um todo estreitamente entrelaçado - acabam sendo também as limitações historicamente determinadas da sua capacidade para a produção de desperdício.

Tudo isto muda radicalmente com o surgimento do capitalismo. Por mais flexível que seja o sistema do capital sob muitos aspectos, ele não consegue

simplesmente se reproduzir em base "estacionária", independentemente da divagação teórica dedicada a tal aspiração, depois que irromperam à luz do dia as contradições do modo de produção capitalista. Ao contrário, ele precisa provar seu "estado saudável" ficando bem longe do "estável" e do "estacionário", reproduzindo todos os seus componentes conflitantes numa escala sempre ampliada. Assim como Marx ilustra a questão: "Se o capital aumenta de 100 para 1.000, então 1.000 é agora o ponto de partida, do qual o aumento tem de começar; sua decuplação para 1.000 não conta para nada; o lucro e a renda eles próprios se toamam capital por sua vez. O que apareceu como mais-valia agora aparece como uma simples pressuposição etc., como incluída na sua simples composição"⁴².

O relacionamento prático do capital com a "economia" é necessariamente subordinado a tais determinações. Os imperativos da lucratividade em escala inexoravelmente crescente - como exemplificado na última citação - trazem consigo a desconcertante consequência de que, não importa quão "calculistas" e "racionais" ou "economicamente conscientes" as empresas particulares possam (de fato, *devam*) ser, no interesse de sua própria sobrevivência no mercado, o sistema como um todo é absolutamente *dissipador*, e tem de continuar a sê-lo em proporções sempre crescentes.

Uma análise mais acurada da economia praticada nas empresas particulares desvenda o mistério de como e por que tal "economia" das partes pode produzir a dissipação do todo, revelando que a contradição entre as determinações "micro" e "macro-econômicas" do sistema de capital é apenas aparente neste aspecto. Pois, na realidade, a "economia"

42. K. MARX, *Grundrisse*, p. 335.

da empresa particular é uma pseudo-economia. Ela não apenas é comparável com a dissipação, mas apresenta o modo necessário de implementação - bem como a forma espontânea de legitimação - da dissipação nas células constitutivas (isto é, o "microcosmo") do sistema.

A determinação operativa onipresente no sistema do capital é e continua sendo o imperativo da *lucratividade*. É isto que deve sobrepujar todas as outras considerações, quaisquer que sejam as implicações. Nesse sentido, qualquer coisa que assegure a contínua lucratividade da empresa particular, *ipso facto* também a qualifica para ser considerada como um empreendimento economicamente viável. Conseqüentemente, não importa quão absurdamente dissipador possa ser um procedimento produtivo em particular, contanto que seu produto possa ser lucrativamente imposto ao mercado, ele deve ser saudado como manifestação correta e apropriada da "economia" capitalista. Assim, para dar um exemplo, mesmo que 90% do material e dos recursos de trabalho exigidos para a produção e distribuição de uma mercadoria lucrativamente comercializável - digamos um produto cosmético: um creme facial - vá direto para a lata de lixo, física ou figurativa, da propaganda eletrônica ou como embalagem de um outro tipo (mas, apesar de tudo, com relação aos custos de produção, efetivamente real) e apenas 10% seja dedicado ao preparado químico que por suposto deve promover os benefícios reais ou imaginários do próprio creme ao comprador, as práticas obviamente dissipadoras aqui envolvidas são plenamente justificadas, desde que satisfaçam os critérios de "eficiência", "racionalidade" e "economia" capitalistas pela *lucratividade* comprovada da mercadoria em questão.

Estas práticas produtivas dúbias são inseparáveis da taxa de utilização decrescente, que só pode se tornar inteligível se relacionada com a separação forçada do "caracol de sua concha". Uma vez que a estreita relação (não importa quão coerciva na origem) do trabalhador com os meios de produção seja destruída pela alienação deles do trabalhador, as partes constituintes do processo de trabalho podem, e devem, seguir seu próprio curso de desenvolvimento auto-orientado, resultando finalmente no tipo de manifestações absurdas com as quais estamos todos familiarizados.

Devemos ter em mente que a alienação dos meios de produção do produtor é, simultaneamente, também a perversa metamorfose de tais meios de produção em *capital*. Conseqüentemente, a lógica pela qual, de agora em diante, eles têm de se conformar não é outra senão a do próprio capital, necessariamente auto-expansivo (ou então decadente).

Neste sentido, o desenvolvimento dos meios de produção não está mais diretamente ligado (e, com maior ou menor vigor, incitado) ao desenvolvimento das necessidades humanas. Tampouco pode reagir e se beneficiar diretamente das potencialidades emergentes do avanço do conhecimento ligado à própria produção. Ou melhor, desde que os meios de produção tenham sido convertidos em *capital* (isto é, constituam os meios de produção da referida sociedade somente na medida em que puderem praticamente definir e economicamente provar a si mesmos como *parte orgânica do capital*), eles têm de se opor às necessidades humanas, se a lógica do capital o exige, sobrepondo às necessidades humanas existentes e potencialmente emergentes as assim

chamadas "necessidades da produção", que correspondem diretamente ao interesse de salvaguardar a expansão do capital. Similarmente, avanços no "know-how" científico podem ser agora transformados em efetivos meios de produção, não para serem realmente empregados no campo das, ou em atendimento às necessidades humanas, mas somente se isto favorece os interesses do sistema do capital. É por isso que não só algumas linhas de pesquisa inentemente produtivas não prosseguem, mas também uma grande parte de conhecimento já existente, junto com incontáveis inventos práticos, são "arquivados" ou inteiramente reprimidos, sempre que conflitam com os interesses do capital. De fato, dada a aliança metamorfose dos meios de produção em capital reificado, a maquinaria produtiva desse sistema pode e deve ser articulada de tal maneira que siva antes a propósitos destrutivos do que a objetivos produtivos, caso imperativos da contínua auto-reprodução do capital assim o decretarem.

Desta maneira, tendo em vista sua lógica imanente, os meios de produção não são mais meios genuínos, mas uma parte determinada da *auto-affirmação do capital*. Como "meios de produção", eles representam uma forma específica de capital. Entretanto, por constituírem apenas uma *parte* do capital como tal, estão sujeitos às determinações intrínsecas desse sistema produtivo como um todo. Seu "desenvolvimento independente" é independente apenas dos objetivos e necessidades do produtor. São, por contraste, totalmente dependentes, para sua viabilização, de sua estreita conformidade à lei da contínua expansão do capital. Uma vez que os meios de produção incorporam uma determinada *grandeza de capital*, eles devem crescer (ou perecer, se incapazes de crescer o suficiente) como estipulado por esta própria grandeza, quer exista ou não uma justifi-

1 - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE 5. A TAXA DE UTILIZAÇÃO E "TEMPO DISPONÍVEL"

cação produtiva autêntica (mensurável pela necessidade) para o seu crescimento. A definição circular de *produtividade* como *crescimento e crescimento como produtividade* encontra sua explicação (e possível correção) na referência a este perverso relacionamento prático, que bane os produtores (como "indivíduos sociais" em potencial) junto com suas necessidades - cujos desenvolvimentos e satisfações liberados os poderiam tomar verdadeiramente ricos - dos equacionamentos do capital, ao substituí-los por si mesmo como objetivo final.

O fato de que a dinâmica expansiva dos próprios meios de produção seja fundamentalmente determinada pela lógica do capital enquanto tal, e não pela particularidade de sua forma de existência como material e instrumentos de produção, tem sérias repercussões para a taxa de utilização decrescente. Elas se evidenciam não apenas no domínio da fábrica e da maquinaria, mas no funcionamento do sistema capitalista de produção e distribuição tomado como um todo.

Como já mencionado, o *capital auto-expansivo* deve mostrar um retorno lucrativo na *totalidade* de suas unidades aditivas, compondo assim não só as suas próprias forças, mas também as complicações (e contradições) que acompanham a necessidade de converter mais-valia em mero pressuposto do novo ciclo de expansão. E assim esse processo tem de continuar indefinidamente, não importa quão imensa já seja a grandeza do capital acumulado, que precisa ser considerado em *todas* as suas formas (inclusive, é claro, os meios de produção) como nada mais do que o mero ponto de partida do renovado esforço de expansão.

Dessa maneira, no exato momento em que nasce essa determinada parte do capital, que é alocada aos meios de produção, é imediatamente profetida

75

sua sentença de morte. Isto se deve ao imperativo de transcender, no curso da inexorável multiplicação do capital, os meios de produção, como historicamente constituídos (e, de modo similar, sempre desmesperadamente limitados em sua capacidade, como uma dada grandeza contingente de capital). Na sua gênese histórica, o sistema capitalista não pode obter o impulso necessário para o desenvolvimento sem forçosamente alienar os meios de produção dos produtores e os converter em *capital*. Por sua vez, no seu modo atual de funcionamento, uma parte significativa de capital tem de constantemente reconverter a si mesma em meios de produção, numa escala sempre crescente, a fim de se metamorfosear de novo em *capital* em escala ainda maior, para ser capaz de investir mais e mais em seu ciclo de auto-reprodução ampliada. Paradoxalmente, por isso, quanto maior a grandeza do capital dedicada aos meios de produção (como tem de ser, dada a identificação entre o capital auto-expansivo, em uma de suas formas de existência, com os instrumentos e materiais de produção), tanto maior a pressão para a suplantação por uma grandeza sempre crescente de *capital*, destinada ao mesmo tipo de existência, à espera da execução da sentença dada a si mesma.

Além do mais, uma vez que a dinâmica expansiva deve assumir, como resultado de tais imperativos, a forma da concentração e centralização de *capital*, as partes relativamente ineficientes do *capital* social total devem inevitavelmente ficar à margem, à medida que prematuramente se tornem "excedentes aos requisitos necessários". Elas se evidenciam como *capitalisticamente inúteis* (em vista de se tornarem não-lucrativas no seu padrão de funcionamento), mesmo que pudessem contribuir para a produção de coisas socialmente úteis, sob as condições de uma articulação global de *capital* menos concentrada; e

79

mais ainda se transferimos os ativos acumulados para fora da estrutura do sistema de *capital*.

Dessa maneira, seguindo a lógica de suas determinações iminentes, a tendência inexorável à concentração e centralização de *capital* - que emerge originariamente tanto do antagonismo *capital/trabalho*, quanto das trocas conflitantes de uma grande multiplicidade de *capitais* competitivos - não prevalece menos do que antes sob as condições da manipulação monopolista e do "curto-circuito" de algumas das determinações internas do sistema, ativando e intensificando assim a tendência da taxa de utilização decrescente no plano da utilização do próprio *capital*. A tão idealizada categoria da "economia de escala" (que no fundo corresponde a pouco mais do que a uma apologetica racionalização do insaciável apetite canibalesco do grande *capital* em devorar seus irmãos e primos menores) bem expõe a crescente inviabilidade não apenas do pequeno, mas também do médio *capital*, em face da decrescente taxa de utilização do *capital*, que só os complexos maiores parecem agüentar no presente momento crítico da história.

Basta que recordemos a esse respeito a atual situação da indústria automobilística. Não somente porque muitas fábricas de automóveis, de médias a grandes, desapareceram nas três últimas décadas em todo o mundo, dos EUA à Inglaterra, França, Itália, Alemanha etc., mas porque até mesmo indústrias comparativamente grandes e subsidiadas pelo Estado, como a British Leyland (agora rebatizada como "The Rover Group", em preparativos para a "privatização" das partes rentáveis do "Grupo") e a Renault - tendo ambas encampado um número razoável de empresas de porte em seus tempos de expansão, usando a mesma racionalização da "economia de escala" - continuam a passar por dificuldades sérias,

PRODUÇÃO DESTRUTIVA E ESTADO CAPITALISTA

em função de sua aparente falta de habilidade crítica para se adaptarem às exigências produtivas da sempre crescente "economia de escala adequada". Ademais, uma observação mais atenta revela que, na realidade, estamos aqui em face de um círculo vicioso, uma vez que a absorção da "capacidade excedente" de ontem (em nome da própria "economia de escala", que supostamente é ditada pela própria "racionalidade" e como tal é frequentemente apresentada para justificar o financiamento público de pesadas perdas) transborda amanhã na nova "capacidade excedente" subutilizada, que deverá ser assimilada depois de amanhã por uma corporação ainda maior, com sua pretensa "economia de escala" agora, por fim, plenamente adequada; para começar de novo, em seu devido curso, todo o processo de capacidade excedente gerando "racionalização de capacidade".

III

Considerada em relação à produtividade como tal, a separação forçada do "caracol de sua concha" não é de modo algum menos problemática. Pois, desde que o capital usurpa todas as funções de controle do metabolismo socioeconômico, ao mesmo tempo em que os próprios produtores são completamente excluídos do estabelecimento dos objetivos da produção com referência às suas necessidades, não pode ser dada outra direção para o desenvolvimento da própria produtividade do que a maximização do lucro.

O fato de que os meios de produção sejam

I - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE
5. A TAXA DE UTILIZAÇÃO E "TEMPO DISPONÍVEL"

convertidos em capital, e tenham de ser valorizados como tal, numa escala cada vez maior, acarreta o desenvolvimento da tecnologia como uma prática produtiva paradoxalmente auto-orientada. Ela é paradoxal no sentido de que é, ao mesmo tempo, autônoma (pois é liberada pelo capital dos estrangulamentos imediatos das necessidades humanas, e, deste modo, habilitada a perseguir, até certo ponto, sua própria linha de desenvolvimento), e servilmente subordinada aos ditames de orientação lucrativa da lógica imanente do capital. Como resultado, a tecnologia pode avançar na realização de seus objetivos auto-firmados, independentemente das implicações negativas de tal orientação autônoma, tanto em relação à decrescente taxa de utilização - manifestada por um lado na superprodução da massa de mercadorias e, por outro, no acúmulo de excesso de capacidade produtiva - quanto com relação ao seu impacto sobre o trabalho vivo. Controles e limitações só podem ser trazidos à cena *post festum*, depois do dano infligido. Ao mesmo tempo, os corretivos aplicáveis dentro dos limites do capitalismo são bastante limitados, pois o impacto negativo da autonomia tecnológica - que em situações de crise parece contra-dizer os interesses vitais do sistema - está de fato completamente afinado com os ditames materiais inalteradamente orientados para o lucro do capital, mesmo se, do ponto de vista deste, seja preferível manter encobertas as contradições subjacentes.

Dessa maneira, as contradições são compelidas a irromper com dolorosa regularidade, quaisquer que sejam as fábulas desiderativas do "planejamento capitalista". Uma ação terapêutica dentro da estrutura global do sistema do capital só é exequível sob a forma de um corretivo *post festum*, que preserve a lucratividade global do sistema, quaisquer que sejam os antecipados corretivos parciais e os métodos

manipulatórios que possam ser ideados em contextos mais limitados. Mesmo o complexo militar-industrial, visto como um correivo "planejado", só pode ter um impacto limitado a esse respeito, não importa quão imponente seja seu tamanho em um dado país numa determinada época histórica. No que se refere ao trabalho vivo, os imperativos materiais do capital à procura de lucratividade no campo da tecnologia produtiva têm de ser impostos de qualquer maneira; se não dourando a pílula, então por meios mais drásticos. As periódicas explosões "luddistas" dos trabalhadores a tais imposições são manifestações extremas desta contradição. Mas, ainda que esta assumia forma bem menos agressiva, continua sendo uma contradição *antagônica*, não importa quanto esforço é despendido para nos dissuadir (ou tentar dissuadir) de sua existência. Pois ela é necessariamente reproduzida a cada ciclo de conversão ampliada da maquinaria e tecnologia produtivas em capital e *vice-versa*, em direta subordinação ao imperativo material da lucratividade.

O clamor e as exigências dos trabalhadores, em seus confrontos constantemente renovados com o capital, só podem ser satisfeitos até o ponto em que possam ser acomodados dentro de tal estrutura de orientação. O próprio fato de que até mesmo os melhores e mais honestos pensadores, que conceituam os desenvolvimentos em andamento do ponto de vista do capital, não consigam reconhecer o caráter antagônico de tais confrontos, realça agudamente a natureza problemática de todos os esforços práticos que têm de ser planejados, não obstante, para os enfrentar.

Além do mais, dadas as condições sob as quais o antagonismo estrutural fundamental - e no entanto, como constatamos, aparentemente invisível para Mandeville e Babbage - da ordem social capitalista

se faz valer, ele só pode acarretar resultados contratórios para ambos os lados desse confronto irreconciliável. Para o trabalho, a obtenção de concessões se dá ao preço de ser tangido para o quadro da constante redução do montante de *trabalho necessário* requerido para assegurar a continuidade do processo de reprodução capitalista, sem, todavia, conquistar de modo algum o poder de tornar aceitável a legitimidade (e a necessidade) de organizar a produção de acordo com o princípio de *tempo disponível*: única salvaguarda viável a longo prazo contra a sujeição à extrema penúria e indignidade do desemprego em massa. E o capital, por outro lado, obtém êxito em transformar os ganhos do trabalho em seu próprio lucro e auto-expansão dinâmica, ao implacavelmente elevar a *produtividade* do trabalho, sem entretanto encontrar solução adequada para as crescentes complicações e perigosas implicações da *superprodução crônica*, que prenunciam seu colapso final como modo socialmente viável de reprodução produtiva.

A própria ciência é mobilizada a serviço das exigências emanadas do mesmo antagonismo fundamental. Desta maneira, sob as circunstâncias predominantes, a ciência é unilateralmente subordinada, na sua função primária, à necessidade vital do capital de converter em vantagens suas próprias concessões e ganhos periódicos do trabalho. Conseqüentemente, a atividade científica é praticamente orientada (e constantemente reorientada, quaisquer que sejam as ilusões do "auto-desenvolvimento da ciência pura") em consonância com sua posição dentro da estrutura da divisão capitalista do trabalho, visando à dupla tarefa de inventar mais e mais *maquinaria* produtiva "eficaz em relação ao custo" (o que quer dizer, essencialmente, *redução de trabalho*), por um lado, e em delinear os métodos e processos

adequados para a *lucrativa produção em massa* de mercadorias, por outro. É assim que se torna possível sobrepor, na dinâmica global do processo de trabalho capitalista (em sua inseparabilidade do imperativo e da dinâmica correspondentes ao processo de "valorização"), as determinações produtivas da necessária redução de trabalho, que possa estar à altura da sempre crescente grandeza do capital como o novo pressuposto e ponto de partida do ciclo de expansão orientado pelo lucro.

IV

A taxa de utilização decrescente é a necessária concomitância de todas essas determinações. Tanto a própria contribuição do trabalho no sentido da redução produtiva do tempo de trabalho necessário, quanto o imperativo objetivo do capital em converter ganhos do trabalho a seu favor trazem consigo a taxa de utilização decrescente em diversos planos: desde o modo de funcionamento do próprio trabalho vivo (assumindo com o passar do tempo a forma de desemprego crescente), até a superprodução/subutilização de mercadorias e o uso cada vez mais dissipador da maquinaria produtiva. A única salvação concebível de tais contradições, do ponto de vista do trabalho - a saber, a adoção generalizada e a utilização cíclica do tempo disponível como o princípio orientador da reprodução societária - é, naturalmente, um anátema para o capital, uma vez que não pode ser adaptado à sua estrutura de auto-reprodução expansiva e de valorização. Assim, o esforço pela multiplicação de riqueza reificada e

I - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE
5. A TAXA DE UTILIZAÇÃO E "TEMPO DISPONÍVEL"

pelo incremento concomitante em forças produtivas abstratas da sociedade não pode ser detido, qualquer que sejam suas implicações para a decrescente taxa de utilização e para o desperdício associado na administração dos recursos materiais e humanos da sociedade.

Do ponto de vista do trabalho vivo é perfeitamente possível encerrar o tempo disponível como a condição que preenche algumas funções positivas vitais na vida/atividade dos produtores associados (finalidades que só ele pode preencher), uma vez que a unidade perdida entre necessidade e produção é reconstituída em um nível qualitativo superior a quanto já tenha existido no relacionamento histórico entre o "caracol e sua concha". Todavia, em contraste total, "tempo disponível", do ponto de vista do capital, é necessariamente percebido ou como algo a ser explorado no interesse da expansão do capital (desde a venda de ferramentas e materiais do tipo "faça-você-mesmo" à extrema comercialização de toda "atividade de lazer", seja ela sexo, culto religioso ou arte), ou como vã "perda de tempo", que como tal não pode ser explorada. É por isso que a tirania capitalista do tempo mínimo (autorizado na produção) unida à taxa de utilização decrescente (na esfera de cada um deles, produção e consumo) tem de prevalecer sem obstáculos, até que o sistema como um todo desmorone sob o peso de suas próprias contradições.

A esse respeito, as alternativas que se apresentam ao capital são, de fato, bastante limitadas. O sistema capitalista de produção e consumo pode continuar funcionando, como que adiando a "hora da verdade" com relação a seus próprios limites, enquanto:

(1) o círculo de consumo referido possa se expandir com sucesso, de modo que uma ampla e crescente força de trabalho possa conviver com os

imperativos da produtividade ampliada, absorvendo os produtos disponíveis sem dificuldades;

(2) ou uma força de trabalho relativamente limitada ou *estac/lonária* - isto é, em termos práticos, a dos países capitalistas avançados - possa proporcionar uma demanda suficientemente dinâmica para equilibrar a necessidade de expansão do capital gerada pelo sistema, ampliando o âmbito e acelerando o índice de seu consumo.

Estas não são, é claro, determinações filosóficas apriorísticas, mas possibilidades históricas reais. Como tais têm de ser atualizadas (isto é, convertidas em realidades socioeconômicas tangíveis e, em última análise, limitantes/restritivas) através dos intercâmbios multifacetados que têm lugar na estrutura global da reprodução societária, na qual as várias tendências e contratendências do sistema do capital se fazem valer.

Assim, considerando a primeira possibilidade, não é indiferente com que caminho particular o sistema do capital está de fato historicamente articulado, no que se refere ao relacionamento entre os centros "metropolitanos" do capital e o resto do mundo. Entretanto, uma vez que as relações estruturais objetivas com as quais estamos familiarizados são originadas e consolidadas através da penetração capitalista e do domínio imperialista (ou neo-imperialista) ocidental, subordinando o "terceiro mundo" aos interesses dos países capitalistas dominantes, a possibilidade de ampliar o círculo de consumo, bem como de incluir nele a população mundial com um todo, sofre um pesado impedimento.

Em vista disso, não é surpreendente que as estratégias do pós-guerra, projetadas para a "modernização" do "terceiro mundo" no interior da estrutura do sistema capitalista, só conseguiram arranhá-lo a superfície dos problemas estruturais das sociedades envolvidas. Ao

mesmo tempo, a dinâmica da expansão capitalista também teve que se retrair para os limites dos países ocidentais dominantes, confiando basicamente na segunda possibilidade acima mencionada, em parelha com a multiplicação do desperdício para além do imaginável nos limites do próprio "capitalismo avançado". Tentativas de redefinição do relacionamento entre o "terceiro mundo" e o ocidente, no "próprio interesse esclarecido" do último (por exemplo, através dos Relatórios Brandt), foram por isso privadas de real credibilidade, e assim condenadas desde o início a desaparecer sem deixar traço. A dura realidade das condições predominantes não podia deixar espaço para um efeito esclarecimento, mas só para algumas intervenções "caridosas" por ocasião das emergências mais graves (como a fome na Etiópia). De fato, como regra geral, as teorias do desenvolvimento de orientação ocidental e suas correspondentes práticas institucionais de intervenção "modernizadora" no "terceiro mundo" só podiam assumir posturas paternalistas e caritativas inteiramente inadequadas. Para a ampliação substantiva do próprio círculo de consumo historicamente constituído (e extremamente restrito) - sem a qual tão-somente as migalhas da mesa dos países de capitalismo avançado poderiam ser "redistribuídas" - seia necessária uma mudança radical nas relações de poder estabelecidas pela dependência e dominação. Entretanto, o sistema global do capital, preso à dinâmica assimétrica de sua articulação estrutural existente a favor do "norte", é objetivamente incompatível com tal mudança.

A taxa de utilização decrescente afeta negativamente todas as três dimensões fundamentais da produção e do consumo capitalistas, a saber:

- (1) bens e serviços,
- (2) instalações e maquinaria,
- (3) a própria força de trabalho.

Com relação à primeira, a tendência se faz sentir através da crescente velocidade da circulação, que se torna necessária com o desdobramento do "capitalismo de consumo", visando compensar - tanto quanto possível nessas circunstâncias - algumas das mais danosas tendências negativas do desenvolvimento econômico.

De início parece não haver problemas, uma vez que as necessidades de expansão da produção capitalista podem ser satisfeitas atrairdo para a estrutura, que engloba mais do que apenas consumo básico, novos grupos de pessoas, anteriormente excluídas; ou tornando disponíveis também para as classes trabalhadoras, pelo menos nos países capitalistas avançados, mercadorias anteriormente reservadas aos privilegiados, como, por exemplo, testemunha a larga difusão do automóvel, em conjunto com a variação de padrão da moradia e o afastamento dos trabalhadores de seu lugar de trabalho (em contraste com as cidades-oficinas vitorianas) para áreas suburbanas (não, porém, é óbvio, no terceiro mundo, como testemunha a tragédia de Bhopal, devida às operações da transnacional americana Union Carbide).

Além de um certo ponto, entretanto, as mercadorias destinadas ao "alto consumo de massa" não são mais suficientes para manter afastados da porta os lobos da crise de superprodução. Assim, torna-se

necessário citar meios que possam reduzir a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usado, encurtando deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no redepimento da circulação acelerada. A "obsolescência planejada" em relação a "bens de consumo duráveis" produzidos em massa; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o *transporte coletivo*) em favor daqueles nos quais a taxa de utilização tende a ser muito menor, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade; a imposição artificial de capacidade produtiva quase que completamente inútil (por exemplo, o "superdesperdício" de um complexo computador usado como "processador de texto", num escritório onde uma simples máquina de escrever seria perfeitamente suficiente); o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos materiais (por exemplo, o informatizado "escritório desprovido de papel", que consome cinco vezes mais papel do que antes); a "extinção" deliberada das habilidades e dos serviços de manutenção, para compelir os clientes a comprar dispendiosos produtos ou componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser consertados (por exemplo, compelir as pessoas a comprar sistemas completos de silenciosos para carros ao preço de 160 libras, em lugar de um serviço de solda de 10 libras, que seria perfeitamente indicado para o caso) etc., - tudo isso pertence a essa categoria, dominada pelos imperativos e determinações básicas para dissipativamente fazer decrescer as taxas de utilização reais.

Entretanto, a despeito da cínica prática da "obsolescência embutida", assim como de todos os esforços promocionais manipulatórios, que visam produzir a mesma "obsolescência prematura" por outras vias, não é muito fácil garantir - na escala necessária e com a consistência exigida para torná-la segura do ponto de vista da orientação expansiva do capital - a motivação para dissipativamente descartar bens perfeitamente usáveis, dadas as restrições econômicas dos consumidores individuais, mesmo nos países mais ricos, e as demandas conflitantes impostas sobre seus recursos. Dessa maneira, garantias muito mais seguras precisam ser encontradas em escala suficientemente ampla, e numa forma diretamente institucionalizável, de modo que o implacável impulso à frente do capital, combinado com sua tendência em reduzir a taxa de utilização, possa prosseguir desimpedido.

Essa garantia é proporcionada ao capital pelo surgimento e pela consolidação estatal do "complexo militar-industrial", que temporariamente afasta várias das contradições mais importantes. Ele apropria e dissipa recursos e fundos de capital excedente aparentemente ilimitados, sem se somar absolutamente aos problemas da realização e das pressões competitivas, como seria necessariamente no caso da expansão do capital orientada para o consumo real. Ao mesmo tempo, o astronômico desperdício (que seria totalmente incompatível com os critérios normalmente glorificados da eficiência econômica e da "boa economia doméstica") encontra sua automática justificativa e legitimação no apelo da ideologia do "interesse nacional" e da "segurança nacional", sob a ação combinada dos poderes legislativo, judiciário e executivo, em uníssono com os complexos militares-industriais correspondentes. Dessa maneira, não somente deixam de ser imediatamente sentidas as conse-

quências negativas da taxa de utilização decrescente, mas, ao inverso, graças à direta sustentação institucional proporcionada pelo estado em escala massiva e virtualmente em todas as áreas da atividade econômica, por um período histórico determinado essas consequências podem ser transformadas em pontos desvantajosos da expansão capitalista, anteriormente imagináveis, como pudemos testemunhar nas décadas do pós-guerra.

Encontramos dificuldades e complicações similares afetando as exigências da expansão do capital, tanto no plano das instalações quanto do maquinário. A taxa de utilização decrescente aqui se manifesta na forma de *subutilização crônica* de instalações e maquinário, acoplada a uma pressão crescente para artificialmente encurtar o ciclo de *amortização* dos mesmos, a fim de se contrapor à própria tendência. De acordo com isso, estamos hoje em dia muito longe do diagnóstico de Charles Babbage a respeito do imperativo capitalista de renovar o maquinário a cada dez anos. É que nossa "sociedade descartável" freqüentemente lança mão da desconcertante prática "produtiva" de sucatear maquinário totalmente novo após um uso muito reduzido, ou mesmo sem inaugurá-lo, a fim de o substituir por algo "mais avançado" ou deixar seu lugar vago sob as condições de "pressão descendente" na economia. Naturalmente, tal desperdício absurdo no campo da utilização de capacidade produtiva não pode se tornar a regra geral. Não obstante, também a regra geral foi significativamente modificada no século XX, particularmente nas últimas quatro décadas, comparada ao "ritmo moderado" com que instalações e maquinário perfeitamente usáveis costumavam ser descartados à época de Babbage.

Que as práticas, adotadas como resultado das tendências objetivas e das pressões do desenvolvi-

mento do capitalismo moderno, sejam apologeticamente racionalizadas através da conveniente ideologia da "inovação tecnológica" - pois quem em sã consciência ousaria questionar a necessidade da maternidade para a sobrevivência da humanidade? - não altera o fato de que estamos aqui em face de um problema estrutural básico de crescente gravidade. E, uma vez mais, temos que destacar a função de patrocinador direto do estado, ao prover generosamente até mesmo as mais ricas corporações multinacionais dos fundos mais do que necessários para a "renovação de instalações" e o "desenvolvimento", fundos estes que o idealizado "espírito empresarial" da concorrência privada não pode mais produzir com lucratividade. Isso sem mencionar o envolvimento permanentemente do estado capitalista modelado na sustentação material (e subsidiada) do sistema da iniciativa privada através do financiamento e da organização tanto da pesquisa de orientação tecnológica direta como da assim chamada "pesquisa básica".

Quanto ao terceiro aspecto do nosso problema, concretamente ao uso ou ao não-uso da força de trabalho socialmente disponível, constitui a contradição potencialmente mais explosiva do capital. Pois - desafortunadamente do ponto de vista do capital - o trabalho não é apenas um "fator de produção", em seu aspecto de força de trabalho, mas também o "consumidor de massa", tão vital para o ciclo normal da reprodução capitalista e da realização da maioria. É por isso que o capitalista individual gosta tanto da elevação do poder de compra do trabalhador dos outros. Realmente, sob condições favoráveis, em princípio ele nem mesmo é contra a melhoria das condições materiais da classe trabalhadora como um todo; ou seja, nos períodos em que tais melhorias não conflitam com as exigências da lucra-

tividade, desde que possam ser financiadas pela produtividade crescente da dinâmica da reprodução ampliada. Daí a possibilidade, de fato a necessidade, de "economias de altos salários", ou variantes do "welfare state", nas circunstâncias de ininterrupta expansão do capital, como temos testemunhado durante a fase relativamente longa de desenvolvimento do pós-guerra nos países capitalistas avançados.

Entretanto, a taxa de utilização decrescente relativa à força de trabalho (que se manifesta na forma de desemprego crescente) não pode ser revertida por fatores e medidas conjunturais. Desconcertante para o capital, todavia não se pode tratar indefinidamente o trabalho como um mero "fator de produção", nem mesmo explorando manipulatoriamente a oposição fictícia entre trabalhador e consumidor, para submeter o trabalhador em nome da mítica do "Consumidor" escrito em maiúsculas. Pois, em última análise (e apesar de todos os apologeticos clichês ideológicos produzidos pela assim chamada "ciência econômica" sobre a proclamada "maximização das utilidades marginais" em base estritamente individualista), ambos são basicamente o mesmo. Realmente, a saúde ou o estado "dysfuncional" da economia capitalista é essencialmente determinado pela base desta (extremamente incômoda do ponto de vista do capital) identidade estrutural entre trabalhador e "consumidor de massa", que confere ao trabalho, em ambas as condições, uma objetiva posição estratégica no conjunto do sistema, mesmo se as pessoas envolvidas não estejam ainda conscientes das potencialidades emancipadoras inerentes a elas.

As implicações práticas negativas desta identidade fundamental se destacam com toda evidência através do desdobramento tendencial da taxa de utilização decrescente. Além do mais, com relação ao trabalho essa tendência assume a forma de uma

fastidiosa contradição. De um lado encontramos o apetite sempre crescente do capital por "consumidores de massa", enquanto, de outro, sua necessidade "sempre menor" de trabalho vivo.

Esta é, de fato, a contradição antagonica e literalmente explosiva dessas duas necessidades fundamentais, porém irreconciliáveis do capital, que domina o discurso da moderna teoria econômica burguesa, oferecendo a "reconciliação" imaginária da contradição em tela pela reescritura de seus termos de referência e redefinição da substância de seus componentes, tendo por objetivo a racionalização ideológica. Conseqüentemente, a "ciência econômica" não só inventa "o Consumidor" como entidade independente, mas também invoca o capitalista como "o Produtor"⁴³, reduzindo assim ficticiamente o papel estratégico do trabalho a um mínimo irrelevante. Dessa maneira, a economia política burguesa do século XX simultaneamente reflete e legitima, de um modo inventido característico, a mais anti-social e desumanizante tendência do capital para a eliminação brutal do trabalho vivo do processo de trabalho.

Decerto, enquanto a taxa de utilização decrescente pode ensejar saídas para a expansão do capital através da multiplicação de bens e serviços, não importa quão dissipadora seja, bem como através da aceleração da taxa de amortização de instalações e maquinário acima mencionada, a terceira

43. Infelizmente, Immanuel Wallerstein faz o mesmo, o que é muito mais apropriado na estrutura weberiana/parsoniana de apologia ideológica do que para as exigências conceituais de uma teoria socialista crítica. Por exemplo: "Dizer que o objetivo do produtor é a acumulação de capital é dizer que ele tentará produzir o máximo possível de um determinado bem e o porá à venda com a maior margem de lucro". (I. WALLERSTEIN, *Historical Capitalism Verso Effortions*, Londres, 1983, p. 20.) Que isto não é apenas um descuido isolado e inconseqüente, é demonstrado pela repetição do mesmo desconcertante uso de termos nas páginas 21, 22, 26, 29 e 50 do livro de Wallerstein.

1 - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE 5. A TAXA DE UTILIZAÇÃO E "TEMPO DISPONÍVEL"

e mais perigosa dimensão desta tendência - que afeta trabalho como o sujeito vivo do processo de trabalho - pode permanecer latente. Em verdade, a latência dessa terceira dimensão, conjugada com a exploração manipulada das outras duas (tanto em termos estritamente econômicos, quanto através do envolvimento ativo das "políticas de consenso" nos países capitalistas avançados), pode citar a ilusão da "integração" permanente do trabalho. Como resultado, os profundos problemas estruturais e as contradições do sistema socioeconômico existente podem ser conceituados como "distinções temporárias" de caráter essencialmente tecnológico, de onde poderia ser inferido que são de fato suscetíveis de soluções tecnológicas similares.

Só quando as potencialidades das duas primeiras dimensões (isto é, como indicado em relação a 1. bens e serviços, 2. instalações e maquinário) para afastar as contradições inerentes à taxa de utilização decrescente não conseguem um efeito bastante abrangente, somente então é ativado o selvagem mecanismo de expulsão em quantidades massivas de trabalho vivo do processo de produção, na forma de desemprego em massa, mesmo nos países capitalistas mais avançados, independentemente de suas conseqüências para a posição do "consumidor de massa", e das necessárias implicações do comprometimento da posição do consumidor na "espiral descendente" do desenvolvimento das economias envolvidas.

Sob tais circunstâncias, quando uma proporção cada vez maior de trabalho vivo se torna força de "trabalho supérfluo" do ponto de vista do capital, a "ciência econômica" apologética subitamente descobre que a destituição de trabalho é um problema estrutural, e começa a falar de "desemprego estrutural". O que esquece de acrescentar é, "simplesmente",

que desemprego em massa é estrutural somente para o capital, e não para o avanço do processo produtivo enquanto tal. A responsabilidade, desde que reconhecida, é obstinadamente lançada sobre os ombros do próprio "progresso tecnológico", ao qual, naturalmente, ninguém pode conscientemente se opor, exceto talvez em nome da utopia pessimista do pensamento liberal desencantado denominada "economia estável".

Assim, graças à mistificante confluência de uma importante tendência social com seu cenário tecnológico, e graças à arbitrária subordinação da primeira ao segundo, os problemas inerentes ao impacto cumulativo das três dimensões em conjunto - que intensificam reciprocamente a força negativa de cada uma tomada isoladamente - não precisam nem ao menos ser considerados, e muito menos efetivamente neutralizados no plano da prática social. É por isto que, como era de se esperar, mesmo em tempos de desemprego em massa, que afeta as comunidades mineiras na Grã-Bretanha com uma selvageria ainda maior do que em outras áreas da produção industrial, a entidade normativa da indústria carvoeira "nacionalizada" (British Coal) precisa impor sua exigência socialmente absurda, porém racional(!) para o capitalismo, de implantação da semana de seis dias, em lugar da tradicional semana de cinco dias, para ser capaz de alongar o tempo de exploração de sua força de trabalho fortemente reduzida, em sintonia com a taxa de utilização decrescente, que avança em todos os três planos da produção e do consumo acima discutidos.

A única alternativa viável para tais práticas (a saber, visar soluções pela reorganização da produção social rumo à maximização do "tempo disponível"), obviamente exigiria a adoção de uma contabilidade social radicalmente diferente, em lugar da inexorável

perseguição do lucro. Porém, é claro, a categoria de "tempo disponível", como um princípio orientador, positivo e criticamente utilizável do intercâmbio social, é totalmente incompatível com os interesses da ordem estabelecida.

II - A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE E O ESTADO CAPITALISTA: ADMINISTRAÇÃO DA CRISE E AUTO-REPRODUÇÃO DESTRUTIVA DO CAPITAL

1. A LINHA DE MENOR RESISTÊNCIA DO CAPITAL

A taxa de utilização decrescente é uma das leis tendenciais mais importantes e abrangentes do desenvolvimento capitalista. Há que enfatizar que esta tendência (que está intimamente ligada aos imperativos da expansão do capital) cumpriu funções muito diferentes em fases distintas de tal desenvolvimento. Desse modo, a mudança que torna possível o trabalhador ter à disposição dois pares de sapatos, em vez de um, só pode ser considerada positiva, quaisquer que sejam as motivações e determinações ocultas do lado capitalista. De fato, tal expansão do consumo, em escala incomparável com os sistemas produtivos anteriores, é um dos aspectos mais significativos e uma conquista real da "vitória civilizadora da propriedade mobiliária". Para citar Marx: "A despeito de todos os discursos "piedosos", ele (o capitalista) busca meios para impulsionar (os trabalhadores) ao consumo, procura dar aos seus produtos novos encantos, inspirar novas necessidades pela propaganda constante etc. É exatamente este aspecto da relação capital e trabalho que é um importante momento civilizador, e nele reside tanto a justificativa histórica, quanto o poder contemporâneo do capitalismo".

Todavia, a emergência do complexo militar-industrial,

baseado na mesma tendência, é um assunto completamente diferente. De fato, as manifestações destrutivas desta lei tendencial - dificilmente visíveis na época de Marx - entraram em cena com ênfase dramática no século XX, e particularmente nas últimas quatro ou cinco décadas. Por consequência, a antiga formulação socialista da superação da escassez, através da produção de uma abundância anteriormente inimaginável, necessita também um reexame radical à luz dos mesmos desenvolvimentos.

Evidentemente, Marx nem poderia sonhar com a emergência do complexo militar-industrial enquanto agente todo-poderoso e efetivo no deslocamento das contradições internas do capital. Ele descreveu a dinâmica da auto-reprodução ampliada do capital - que, de seu ponto de vista, também geraria, a despeito das intenções conscientes dos capitalistas individuais, as condições materiais para uma transformação socialista - nos seguintes termos: "A grande qualidade histórica do capital é citar este trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do meio valor de uso, da mera subsistência; e seu destino histórico (*Bestimmung*)² é realizado tão logo que, de um lado, tenha havido tamanho desenvolvimento das necessidades que o trabalho excedente, acima e para além da necessidade, se tenha convertido em uma necessidade geral emergente das próprias necessidades individuais - e, de outro, - quando a severa disciplina do capital, atuando sobre sucessivas gerações (*Geschlechter*), tenha desenvolvido uma indústriabilidade geral como a propriedade geral da nova espécie (*Geschlecht*) - e, por fim, quando as forças produtivas do trabalho, incessantemente fustigadas pelo capital na sua ânsia ilimitada por riqueza

2. "Sua determinação histórica é consumada" seria uma tradução mais adequada da expressão de Marx, do que "seu destino histórico é realizado".

e pelas condições que a realizam, tenham florescido ao ponto em que a posse e a preservação da riqueza geral exijam menos tempo de trabalho da sociedade como um todo, e em que a sociedade trabalhadora se relacione cientificamente com o processo de sua reprodução progressiva, sendo esta cada vez mais abundante, é quando, então, cessa o trabalho feito pelo ser humano que pode ser feito por uma coisa... A busca incessante da forma geral de riqueza por parte do capital leva o trabalho para além dos limites de sua insignificância natural (*Naturbedürftigkeit*), e isso cita os elementos materiais do desenvolvimento de uma individualidade rica, tão multifacética na produção quanto no consumo, e cujo trabalho, por isso, já não aparece mais como trabalho, mas como o desenvolvimento pleno da própria atividade, na qual desapareceu a necessidade natural em sua forma direta, pois é uma necessidade historicamente criada tomou o seu lugar. É por isso que o capital é produtivo, ou seja, uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Deixa de existir enquanto tal somente quando o desenvolvimento dessas forças produtivas encontra um obstáculo no próprio capital"³.

Todavia, o problema é que o capital, na sua forma mais liberta - ou seja, sob as condições da produção generalizada de mercadorias, que circunscribe e define os limites do capitalismo - põe em movimento não apenas grandes potenciais produtivos, mas também, simultaneamente, forças massivas tanto diversionárias quanto destrutivas. Conseqüentemente, por mais estranho que isto possa soar aos socialistas, tais forças diversionárias e destrutivas provêm o capital em crise de novas margens de expansão e de novas maneiras de sobrepujar as

3. K. MARX, *Grundrisse*, p. 325.

barreiras que encontra.

Dessa maneira, a dinâmica interna do avanço produtivo, como determinada pelas potencialidades objetivas da ciência e da tecnologia, é seriamente distorcida, de fato fatidicamente desencaminhada pela tendência à perpetuação das práticas viáveis do capitalismo - embora dissipadoras e destrutivas - e ao bloqueio de opções alternativas que possam interferir nas exigências fetichistas da auto-expansão do valor de troca. Neste sentido, as "necessidades historicamente criadas", que substituem as naturais sob as pressões da produção generalizada de mercadorias, são extremamente problemáticas e devem por isso ser radicalmente questionadas do ponto de vista da advogada emancipação socialista, que elas não só não antecipam necessariamente, mas à qual vivamente se opõem.

II

Pode-se ver os dilemas envolvidos nesses desenvolvimentos no contexto do crescimento do consumo, que em tese deveria ser inerentemente emancipador. Para citar Marx: "A produção de mais-valia relativa, isto é, a produção de mais-valia baseada no crescimento e desenvolvimento das forças produtivas, exige a produção de um novo consumo; exige que o círculo de consumo no interior da circulação se amplie, como previamente ocorreu com o círculo de produção. Primeiro, ampliação quantitativa do consumo existente; segundo, criação de novas necessidades pela propagação das já existentes por um amplo círculo; terceiro, produção de novas

necessidades e descoberta e criação de novas valores de uso⁴.

Entretanto, o resultado positivo dessa interação dialética entre produção e consumo está muito longe de ser seguro, já que o impulso capitalista para a expansão da produção não está necessariamente ligado à *necessidade humana* como tal, mas somente ao imperativo abstrato da "realização" do capital.

Naturalmente, esta última é factível de diversas maneiras. A primeira maneira, historicamente primária - fundamentalmente positiva - de dar consecução ao sempre crescente processo de auto-realização do capital através da interação dinâmica entre produção e consumo, é descrita por Marx, parcialmente recordada de Babbage, da seguinte maneira: "Por exemplo, se mediante a duplicação de força produtiva, é suficiente um capital de 50 onde antes era necessário um capital de 100, de modo que um capital de 50 e o trabalho necessário correspondente são liberados, então é necessário criar um novo ramo de produção qualitativamente diferente, que satisfaça e faça emergir uma nova necessidade. O valor da velha indústria é preservado pela criação dos fundos para a nova, na qual a relação entre capital e trabalho se apresenta sob nova forma. Daí a exploração de toda a natureza em busca de novas qualidades úteis nas coisas; o intercâmbio universal de produtos de todos os climas e países estrangeiros; a nova preparação (artificial) dos objetos naturais, pela qual são conferidos a eles novos valores de uso. A exploração da terra em todas as direções, tanto para descobrir novas coisas úteis, como novas qualidades úteis das antigas; bem como novas qualidades das mesmas enquanto matéria-prima; o desenvolvimento, desta maneira, das *ciências naturais*

4. *Ib.*, p. 408.

ao seu ponto máximo; o descobrimento, a criação e a satisfação de novas necessidades que surgem da própria sociedade; o cultivo de todas as qualidades do humano ser social, a produção do mesmo numa forma tão rica em necessidades quanto possível, potente em qualidades e relações - produção desverte ser como o produto social mais completo e universal, pois, com vistas à sua gratificação multifacética, tem de ser capaz de muitos prazeres (Genussfähigkeit), isto é, cultivado em alto nível, - tudo isso é também uma condição de produção fundada no capital. Essa criação de novos ramos de produção, isto é, de tempo excedente qualitativamente novo, não é meramente divisão do trabalho, mas antes a criação, separada da produção existente, de trabalho com um novo valor de uso; o desenvolvimento de um sistema cada vez mais amplo e mais completo de diferentes formas de trabalho e de produção, às quais corresponde um sistema de necessidades cada vez maior e mais rico. Assim o capital cria a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza, como os próprios vínculos sociais dos membros da sociedade. Daí a grande influência civilizadora do capital; sua produção de um estágio social, em comparação com o qual todos os anteriores aparecem como meros desenvolvimentos locais da humanidade ou idolatria da natureza. Pela primeira vez a natureza se converte puramente em objeto para a humanidade, em pura matéria de utilidade; cessa de ser reconhecida como um poder para si mesma; e a descoberta teórica de suas leis autônomas aparece meramente como um ardid para subjugar a natureza às necessidades humanas, seja como objeto de consumo, seja como meio de produção. De acordo com essa tendência, o capital tende para além das barreiras e preconceitos nacionais, tanto quanto da veneração da natureza e da satisfação

tradicional, confinada, complacente e incrustada das necessidades existentes, bem como da reprodução dos velhos estilos de vida. O capital é destrutivo ante tudo isso, e constantemente o revoluciona, rompendo todas as barreiras que impeçam o desenvolvimento das forças produtivas, a expansão das necessidades, o *multiforme desenvolvimento da produção* e a exploração e o intercâmbio das forças naturais e mentais⁵.

Infelizmente, no entanto, não pode haver garantia de que prevalecerá a potencialidade positiva que aponta na direção da transformação socialista. Pois, do ponto de vista da auto-expansão do valor de troca, a alternativa óbvia, da linha de desenvolvimento aqui descrita por Marx, é seu aborto bem antes que debilita irremediavelmente o poder de controle total do capital. Isto implica a necessidade, por parte do capital, de perseguir uma estratégia de "realização" que não só supere as limitações imediatas da demanda flutuante do mercado, mas ao mesmo tempo tenha êxito também em se desembrasar radicalmente das *restrições estruturais* do valor de uso enquanto atado à necessidade humana e ao consumo real.

Uma vez conseguido isso, e assim rechaçada a medida humanamente significativa de aspirações e objetivos legítimos como um entrave intolerável ao "desenvolvimento", o caminho está completamente aberto para deslocar muitas das contradições internas do capital. E isso pode perdurar por um período histórico tão longo quanto as novas modalidades de escoamento e realização permanecerem livres das pressões de saturação, por um lado, e das sérias dificuldades para assegurar os recursos necessários para o crescimento cancerígeno e cada vez mais dissi-

pador do padrão de produção, por outro.

Este tipo de mudança estrutural no ciclo de reprodução capitalista, não previsto por Marx, é consequência da transformação radical da produção *genericamente orientada para o consumo em destruição*.

Por certo, uma grande variedade de outras formas de produção-dissipadora foram também experimentadas com o mesmo propósito e continuam a ser praticadas desde então, como vimos com referência à "obsolescência planejada" etc. Entretanto, elas demonstraram ser excessivamente limitadoras ao longo do desenvolvimento capitalista com relação aos imperativos estruturais do sistema. Assim, torna-se necessário adotar a forma mais radical de desperdício - isto é, a destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados - como meio dominante de ordenação do capital superproduzido.

A razão pela qual tal mudança é possível, nos parâmetros do sistema de produção estabelecido, é porque consumo e destruição são *equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de "realização" capitalista*. Desse modo, a questão, se prevalecerá o consumo normal - isto é, o consumo humano de valores de uso correspondentes a necessidades - ou o "consumo" através da destruição, é decidida com base na maior suscetibilidade de um ou de outro para satisfazer o conjunto dos requisitos da auto-reprodução do capital sob circunstâncias variáveis.

Na prática encontramos, é claro, uma combinação de ambos, mesmo sob as piores circunstâncias. No entanto, podemos perceber claramente uma tendência crescente a favor do último - ou seja, do pseudoconsumo destrutivo - ao longo do desenvolvimento capitalista do século XX nos países ocidentais dominantes.

Foi Rosa Luxemburgo quem primeiro assinalou, antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1913, as grandes vantagens da produção militarista para a acumulação e a expansão capitalistas. Eis como ela caracterizou as determinações materiais subjacentes: "Na forma de contratos governamentais para suprimentos militares o poder de compra disperso dos consumidores é concentrado em grandes quantidades e, livre das *extravagâncias e flutuações subjetivas do consumo pessoal*, ele adquire quase *regularidade automática e crescimento rítmico*. O próprio capital basicamente controla este movimento rítmico e automático da produção militar através da legislação e da imprensa, cuja função é moldar a assim chamada 'opinião pública'. É por isso que esta área particular da acumulação capitalista parece capaz a princípio de uma *expansão infinita*. Todos os outros esforços para expandir o mercado e estabelecer as bases operacionais do capital dependem largamente de fatores históricos, sociais e políticos, que estão além do controle do capital, ao passo que a produção para o militarismo representa um campo cuja expansão *progressiva e regular* parece primariamente determinada pelo *próprio capital*"⁶.

Naturalmente, desde o tempo em que Rosa Luxemburgo escreveu nesses termos sobre a "produção militarista", temos testemunhado o surgimento e a consolidação do "complexo militar-industrial", que é um fenômeno qualitativamente diferente no seu relacionamento com o estado. Todavia, as determinações materiais básicas permanecem as mesmas do ponto de vista do processo de realização capitalista, e somente sua implementação assume agora uma forma consideravelmente mais avançada - isto é, economicamente mais flexível e dinâmica, assim como

6. ROSA LUXEMBURGO, *The Accumulation of Capital*, Routledge, Londres, 1963, p. 466.

ideologicamente menos transparente e por isso politicamente menos vulnerável.

108

III

A esse respeito, como em muitos outros, o capital segue a *linha de menor resistência*. Em outras palavras, se encontra um equivalente *funcional* capitalisticamente mais viável ou fácil para o curso da ação, que suas próprias determinações materiais iriam predicar de modo diferente ("diferente" significando a expansão da produção correspondendo ao desenvolvimento da "íca necessidade humana", como descrita por Marx), ele está fadado a optar por aquele que mais obviamente está de acordo com sua configuração estrutural em geral, mantendo o controle que já exerce, em vez de perseguir alguma estratégia alternativa que pudesse exigir o afastamento de práticas bem estabelecidas.

De acordo com isso, enquanto, em princípio, é verdade que o desenvolvimento da produção capitalista "requer que o círculo de consumo se expanda, no interior da circulação como o fez previamente o círculo produtivo"⁷, um equivalente funcional preferível está à disposição do capital na forma de aceleração da velocidade de circulação dentro do próprio círculo de consumo (aumentando o número de transações no círculo já existente), em vez de embarcar na aventura mais complicada e arriscada de alargar o próprio círculo.

Com outras medidas poderia dar no mesmo, mas este é um caminho mais fácil do ponto de vista do

7. K. MARX, *Grundrisse*, p. 408.

capital. Primeiro, porque a expansão do círculo de consumo traz consigo a difícil tarefa econômica de estabelecer uma rede comercial mais elaborada, que se estenda por áreas anteriormente inatingidas.

E, em segundo lugar, porque a operação de um círculo de consumo ampliado envolve uma mudança, de modo nenhum desprezível, do padrão de distribuição prevalente, com todas as suas complicações ideológicas e políticas. (Veja, a esse respeito, na Inglaterra por exemplo, o forte contraste entre o consumo restringido, tal como foi administrado pelo paternalismo vittoriano - conservador ou liberal - e o círculo de consumo fortemente ampliado da era do pós-guerra com sua *política de consenso*⁸.)

Dessa maneira, só quando o caminho correspondente à linha de menor resistência é incapaz de manter por mais tempo os requisitos do desenvolvimento capitalista, somente então são buscadas alternativas a fim de deslocar as contradições subjacentes e, assim, prevenir a ativação das potencialidades liberadoras inerentes à "socialização da produção" tão esperançosamente contemplada por Marx.

8. Justamente por isso, uma pressão objetiva na direção oposta acarreta o fim do consenso político e a necessidade de legitimar os ataques contra os fundamentos materiais do "welfare state" - implicando de novo uma modificação no padrão de distribuição, se bem que desta vez a modificação seja de tipo restritivo - em bases neoconservadoras mais agressivas. Portanto, não é de maneira alguma acidental que as recentes racionalizações ideológicas dos ditames materiais do capital advoguem, com crescente entusiasmo, um retorno "aos valores vittorianos", como sintomas de uma crise estrutural de intensidade acumulada.

IV

O mesmo vale para a relação entre a *mais-valia absoluta* e *relativa*. Sem dúvida, olhando para trás, a partir do privilegiado prisma do presente, parece óbvio que o dinamismo básico do desenvolvimento capitalista não pode ser explicado sem o seu mais sofisticado motor de exploração: a produção de *mais-valia relativa*. Comparativamente a exploração de *mais-valia absoluta* tem de parecer não só fofca, mas também dispendiosamente ineficiente. Entretanto, duas considerações fundamentais são omitidas a partir deste raciocínio, e ambas são cruciais para a compreensão da dinâmica do "subdesenvolvimento".

Primeiro, que *historicamente* a expropriação desumana de *mais-valia absoluta*, mesmo em sua forma mais cruel?, é o ponto de partida e o fundamento material necessário para a variante mais refinada (e também ideologicamente mais desconcertante) da exploração capitalista. Em outras palavras, a produção e a apropriação de *mais-valia relativa* em escala crescente, em vista de seu modo específico de re-produção, necessariamente pressupõe, não apenas analítico-conceitualmente, mas também em termos históricos reais, sua atual constituição material - isto é, sua produção original - através do mecanismo de exploração comparativamente mais transparente da *mais-valia absoluta*.

Segundo, mesmo a uma distância considerável da fase histórica da "acumulação primitiva", o movimento para o predomínio da *mais-valia relativa* (e não se pode falar *nunca* de algo mais que de seu *predomínio*, já que a prática da exploração de tipo

9. Veja a este respeito a análise vigorosa de Marx da "Assim Chamada Acumulação Primitiva", na Parte VIII de *O Capital*, Volume 1.

máximo ["sweat-shop"] acompanha o capitalismo mesmo no seu estágio mais "avançado", não importa quão "esclarecida" seja sua legislação trabalhista) não é decididamente o resultado de alguma "progressão natural", quaisquer que sejam as mistificações autocomplacentes das teorias desenvolvimentistas da "modernização" inspiradas pelo capitalismo. Ao contrário, esse movimento é o resultado de duras batalhas e confrontações extremas, que *eventualmente* conseguem truncar (neste terreno particular, sem necessariamente afetar outros) a habilidade do capital para seguir a linha de menor resistência, *incorporando*¹⁰

10. Em oposição aos mitos do voluntarismo político, é importante destacar que estas concessões, emparelhadas com sua incorporação material e institucional, são factíveis no momento de sua aquisição porque coincidem com os interesses das partes mais últimas da dinâmica social total. De fato, historicamente, estas últimas tendem a agir, sob tais circunstâncias, como a "ala reformista" da burguesia e assim como aliadas temporárias das classes trabalhadoras para assegurar legalmente a difusão geral de condições de trabalho mais toleráveis. De fato, através da introdução de reformas uniformemente obrigatórias, a ala "ilustrada" da burguesia obtém consideráveis vantagens competitivas contra os elementos menos dinâmicos e adaptáveis de sua própria classe. Além do mais, visto que, nestas circunstâncias, a ala reformista representa os elementos mais avançados da burguesia, seus interesses parciais coincidem com os interesses da classe como um todo, numa fase altamente expansionista de seu desenvolvimento. Assim o capital, como uma totalidade social, concede as "salvaguardas ilustradas" da legislação trabalhista, de acordo com o movimento para o predomínio da *mais-valia relativa*, não apenas porque pode fazê-lo com segurança, mas, ainda mais, porque as novas práticas produtivas aumentam grandemente seu próprio poder e ajudam a realização de suas potencialidades objetivas para um crescimento e uma expansão global inimagináveis anteriormente (isto é, nos limites da *mais-valia absoluta*).

Tudo isto é destacado não para negar a importância da política radical, mas para melhor identificar seus alvos estratégicos. No momento em que se dá a passagem para a predominância da *mais-valia relativa*, bem como por um longo período histórico subsequente, o confronto entre capital e trabalho pode ser - mistificadamente - confinado à barganha sobre a distribuição das fatias disponíveis de um "bolo crescente", sem afetar em nada a viabilidade do capital como a *força de controle total* da sociedade. A situação se modifica radicalmente, entretanto, no momento de uma *crise estrutural*, ou seja, quando o capital não

materiaismente as concessões obtidas às práticas produtivas e às estruturas institucionais da sociedade capitalista.

Naturalmente, quando esse movimento se realiza efetivamente, sob a pressão de determinações políticas e econômicas de peso, *ipso facto* a própria linha de menor resistência do capital é significativamente redefinida. Desta maneira, a incorporação objetiva das "concessões", através de um complexo mecanismo de "feed-back" num conjunto flexível de práticas produtivas dinâmicas e institucionalmente preservadas¹¹, amplia significativamente os limites de expansão do capital. O poderoso imperativo expansionista de tais desenvolvimentos favorece, nos países capitalistas dominantes, por períodos de tempo determinados, até mesmo a adoção oficial e a implementação com sucesso de estratégias econômicas de tipo keynesiano como denominadores comuns temporários de interesses de classe estruturalmente opostos e essencialmente irreconciliáveis.

Mas, mesmo assim, a ameaça de colapsos e reversões contrárias, sob o rótulo de "monetarismo" ou de qualquer outro, está sempre no plano de fundo, mesmo nas sociedades capitalistas mais avançadas, prefigurando a necessidade de intensificar também a taxa de exploração "metropolitana" nas situações de uma crise maior. (Em tais momentos as demandas do trabalho não podem mais ser contidas nos estreitos

mais está em posição de fazer concessões que possa simultaneamente transformar em vantagens suas. Em tais momentos o confronto social é conceitualmente a questão do controle enquanto tal, e não meramente a parte relativa das classes contendoras no produto social total.

11. O consenso político da social-democracia e as formas correspondentes de sindicalismo na Europa, assim como seus equivalentes na América do Norte e no Japão, historicamente muito diferentes, porém em suas funções econômicas vitais largamente equivalentes, foram integrantes essenciais do desenvolvimento socioeconômico dos países capitalistas avançados no pós-guerra.

limites da contestação pela distribuição relativa da mais-valia existente: uma contestação sem esperança do ponto de vista do trabalho contra a necessária pressuposição de adequadas margens de lucro para assegurar investimento e expansão. Por conseguinte, sob as condições de uma crise estrutural, ganhos defensivos - normalmente bem acomodados nas margens de lucro em expansão - não são mais realizáveis, e o objetivo da confrontação social se modifica radicalmente para contestar a alternativa de hegemonia entre capital e trabalho enquanto modos dialeticamente opostos de controle da reprodução social¹².)

Além do mais, a contínua exortação de mais-valia absoluta permanece um integrante insubstituível do próprio dinamismo expansionista ao longo da história dos desenvolvimentos capitalistas, inclusive em suas fases menos problemáticas. Isto é claramente evidente pelo uso de "sweat-shops", trabalhadores imigrantes - os "Gastarbeiter", trabalhadores domiciliares etc., - nos países capitalistas avançados. Isso sem mencionar os imensos benefícios materiais que esses últimos continuam obtendo pela extração de vastas quantidades de mais-valia, na mais alta taxa de exploração praticável, do resto do mundo.

No que tange aos países "subdesenvolvidos", suas estratégias de "modernização" são nulificadas não só pela crônica insuficiência da "acumulação primitiva", mas também pela condição igualmente grave de

12. Um exemplo óbvio de condições modificadas e da resposta capitalista a estas é a decretação de leis anti-sindicalistas na Grã-Bretanha, tentando destruir os sindicatos combativos através da medida selvagem do sequestro total de seus fundos, como testemunhado nas disputas da União Nacional dos Mineradores e nos sindicatos dos gráficos (SOGAT e NGA). Tais medidas redefiniram brutalmente o significado das "disputas industriais", deixando sindicalistas tradicionais - mesmo os liderados por representantes resolutos e com consciência de classe - em situação extremamente precária.

que eles são incapazes de escapar da camisa-de-força da mais-valia absoluta como regulador todo-poderoso de seu metabolismo socioeconômico. E desde que eles não estão em posição de colonizar e saquear, bem como, depois, de explorar sistematicamente para sempre os países "avançados", a persistente inadequação da acumulação de capital, combinada à preponderância da mais-valia absoluta, constitui um verdadeiro círculo vicioso para o seu desenvolvimento.

Nem tudo isso é tão simples quanto algumas tendenciosas teorias da dependência possam sugerir. Pois, enquanto é certamente verdadeiro que a circularidade paralitante, das duas deficiências fundamentais há pouco mencionadas, importa num possante fator socioeconômico com todas as suas consequências estruturais retardatárias, ao mesmo tempo é verdade também que a situação do pós-guerra é totalmente ininteligível sem a total cumplicidade das classes dirigentes locais na produção e preservação da estrutura mutilada do subdesenvolvimento crônico.

Decerto, a salvaguardada exploração neocolonialista de mais-valia absoluta segue perfeitamente os interesses do "capital metropolitano" e seu apetite insaciável por superlucros facilmente repatriáveis, de acordo com sua linha de menor resistência dada nas circunstâncias. Entretanto, não deve ser esquecido que a "modernização" neocolonial do sistema capitalista de produção, que mantém no "terceiro mundo" a admitida preponderância muito anacrônica da mais-valia absoluta, também atende bem aos interesses do capital "subdesenvolvido" e à sua linha de menor resistência no respectivo estágio de desenvolvimento. É precisamente com base nesta identidade de interesses que as diferentes seções do capital global podem operar com êxito, em plena cumplicidade uma com a outra, as práticas econômicas

mais antiquadas e abertamente espoliadoras, em sua linha comum de menor resistência na estrutura global da produção capitalista.

V

A importância desses desenvolvimentos em nosso contexto - tanto no que se refere à manipulação bem-sucedida do "círculo de consumo" quanto à extorsão contínua de mais-valia absoluta - é que, como resultado, a margem de manobra do capital é consideravelmente ampliada e a maturação de suas contradições internas retardada. O fato de que o capital possa continuar a acumulação por meio da mais intensa exploração de mais-valia absoluta e relativa, e ao mesmo tempo (ao contrário das bem fundadas expectativas de Marx no século XIX) estar longe de ser inexoravelmente levado a "ampliar a periferia da circulação"¹³, significa que os limites para a expansão do capital estão significativamente estendidos e que as condições objetivas de saturação da estrutura global das operações lucrativas do capital qualitativamente redefinidas. Naturalmente, uma tal mudança, por sua vez, também significa que as tendências que apontam para a necessidade de uma alternativa socialista estão efetivamente bloqueadas enquanto as condições recém-criadas prevaleçam, habilitando o capital a manter seu controle sobre o metabolismo socioeconômico, graças à adequada refiguração da linha de menor resistência. Refigurada, de fato, de um modo que dificilmente poderia ser mais contrastante com os imperativos

13. K. MARX, *Grundrisse*, p. 408.

iniciais pela ampliação do círculo de consumo enquanto tal.

Este é o ponto onde podemos ver claramente a significação vital da taxa de utilização decrescente no desenvolvimento capitalista no século XX. Enquanto a taxa de utilização decrescente pode intensificar lucrativamente, e não somente multiplicar, o número de transações no círculo dado, não há razão nenhuma para correr o risco de "ampliar a perifeira da circulação". Conseqüentemente, vastos segmentos da população podem ser ignorados sem risco algum pelo desenvolvimento capitalista, mesmo nos países "avançados", para não mencionar o resto do mundo mantido em subdesenvolvimento forçado. Além disso, a complementaridade da contínua extorsão de mais-valia absoluta, não importa com que grandes avanços produtivos¹⁴, assegura que, ao se tomar necessário ampliar o círculo de consumo nos países capitalistas ocidentais, o capital seja bem compensado por isso e não tenha que se defrontar com as consequências potencialmente mais destrutivas da taxa decrescente de lucro, já que elas são eficazmente deslocadas não apenas por práticas monopolistas, mas também pela operação da taxa de utilização decrescente combinada com o mecanismo brutal da exploração de mais-valia absoluta.

Além do mais, uma vez que a taxa de utilização decrescente abre novas possibilidades para a expansão do capital, ela adquire um papel muito especial no processo de realização do capitalismo "avançado".

14. Realmente, como testemunha a tão decantada "transferência de tecnologia" capitalista para o "terceiro mundo", é possível combinar os mais altos níveis de produtividade com as mais altas - totalmente inconcebíveis em empreendimentos equivalentes nos "países-mãe" - taxas de exploração (com cargas horárias das mais desumanas, de acordo com as piores práticas da extração de mais-valia absoluta), rendendo correspondentemente níveis de superlucro inimagináveis e rápida amortização do investimento de capital aos "países metropolitanos".

Em primeiro lugar, em virtude da habilidade deste em lidar com as pressões emergentes da interação entre produção e consumo, devidas aos limites constringentes da perifeira da circulação dada, ela funciona como o meio insubstituível para realizar a requerida reprodução em escala ampliada, enquanto freia artificialmente a tendência para aumentar o próprio círculo de consumo. Na seqüência, entretanto, quanto maior a dependência do processo global de reprodução da taxa de utilização decrescente, mais, é óbvio, esta última se converte em um fim em si mesma, ao ser avaliada como a possibilidade de expansão ilimitada, na suposição de que a própria taxa pode ser reduzida sem grandes obstáculos. Em termos ideais, formulados do ponto de vista do capital (no mesmo espírito com que, sob condições históricas bastante diversas, economistas políticos postularam a "concorrência perfeita" como o modo ideal de funcionamento do sistema), quanto mais próximo o modo estabelecido de produção e consumo possam se aproximar da taxa de uso zero, tanto mais alcance tal aproximação automaticamente conferiria à produção contínua e à expansão ilimitada, tendo removido completamente o "transtorno disfuncional" - ou, nas palavras de Rosa Luxemburgo, "as extrava-gâncias e flutuações subjetivas" - do consumo atual.

Não importa quão absurda possa ser tal suposição em suas implicações finais, as práticas produtivas a ela associadas proporcionam, por um período considerável, uma base operacional poderosa para o desenvolvimento capitalista em circunstâncias onde o curso alternativo de ação, vislumbrado por Marx, só poderia intensificar as contradições do capital. Desta maneira, o objetivo e o princípio orientador da produção vem a ser: como assegurar a máxima expansão possível (e a correspondente lucratividade) na base de uma taxa de utilização mínima, que mantenha

a continuidade da reprodução ampliada.

Acontece que esse tipo de orientação se afirma espontaneamente, em primeiro lugar, como um imperativo objetivo e uma tendência da produção capitalista em empresas e ramos industriais particulares, bem antes de ser formulado em geral e implementado em ampla escala através do envolvimento direto de vários órgãos do estado. Naturalmente, a adoção de tal propósito favorece a emergência e o crescimento dominado daqueles tipos de empreendimentos econômicos que possam responder às exigências necessárias do processo produtivo em questão com o maior dinamismo e eficácia. Como resultado, sob o impacto dessas determinações, não é a ampliação da periferia da circulação que se constitui em tendência inextinguível do desenvolvimento capitalista, mas, ao contrário, a restrição artificial do círculo de consumo e a exclusão dele das massas "desprivilegiadas", tanto nos países avançados quanto no "terceiro mundo", graças às perversas possibilidades produtivas abertas ao sistema capitalista pela taxa de utilização decrescente.

2. O SIGNIFICADO DO COMPLEXO MILITAR-INDUSTRIAL

O agente disposto e capaz de romper o nó górdio de como combinar máxima expansão possível com taxa de utilização decrescente mínima apresentou-se ao capital na figura do complexo militar-industrial, após uma série de tentativas falidas em

II - A TAXA DE UTILIZAÇÃO E O ESTADO

2. O SIGNIFICADO DO COMPLEXO MILITAR-INDUSTRIAL

lidar com os problemas da superprodução de modo menos dissipador depois da crise econômica mundial de 1929/33. Ainda que os primeiros passos, com vistas a encontrar uma solução para a superprodução através da produção militar, tivessem sido dados já antes da Primeira Guerra Mundial, como vimos nas proféticas observações de Rosa Luxemburgo, sua adoção geral ocorreu somente após a Segunda Guerra Mundial.

Seguindo essa linha de orientação, as lideranças do capitalismo ocidental tomaram o exemplo dos "milagres econômicos" pós-1933 de Hitler, e o adaptaram às realidades sociopolíticas de suas instituições liberal-democráticas. Suas tentativas anteriores de ultrapassar a crise - através das estratégias combinadas da manipuladora "demanda administrada" (daí o ascenso à notoriedade da Madison Avenue) e de intervenções estatais do tipo "New Deal" - falharam miseravelmente na tentativa de resolver o problema do desemprego em massa e da depressão; até que, bem depois, as exigências expansionistas do esforço de guerra redefiniram radicalmente toda a estrutura da atividade econômica.

Além do mais, e apesar de todas as autocomplacentes mitologias keynesianas e neokeynesianas, a verdadeira base material da expansão foi o novo dinamismo do complexo militar-industrial já existente (mesmo que longe da expansão completa, como ainda é o caso) na época dos acordos de Bretton-Woods, que estes só ajudaram a intensificar. Desta maneira, as várias estratégias do keynesianismo foram antes complementares à expansão desembarçada do complexo militar-industrial, do que independentemente aplicáveis a condições verdadeiramente produtivas e também socialmente viáveis. (Se não mais, isto deveria ser uma advertência para todos aqueles que tentam divisar - nas linhas neokeynesianas -

"estratégias econômicas alternativas" para o futuro.) Afinal de contas, a teoria keynesiana já estava completamente desenvolvida quando se fizeram sentir os efeitos da crise de 1929/33, e em seus traços gerais bem antes disso. Ainda assim, foi um grito no deserto - apesar das excepcionais conexões do autor com o "establishment" - na ausência de um veículo material de implementação estatal adequadamente dissipador, mas, ao mesmo tempo, dinâmico e ideologicamente respeitável.

Naturalmente, não se pode exigir *uniformidade* no que se refere ao surgimento e à consolidação do complexo militar-industrial nos países de capitalismo avançado. Não somente porque a lei do desenvolvimento desigual continua a operar exatamente como antes, mas também porque em certos casos condições extra-econômicas bastante especiais foram impostas a estes, durante algum tempo, pelos vitoriosos nos anos do pós-guerra. Assim, Japão e Alemanha, por exemplo, foram restringidos pelos seus respectivos tratados de paz em relação às suas possibilidades imediatas de rearmamento, com conseqüências inevitáveis para a reconstrução relativamente lenta e seletiva de suas indústrias militares.

Indubitavelmente, a esse respeito o complexo militar-industrial norte-americano ocupa a posição superlativamente dominante desde o princípio, seguido pela Grã-Bretanha, França e Itália, proporcionalmente às suas possibilidades econômicas. Entretanto, não se deve ter a ilusão de que o desenvolvimento econômico do pós-guerra do Japão e da Alemanha nada tenha a ver com o sucesso do complexo militar-industrial. Na realidade estão vinculados a este de várias maneiras, tanto no plano de suas economias nacionais quanto internacionalmente. Mencionemos os meios mais importantes através dos quais seu próprio desenvolvimento depende do papel do complexo

II - A TAXA DE UTILIZAÇÃO E O ESTADO 2. O SIGNIFICADO DO COMPLEXO MILITAR-INDUSTRIAL

militar-industrial no pós-guerra:

Primeiro, com o estabelecimento das novas alianças militares, praticamente todas as restrições do tratado de paz original são rapidamente removidas, e, desta maneira, tanto o Japão quanto a Alemanha são habilitados a montar e expandir (praticamente tanto quanto o queiram) seus próprios complexos militares-industriais, virtualmente em qualquer campo da produção militar, com a única exceção dos armamentos nucleares.

Segundo, uma vez que a indústria militar - sob hegemonia norte-americana - é um empreendimento internacional, o Japão e a Alemanha participaram do seu desenvolvimento no pós-guerra desde um estágio bem inicial, direta e indiretamente, sob formas variadas, da óptica à eletrônica e da química à metalurgia. Tal participação é da maior importância para o estabelecimento e/ou modernização de ramos industriais inteiros, nos quais os "milagres" japoneses e alemães do desenvolvimento econômico do pós-guerra estão fundados.

Terceiro, a estreita interconexão entre as economias de todos os países capitalistas ocidentais e os Estados Unidos. Ocorre que este é o fator mais significativo para avaliar o verdadeiro peso e importância do complexo militar-industrial para o contínuo funcionamento "saudável" do capital global. Dado que a economia, de longe a mais ampla e dinâmica do mundo ocidental - a dos Estados Unidos - é sustentada em sua constante expansão, ao longo de todo o período do pós-guerra, por orçamentos astronômicos de defesa (apesar da ameaçadora dívida interna e externa dos EUA em constante crescimento). Ocorre que todas as sociedades capitalistas avançadas são profundamente dependentes, para sustentar os níveis de produção existentes em seus próprios países, do mercado em expansão dos Estados Unidos, que, por

sua vez, é impensável sem que garanta os astronômicos orçamentos (e déficits) de defesa, sobre os quais a dinâmica expansionista da economia americana como um todo tão fortemente se apóia.

Essas considerações - que também ajudam a explicar a atitude ocidental ante o problema da dívida americana - valem não só para o Japão e a Alemanha, mas também para todos os outros países de capitalismo avançado. Desta maneira, mesmo no caso dos países em que a participação direta do complexo militar-industrial local na economia nacional é relativamente pequena (comparada à dos Estados Unidos e poucos mais), a contínua expansão produtiva das economias nacionais concernentes não pode ser separada da importância global da produção militarista no sentido que acabamos de descrever, tendo em vista sua evidente e irremediável dependência da economia norte-americana e o preponderante complexo militar-industrial no interior desta.

II

A grande inovação do complexo militar-industrial para o desenvolvimento capitalista é a supressão de modo prático efetivo da distinção literalmente vital entre consumo e destruição. Esta "inovação" oferece uma solução radical para uma contradição inerente à autocolocação do valor como tal em todas as suas formas, ainda que só se torne aguda nas condições do capitalismo contemporâneo.

A contradição aqui referida emerge das várias barreiras objetivas à riqueza auto-expansiva, que têm de ser transpostas a qualquer custo, se o valor como

uma força operacional independente tenha que realizar a si mesmo de acordo com as determinações intrínsecas de sua natureza. É por isto que na Roma Imperial, como observou Marx, o valor alienado e independente, como riqueza orientada para o consumo, aparece como desperdício ilimitado, que logicamente tenta elevar o consumo a uma ilimitação imaginária pela devoração de saladas de pérolas etc.¹

O problema em questão é duplo. Em primeiro lugar é conceber os recursos limitados da sociedade e, portanto, à necessidade de legitimar sua alocação entre alternativas, não meramente exequíveis, mas efetivamente competitivas. E, segundo, diz respeito à constituição do próprio consumidor, ou seja, a todas as limitações naturais, culturais e socioeconômicas de seus apetites.

O complexo militar-industrial consegue se impor a ambas as restrições fundamentais. Pois, o primeiro aspecto, a antiga prática romana do "desperdício conspícuo" na forma da "devoração de saladas de pérolas", levando à irresistível conclusão de sua cadente gratuidade, é substituído pela verdadeira dissipação ilimitada de "devorar" recursos equivalentes a bilhões de tais saladas através dos anos, enquanto milhões incontáveis têm de suportar a inanição como seu "destino" inevitável, conseguindo se legitimar como um dever patriótico absolutamente inquestionável.

De modo similar, em relação ao segundo aspecto vital, o complexo militar-industrial remove com sucesso os tradicionais constrangimentos do círculo de consumo definido pelas limitações do apetite dos consumidores. A este respeito ele corta o nó górdio altamente intrincado do capitalismo 'avanzado' pela

1. K. MARX, *Grundrisse*, p. 270.

reestruturação do conjunto da produção e do consumo, de maneira a remover para todos os efeitos e propósitos a necessidade do consumo real. Em outras palavras, aloca uma parte massiva e sempre crescente dos recursos materiais e humanos da sociedade a uma forma de produção parasitária e *autófalica*, que está tão radicalmente divorciada, em verdade oposta, da efetiva necessidade humana e seu consumo correspondente, que pode visualizar como seu fim último e racional até mesmo a total destruição da humanidade.

III

Não há como enfatizar em demasia que o capital não tropeçou simplesmente nas soluções estruturalmente corporificadas na articulação institucional e nas práticas produtivas do complexo militar-industrial. Ao contrário, pode-se identificar aqui consistência e direção decisivas, no sentido de que as determinações e os imperativos que culminaram nas "soluções" que acabamos de ver, originalmente emergiram num estágio muito primário do desenvolvimento capitalista, mesmo que sob forma muito diferente. Pois o capitalismo enquanto tal é construído sobre a contradição insolúvel entre valor de uso e valor de troca, implicando a necessária subordinação, em essência muito destrutiva, do primeiro ao último. Esta contradição se manifesta desde o início como um refratário problema de *legitimação*, para o qual os apoletas do iníquo sistema capitalista do "individualismo possessivo" só podem oferecer soluções na forma de sofismas e mistificações, desde a

dedução cerebrina e racionalizada do uso explorador do dinheiro e do "consenso tácito" do pai fundador do liberalismo, John Locke², à fictícia "soberania do consumidor" da assim chamada "teoria da utilidade marginal".

De forma similar os constrangimentos originários das limitações práticas do apetite do consumidor são mal vistos e removidos, na medida do possível, ao longo da história do capitalismo. Tentativas desse tipo, de fato, crescem em intensidade paralelamente ao desenvolvimento das potencialidades produtivas do capital. Como se pode ver claramente no trabalho

2. Anatole France definiu (e condenou) com ironia a espúria liberdade e igualdade da sociedade liberal-democrata como a proibição geral, aplicada por lei a todos "sem discriminação", de dormir debaixo da ponte, independentemente da necessidade de quem tenha de o fazer. A verdadeira ironia é, naturalmente, que os apologistas da ordem social capitalista afirmam com toda seriedade essencialmente o mesmo critério que France satirizou. Desta maneira, Locke, numa tentativa de fortalecer seu vácuo conceito de *consentimento tácito*, para legitimar a total sujeição dos despossuídos ao sistema político que serve aos interesses das classes dominantes, exagera as noções de *propriedade* e de posse ao ponto de não mais impostrar "se essa posse da terra é para a semana, ou se é apenas estar viajando livremente pela estrada; e, com efeito, vai tão longe quanto o próprio ser de qualquer um dentro dos territórios desse governo" (J. LOCKE, *Two Treatises of Civil Government*, Livro II, § 119). Nas origens de tão espalhafatosa racionalização das relações do poder estabelecido, encontramos em Locke um sofisma igualmente apologetico através do qual ele consegue "deduzir" a correção da distribuição desigual da riqueza. Ele necessita desesperadamente de todo sofisma que consiga citar, pois o fôssco entre seu ponto de partida - o reconhecimento de que o "trabalho" a princípio outorga o "direito à propriedade" (ib., Livro I, § 45) - e o objeto de sua apologia legitimadora (que pressupõe a total sujeição e exploração do trabalho) não poderia ser maior. Porém, assim como a ficção do "consentimento tácito" o ajuda a se esquivar das dificuldades da legitimação política, do mesmo modo, no contexto da explicação das relações de propriedade estabelecidas, o postulado de um "consentimento comum para o uso do dinheiro" (ib.) e de um "consentimento mútuo" (ib., § 47) com relação aos benefícios gerais do dinheiro vêm em sua salvação. Pois, a partir deste postulado, pode-se convenientemente concluir que é evidente que o "consentimento dos homens assentiu uma posse desproporcional e desigual da terra" (ib., § 50).

de Mandeville, por exemplo, a "ética protestante do trabalho" e sua condenação da "luxúria" *nunca* poderiam representar mais do que um dos lados da moeda. No momento em que atingimos a época da "obsolescência planejada", parece ser difícil acreditar que alguém poderia ter dado, alguma vez, a menor atenção a tais regras de conduta.

Decerto, também a este respeito, a oposição do capital às suas próprias limitações tem que assumir uma forma contraditória. Daí a já mencionada enérgica aprovação de maiores salários para os trabalhadores de outros *capitalistas* - os bem-vindos com-pradores do que se oferece à venda - vinculada à exortação das virtudes do controle salarial em nome da "efetividade dos custos" e da "sadia administração doméstica"; racionalizações santificadas de interesses dominantes particulares fantasiados de valores universais. E desde que a expansão do valor de troca é a preocupação fundamental desta sociedade, toda forma de mistificação é usada para simular que a produção de uma quantidade sempre crescente de valor de troca, não importa quão obviamente dissipadora, está plenamente de acordo com os melhores princípios da "racionalidade econômica", correspondendo eficazmente a alguma "demanda real".

Assim, a questão do uso real é conjurada e o mero ato da *transação comercial* se torna o único critério relevante do "consumo", fundindo desse modo caracteristicamente os conceitos de uso e troca. Desta maneira, assim como antes testemunhamos a complacente e totalmente mistificadora equivalência do "produtor" com o *capitalista*, no intento de eliminar de cena o embaraçante produtor verdadeiro, o trabalhador, aqui estamos em face da tendenciosa identificação do comprador com o assim chamado "consumidor".

Graças a esta última mistificação, dois delicados problemas são convenientemente resolvidos de um só golpe. Primeiro, a questão, se há algum consumo real - correspondente a necessidades humanas - posterior ao passo preliminar necessário da transação "contratual", não pode sequer emergir desde que o próprio ato de transferência da mercadoria ao novo proprietário, em troca de dinheiro a ser reinvestido, completa o circuito da reprodução ampliada do capital. E, segundo, as mercadorias podem agora ser *atocadas* sem qualquer dificuldade na justificativa, uma vez que o ato de compra em si pode, em princípio, "consumir" uma quantidade *ilimitada* de bens (sem realmente consumir *absolutamente nada*), tendo em vista o fato de que não está ligado aos apêntes necessariamente limitados dos seres humanos reais.

Nesse sentido não é de modo algum acidental que Locke se preocupe tanto em efetuar uma rápida transição do uso real - em sua visão, estreito e dissipadamente circunscrito aos estrangimentos da natureza, como se evidência tanto pela perecibilidade dos objetos a serem consumidos, como pelas limitações dos próprios apetites humanos - para o *pseudoconsumo* emanado do "uso de dinheiro por consentimento mútuo". Pois este último propicia, segundo Locke, o fundamento justificável para "acumular" e "entesourar" riqueza, de modo que "um homem pode possuir legitimamente e sem dano mais do que ele próprio pode usar pelo recebimento de ouro e prata, que podem ficar longamente em sua posse sem se perder como excedente"³. De fato, pondo o carro na frente dos bois, Locke pode mesmo desfigurar as práticas artificiais e iníquas de entesouramento das riquezas sociais e exclusão de outros de seus

3. J. LOCKE, *op. cit.*, Livro I, § 50.

benefícios, apresentando-as não só como se estivessem em plena conformidade, mas também como diretamente originárias da própria natureza. Pois ele argumenta: "Você verá que um homem, ao encontrar algo que tenha uso e valor de dinheiro entre seus vizinhos, começará, neste instante, a aumentar suas posses"⁴.

A esse respeito é realmente irônico o modo pelo qual o círculo se fechou, da época de Locke ao presente, e como o solo original de justificação das práticas produtivas dominantes foi completamente re- virado. Pois o argumento principal de Locke (favorecendo o uso de dinheiro e justificando a acumulação grosseiramente iníqua de riqueza) era que estes, em conjunto, *eliminariam* o desperdício, o que obviamente deve ser do interesse de todo membro da sociedade. Entretanto, na época em que o sistema de acumulação advogado por Locke alcança sua completa articulação, o desperdício não é mais um lamentável aspecto marginal do modo de funcionamento deste sistema, mas uma parte integrante e deliberadamente cultivada dele. Realmente, neste sistema o desperdício de maneira alguma está restrito aos perecíveis produtos da natureza. Ao contrário, percorre profundamente todas as áreas de produção e consumo, e, assim, destrói completamente todas aquelas justificativas (e racionalizações) que Locke pôde agrupar em suas deduções a favor do sistema. O alegado fiador do apropriado uso econômico dos recursos disponíveis - a acumulação e a bem-sucedida auto-expansão da riqueza, que seriam ativas, como foi dito, pela "durabilidade" do dinheiro -

4. *Ib.*, § 49. Sua descrição, no § 48, de uma ilha imaginária desprovida de objetos naturais "adequados para tomar o lugar do dinheiro", serve aos mesmos propósitos que os de inventar uma justificativa "natural" para as relações estabelecidas de desigualdade, criadas pelo homem e institucionalmente preservadas.

converte-se no maior inimigo da durabilidade como tal e no agente da dissipação absoluta. Ironicamente, ele consegue por fim "levar o consumo a uma deglutição imaginária" ao inventar a perecibilidade instantânea até mesmo das substâncias materiais mais duráveis: ao "dar-lhes acabamento" na forma de instrumentos de guerra e destruição, que são dissipadores/destrutivos dos recursos humanos ao extremo, mesmo se jamais forem usados.

IV

O complexo militar-industrial não só aperfeiçoa os meios pelos quais o capital pode então lidar com todas essas limitações e contradições estruturais, mas também dá um "salto quantitativo", no sentido de que a meta e o tamanho absoluto de suas operações rentáveis se tornam incomparavelmente maiores do que poderia ser concebido nos estágios anteriores do desenvolvimento capitalista. Este salto quantitativo cita opções anteriormente inimagináveis, modificando deste modo qualitativamente a relação de forças a favor do capital, por um peioro diretamente proporcional ao porte das próprias opções produtivas recém-criadas.

Se as mistificações e os artifícios dos estágios anteriores lembravam os meios e métodos bastante toscos do vendeiro trapaceiro (que podia ser desmascarado, de qualquer maneira, com relativa facilidade), seus equivalentes sob o "capitalismo avançado" somente são comparáveis a alguma falcatrua multinacional de proporções gigantescas, envolvendo a manipulação de somas astronômicas entre terminais

de computador e o encobrimento até mesmo da mais fraudulenta transação⁵, graças a uma trama institucional ideologicamente bem embasada, na qual as atividades de defraudador, pagador, auditor, legislador e juiz estão todas reunidas numa só.

Por conseguinte, se uma porção maior dos recursos disponíveis é abertamente alocada à produção do desperdício, igualizando a produção dos meios de destruição à produção e ponto final, tudo isto há de ter lugar naturalmente, pelo estrito propósito inobjetivo de "prover empregos muito carecidos"! Nem é mais preciso considerar as dificuldades devidas aos limites dos apetites humanos e das rendas pessoais, pois o "consumidor" não é mais simplesmente o agregado disponível de indivíduos limitados. De fato, graças à significativa transformação das estruturas produtivas dominantes da sociedade capitalista do pós-guerra, em paralelo com o correspondente realinhamento de sua relação com o estado capitalista (tanto por motivos econômicos, quanto para assegurar a necessária legitimação ideológico-política), de agora em diante a fusão mística entre produtor/comprador/consumidor não é nada menos do que "a própria Nação".

Esta é outra inovação fundamental do complexo militar-industrial. Pois a desfiguração precedente, do comprador em consumidor, apenas conseguiu pôr

5. A este respeito, fala por si só a história de como este elefante branco tecnológico e permanentemente causador de prejuízos, o Concorde anglo-francês, foi imposto por governos clinicamente manipuladores a seus eleitores "soberanos", em ambos os lados do Canal da Mancha - que prometeram de início que os custos totais não excederiam 1,65 milhões de libras esterlinas, mas, de fato, assumindo gastos dez vezes maiores, e naturalmente ainda aumentados com cada ano de operação subsidiada. Para não mencionar os contratos de defesa, ainda mais lucrativos e "otimisticamente subestimados", que podem ser ocultados ao exame público pelo sigilo legalmente imposto, que protege as práticas fraudulentas do complexo militar-industrial em nome do "interesse nacional".

II - A TAXA DE UTILIZAÇÃO E O ESTADO

2. O SIGNIFICADO DO COMPLEXO MILITAR-INDUSTRIAL

de lado a embaraçosa questão dos apetites humanos e a tradicional exigência de produzir bens de uso real correspondentes a tais apetites, mas não foi capaz de oferecer soluções para as limitações financeiras vinculadas à "soberania do consumidor" individual, que frustravam as alienadas necessidades expansivas do próprio processo de realização capitalista. Somente a "Nação" poderia assegurar a satisfação da dupla exigência de proporcionar, de um lado, um fundo inexaurível, tornando possível a auto-reprodução ampliada do capital, e, por outro, um fôssco sem fundo que tragasse todo o desperdício resultante.

V

As conseqüências das mudanças e perversas inovações aqui examinadas não poderiam ser mais perturbadoras, quando se considera as positivas antecipações citadas dos *Grundrisse* (Nota 5 da Parte II). De fato, se adotamos uma leitura otimista da exploração conceitual de Marx sobre as potencialidades produtivas do capital, possivelmente concluiremos por um quadro geral gravemente distorcido das tendências atuais de desenvolvimento. Não obstante, no curso do último século, particularmente no período do após-guerra, a linha de menor resistência do capital foi profundamente reconstituída, de tal modo que a expansão da perifeira da circulação e o crescimento do valor de uso correspondente às necessidades humanas não são mais requisitos necessários da reprodução ampliada. Pelo contrário, graças às transformações e aos ajustes estruturais em curso,

permanecendo iguais as outras coisas⁶, torna-se possível anular, ou ao menos fazer retroceder significativamente as conquistas anteriores dos trabalhadores sobre as margens da mais-valia relativa, mesmo nos países capitalistas mais avançados, sem de súbito pôr em perigo o próprio processo de realização. Além do mais, não se deve esquecer que complexo militar-industrial *versus welfare state* não é meramente uma *contradição* gritante do capitalismo contemporâneo. É também, simultaneamente, uma *solução* efetiva, ainda que de maneira alguma permanente, para algumas das *contradições* da auto-reprodução do capital, sob a forma costumeira de seu deslocamento. A recente "combatividade" e os sucessos subsequentes da assim chamada "Direita Radical" - este legitimador ideológico arqui-conservador e porta-voz político dos interesses da classe dominante - indicam tanto a urgência das determinações subjacentes, quanto a habilidade da ordem dominante em seguir um curso que realmente reverta a tendência do pós-guerra para "ampliar a periferia da circulação" sem interromper seriamente, pelo menos até o momento, o metabolismo socioeconômico do capitalismo ocidental.

Dado que o capital enquanto tal é totalmente desprovido de medida e de um quadro de orientação humanamente significativo, no que se refere a seus objetivos de produção auto-expansivos, a

6. É importante destacar a necessidade de precisas definições históricas, econômicas e políticas a este respeito, já que as proverbiais "outras coisas" nunca são realmente iguais. Onde, as tentativas de anulação das conquistas dos trabalhadores devem contar com alguns obstáculos maiores, tanto no plano da luta sociopolítica, quanto em termos da dinâmica imanente das próprias determinações econômicas. Entretanto, uma avaliação mais detalhada desses temas não pertence a este contexto, cuja intenção principal é frisar que, devido a algumas importantes mudanças estruturais no curso do desenvolvimento capitalista do século XX, tornou-se possível, em princípio, contemplar, por enquanto, até as reversões mais drásticas das tendências anteriores, aqui discutidas, a favor do capital.

mudança da produção orientada pelo consumo para o "consumo" através da destruição pode emergir sem qualquer dificuldade maior no campo da própria produção. Ao mesmo tempo, os obstáculos para a necessária racionalização político-ideológica e legitimação de tais mudanças podem ser prontamente desmantelados, através da manipulação da "opinião pública" e o controle combinado dos meios de comunicação de massa pelos interesses privados dominantes e pelo estado capitalista.

Além do mais, o método para solucionar os problemas acumulados pela ativação dos mecanismos de destruição não é de modo algum algo radicalmente novo, que tivesse surgido somente com o desenvolvimento recente do capitalismo. Pelo contrário, esta é precisamente a maneira pela qual o capital tem conseguido se livrar, ao longo de sua história, das situações de crise: isto é, destruindo sem cerimônia unidades de capital excedentes e não mais viáveis, incrementando convenientemente deste modo a concentração e a centralização do capital, reconstituindo dessa maneira a rentabilidade do capital social total. A inovação do capitalismo "avançado" e de seu complexo militar-industrial é que agora a prática originária - que atenda às exigências excepcionais e emergenciais das crises - foi generalizada e tornou-se o modelo de normalidade para a vida cotidiana de todo o sistema orientado no sentido da produção para a destruição como procedimento corrente, em conformidade com a lei tendencial da taxa de utilização decrescente, capaz de se aproximar, teoricamente, do índice zero.

Esta recém-descoberta normalidade do sistema capitalista o habilita a deslocar (porém, naturalmente, não a eliminar) a contradição fundamental do capital desenvolvido: a superprodução. Pois, graças à habilidade do complexo militar-industrial para impor

suas necessidades à sociedade, o antigo pensamento desiderativo da economia política burguesa - a pretendida identidade entre oferta e demanda - é, *por ora*, realizada manipuladamente no interior de sua estrutura.

Marx censurou com acerto os economistas políticos que tentaram conjurar a contradição entre produção e consumo pela sugestão de que "Oferta e demanda são /.../ idênticas, e deveriam, assim, necessariamente corresponder uma à outra. A oferta, nominalmente, é por alegação uma demanda medida por seu próprio montante"⁷. Entretanto, o que os economistas políticos só puderam sonhar, agora é implementado com sucesso por decreto do todo-poderoso complexo militar-industrial, agindo em uníssono com o estado capitalista.

Assim, ambas, oferta e demanda, são cinicamente relativizadas para possibilitar a *legitimação da oferta atual pela "demanda" fictícia*. Como resultado, a oferta em questão (não importa quão dissipadora, perigosa, indesejável e destrutiva) é forçosamente imposta à sociedade por artifícios legais incontestáveis e se torna a suprema "demanda da Nação". É, de fato, verdadeira e efetivamente "medida por seu próprio montante"⁸, e protegida contra as limitações até dos mais elementares (mas, é claro, bastante

7. K. MARX, *Grundrisse*, p. 411.

8. Um dos aspectos mais sinistros da habilidade do complexo militar-industrial na pós-guerra, para "medir a si mesmo pelo seu próprio montante" e transformar sua oferta letal em demanda correspondente, foi a disseminação de ditaduras militares no "terceiro mundo", sob a tutela - e, frequentemente, sob a intervenção direta - das "grandes democracias liberais do ocidente". Longe de ser surpreendente ou paradoxal, isto revela uma conexão necessária. Pois o complexo militar-industrial do capital desenvolvido necessita desesperadamente de saídas econômico-militares que não consegue garantir prontamente - por uma série de razões que não podem ser aqui discutidas - dentro dos limites e das modalidades de legitimação de sua própria base doméstica. Assim, apesar da retórica dos "Direitos Humanos" e da

inconvenientes) critérios capitalistas do "cálculo racional de custos" por um estado mais que servil, através do incremento anual de orçamentos militares à prova de inflação, às custas de todos os serviços sociais e das reais necessidades humanas.

VI

Gravas a todas essas mudanças e variações, o capital adquire uma nova maneira de manejar as determinações objetivas do desenvolvimento socioeconômico, incluindo suas próprias contradições no plano da interação crucial entre produção e consumo, minimizando, por todo um período histórico, até mesmo as mais severas implicações desta última na erupção de crises. De acordo com isto, aclonados e "cientificamente" explorados os mecanismos de destruição correspondentes à linha de menor resistência do capital, em oposição direta à expansão do valor de uso humanamente significativo, *nenhum dos aspectos positivos teoricamente factíveis do desenvolvimento produtivo do capital, antecipados na citação anterior dos Grundrisse*, pode chegar a ser desfrutado dentro dos limites produtivos desta formação social.

Nesse sentido, a "severa disciplina do capital, agindo

"Aliança para o Progresso", estamos aqui em face de uma relação de complementaridade essencial, na qual a oferta perniciosa do complexo militar-industrial "avançada" não consegue gerar internamente a requerida "demanda efetiva" numa escala sempre crescente. Entretanto, por implicação, visto que a dinâmica do desdobramento socioeconômico e político - principalmente na América Latina, mas de maneira alguma somente aí, como mostram os distúrbios nas Filipinas e na Coreia do Sul - provavelmente minará a estabilidade das ditaduras militares no terceiro mundo, tal desenvolvimento pode levar a severas repercussões na viabilidade do complexo militar-industrial também nos países capitalistas "avançados".

sobre sucessivas gerações", nunca poderá fazer emergir um estado cuja sociedade possa ser caracterizada como tendo apropriada "indústria de guerra". Nem, de fato, o capital é capaz de produzir um círculo de consumo integral cada vez mais rico, bem como um desenvolvimento de necessidades correspondente a este último, através do qual "o trabalho excedente acima e além da necessidade" possa se converter numa "necessidade geral emergente das próprias necessidades individuais". Tais objetivos não só não podem ser alcançados dentro dos horizontes sociais do modo de produção capitalista, mas inclusive a tendência anterior à realização de suas condições mais elementares sobre um grave retrocesso, quando a linha de menor resistência do capital começa a estipular a brutal ejeção de um número crescente de pessoas do processo de trabalho, mesmo nos mais "avançados" países capitalistas, em lugar de englobar a totalidade da humanidade na busca efetiva da indústria geral e da produtividade genuína.

A mesma reversão ocorre no desenvolvimento da ciência e na transformação das práticas produtivas de acordo com suas potencialidades inerentes, que supostamente deveriam favorecer a expansão do valor de uso e a interação dialética da progressiva expansão do valor de uso com o desdobramento das necessidades humanas. Entretanto, como resultado das novas exigências e determinações do capital, a ciência é desviada de seus objetivos positivos, e a ela é designado o papel de ajudar a multiplicação das forças e modalidades da destruição, tanto diretamente, fazendo parte da folha de pagamento do complexo militar-industrial ubíquo e catastróficamente dissipador⁹, quanto indiretamente, a serviço da

9. Na Grã-Bretanha mais de 50% de toda a pesquisa científica é controlada pelo complexo militar-industrial, enquanto que nos

"obsolescência planejada" e de outras engenhosas práticas manipuladoras, divisadas para manter os lobos da superprodução longe da porta das indústrias de consumo.

Da mesma maneira, as necessidades alienadas e as perversas exigências produtivas da auto-realização do capital não só não permitem a criação dos "elementos materiais da rica individualidade, múltipla na sua produção como no seu consumo" nem, de fato, o pleno desenvolvimento de necessidades e potencialidades humanas (que é primariamente um desafio sociocultural), mas, pelo contrário, as necessidades artificiais da destrutiva expansão do capital tendem a competir com elas, a minar e, na freqüente ocorrência de incompatibilidades, a suprimir com extrema insensibilidade até mesmo as mais elementares necessidades da inegável maioria da humanidade. É compreensível, em vista disso, que a produção de uma "abundância cada vez maior" se converta num sonho cada vez mais ilusório - a luz que constantemente se afasta do fim de um túnel que constantemente se alonga - apesar do aumento assombroso das forças abstratamente "produtivas" da sociedade, que estão condenadas a permanecer abstratas e estéreis, mais ainda, *contra-produtivas*, por causa de sua incultracão social capitalista e dissipação destrutiva.

Estados Unidos a cifra se eleva para mais de 70%. E em ambos os casos a tendência é de aumento.

3. DAS "GRANDES TEMPESTADES" A UM CONTINUUM DEPRESSO: ADMINISTRAÇÃO DAS CRISES E AUTO-REPRODUÇÃO DESTRUTIVA DO CAPITAL

Talvez o aspecto mais significativo e de maior alcance da bem-sucedida redefinição pelo capital de sua própria linha de menor resistência seja o concernente ao modo radicalmente novo de administrar crises, comparado a um passado não muito distante. Aqui, de novo, uma citação dos *Grundrisse* é muito instrutiva. Em sua discussão da contradição entre produção e consumo (ou produção e troca) no capitalismo, e da percepção unilateral dos problemas em questão por parte dos economistas políticos burgueses, notadamente Ricardo e Sismondi, Marx escreveu: "O próprio Ricardo, naturalmente, suspeita que o valor de troca de uma mercadoria não é um valor à parte da troca, e que só se afirma como valor na troca; mas ele encara as barreiras que a produção encontra como acidentais, como obstáculos que são superados. Em vista disso, concebe a superação de tais obstáculos como sendo da essência do capital, ainda que freqüentemente se torne absurdo na exposição desta visão, enquanto Sismondi, em contraste, enfatiza não somente o choque com as barreiras, mas sua criação pelo próprio capital, e tem uma vaga intuição de que elas devem levar ao seu colapso. Em função disso, quer estabelecer obstáculo à produção desde o exterior, através dos costumes, leis etc., que, é claro, como barreiras meramente externas e artificiais, seiam necessariamente demolidas pelo capital. Por outro lado,

II - A TAXA DE UTILIZAÇÃO E O ESTADO 3. DAS "GRANDES TEMPESTADES"

Ricardo e toda sua escola nunca entenderam as verdadeiras crises modernas, nas quais esta contradição do capital descarrega a si mesma em grandes tempestades, que crescentemente o ameaçam como fundamento da sociedade e da própria produção¹.

Com certeza, a contradição aqui descrita por Marx é uma contradição insuperável da sociedade capitalista. A mudança dramática, entretanto, em contraste com a adequada caracterização feita por Marx das fases de desenvolvimento mais remotas, é que as crises capitalistas sob as novas condições - contanto que os pré-requisitos materiais e político-ideológicos destas possam ser objetivamente reproduzidos - não precisam assumir de maneira alguma a forma pela qual a contradição entre produção e troca "descarrega a si mesma em grandes tempestades".

Esta recente habilidade do capital, evitar tempestades nas circunstâncias atuais, é que tem sido mal entendida por Marcuse e outros como um fundamental remédio estrutural. Na visão destes, a natureza radicalmente alterada das condições predominantes é caracterizada pela "integração" das classes trabalhadoras e pelo triunfo do "capitalismo organizado" sobre as contradições do "capitalismo de crise"².

Na verdade, porém, o "capitalismo organizado" não está em nenhum sentido menos sobrecarregado por crises do que o assim chamado "capitalismo de crise". Muito pelo contrário, a elaboração e o aperfeiçoamento dos métodos de "administração das crises" emergem em resposta direta às pressões de uma crise em aprofundamento.

Também é bastante errôneo sugerir (como o faz

1. K. MARX, *Grundrisse*, p. 411.

2. Veja, por exemplo, o prefácio de 1966 de Lucien Goldmann - escrito sob a influência de Marcuse - para *The Human Sciences and Philosophy*, Jonathan Cape, Londres, 1969.

Lucien Goldmann, seguindo os passos de Marcuse) que "chegamos a uma transformação particular na evolução da sociedade ocidental, uma transformação marcada pela aparição de mecanismos econômicos auto-regulados"³, dado que o capitalismo, de fato, sempre tem sido regido pelos seus mecanismos auto-regulados, historicamente específicos. Com efeito, o poder auto-afirmativo de tais mecanismos é absolutamente inseparável da formação socioeconômica capitalista como tal, e constitui uma de suas características mais importantes, das que a definem como uma forma específica de controle social.

A inovação real dos desenvolvimentos do pós-guerra neste contexto pode ser apontada com precisão na passagem do padrão tradicional de consumo para um tipo muito diferente, no qual predominam os interesses do complexo militar-industrial. O novo sistema é caracterizado pela subutilização institucionalizada tanto de forças produtivas e de produtos, por um lado, quanto, por outro, pela crescente, antes contínua do que súbita, dissipação ou destruição

3. *Ib.*, p. 16. No tempo em que escreveu este prefácio, Goldmann estava na realidade tão convencido da durabilidade do novo sistema de "capitalismo organizado" que atribuiu significado positivo a alguns de seus aspectos mais problemáticos. Insistiu que "nossa crítica do capitalismo organizado (ou, para usar outro termo, da sociedade de consumo, a sociedade da produção em massa) não pretende levar ao passado ou questionar as condições positivas da sociedade moderna (sua elevação do padrão de vida, seus mecanismos reguladores que permitem à sociedade evitar particularmente crises severas etc.)" (*Ib.*, p. 19). O problema desta linha de raciocínio é que as vagas categorias de "sociedade moderna", "sociedade de consumo" e "sociedade de produção em massa" desviam a atenção do autor da dimensão mais importante das sociedades capitalistas "avanzadas, nomeadamente, a posição preponderante do complexo militar-industrial no seu metabolismo socioeconômico, com sua dissipação catastrófica de recursos que prejudica a perspectiva da mais grave das crises estruturais. Assim, unilateralmente, o que na realidade é constituído sobre a areia pode aparecer como sólidas conquistas, e a força dos "mecanismos reguladores" para evitar (não deslocar ou adiar) "crises severas" é exagerada para além de qualquer proporção.

dos resultados da superprodução, através da redefinição prática da relação oferta/demanda no próprio processo produtivo convenientemente reestruturado. É precisamente esta importante mudança na relação entre produção e consumo que habilita o capital a afastar, por enquanto, os colapsos espetaculares do passado, como o dramático craque de Wall Street em 1929. Por esta via, no entanto, as crises do capital não são radicalmente superadas em nenhum sentido, mas meramente "estendidas", tanto no sentido temporal, como no que diz respeito à sua localização estrutural no conjunto global.

Há que admitir que, enquanto a relação atual entre os interesses dominantes e o estado capitalista prevalecer e impuser com sucesso suas demandas à sociedade, não haverá grandes tempestades a intervalos razoavelmente distantes, mas precipitações de frequência e intensidade crescentes por todo lugar. Desta maneira, a antiga "anormalidade" das crises que se alternava com períodos mais longos de ininterrupto crescimento e desenvolvimento produtivo - sob as condições atuais pode se converter em doses diárias menores na normalidade do "capitalismo organizado". De fato, os picos das historicamente bem conhecidas crises periódicas do capital podem ser - em princípio - substituídos em conjunto por um padrão linear de movimento.

Seria, contudo, um grande erro interpretar a ausência de flutuações extremas ou de tempestades de súbita irrupção como a evidência de um desenvolvimento saudável e sustentado, mais do que como a representação de um *continuum* depressivo, que exhibe as características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica, com a perspectiva última de uma crise estrutural cada vez mais profunda.

Em última análise, a integração e difusão estruturais, institucionalmente salvaguardadas, dos componentes objetivos da crise capitalista - que temos testemunhado já faz algum tempo - não diminuem seu peso e severidade, não importa quão eficientes possam ser em sua função de deslocamento e "equalização".

Aperfeiçoar os mecanismos de "administração das crises" é uma parte essencial da reconstituição bem-sucedida do capital de sua linha de menor resistência, habilitando-o a confrontar seus limites inerentes e a deslocar com mais eficiência suas maiores condições nas atuais circunstâncias históricas. De igual modo, não pode haver dúvida de que, para se contrapor às novas aquisições e poderosas inovações do capital, será requerida a articulação de novas estratégias pelas forças socialistas, na atualidade completamente desconcertadas pela habilidade de seu adversário em manter sob controle as determinantes e manifestações tradicionais de suas próprias crises.

Todavia, os limites do capital permanecem estruturalmente intrascendíveis e suas contradições basicamente explosivas, não obstante o recorde da sociedade de mercadorias, no pós-guerra, em superar temporariamente esses limites, bem como em "difundir" e desengatilhar as contradições.

Os limites do capital não estão estaticamente dados, mas, sim, representam um desafio dinâmico tanto para o capital quanto para o trabalho. Na realidade, seus limites básicos se manifestam como os limites da reprodução ampliada, e é inerente à natureza do capital confrontá-los e dominá-los num incansável impulso à frente, a despeito das consequências. Entretanto, como Marx energeticamente,

acentuou: "Do fato de que o capital ponha cada um desses limites como uma barreira e daí a ultrapasse idealmente não se segue que realmente a tenha superado, e, desde que cada uma dessas barreiras contradiga sua natureza, sua produção se move entre contradições que constantemente são ultrapassadas, mas tanto quanto constantemente persiste. Mais do que isso, a universalidade para a qual tende irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, que, em certo nível do seu desenvolvimento, permitirá que aquela mesma seja reconhecida como o maior obstáculo desta tendência, e por isso tenderá para sua própria supressão"¹⁴.

E ainda é necessário expressar algumas palavras de advertência. Nem tanto com relação às antecipações otimistas da última sentença, que não nos concernem diretamente neste contexto. Em todo caso, Rosa Luxemburgo acentuou os pontos precisos a este respeito, quando insistiu na dramática alternativa entre "socialismo ou barbárie". Pois o capital só pode, quando muito, seguir adiante até ao ponto da apreensão da própria alternativa, mas não até sua solução pela sua própria supressão. Muito pelo contrário, esta perigosa lógica interna do capital só o pode levar a resolver a alternativa em seu próprio favor, abortando radicalmente as perspectivas de uma saída socialista, através de suas bárbaras determinações materiais.

O ponto aqui em debate concerne à modalidade dominante pela qual o capitalismo contemporâneo pode impor seus imperativos estruturais (e crises subsequentes) à sociedade com a colaboração do estado crescentemente intervencionista. Como vimos, o "capitalismo organizado" não é menos, porém mais profundamente afetado pelas crises do que o chamado

"capitalismo de crise". Ainda assim, ele parece ser capaz de agüentar dificuldades e emergências de magnitude anteriormente inimaginável como um fato natural. As barreiras que o capital "encontra na sua própria natureza", tanto na produção quanto no consumo, não parecem afetar significativamente seu poder de auto-expansão. Também seu fracasso manifestado em efetivar, no plano da produção, "a universalidade para a qual tende irresistivelmente" não parece minar seu poder de dominação social universal, mesmo nas regiões produtivamente mais subdesenvolvidas.

Para compreender estas desconcertantes características do capitalismo contemporâneo, uma distinção vital tem de ser traçada entre *produção* e *auto-reprodução*. A razão pela qual esta distinção é tão importante estriba em que o capital não está em absoluto preocupado com a produção enquanto tal, mas somente com a *auto-reprodução*. De modo análogo, o "irresistível impulso para a universalidade" do capital só concerne à sua tendência para a expansão global no interesse de sua auto-reprodução, mas não aos interesses da produção humanamente significativa e recompensadora.

Naturalmente, sob determinadas circunstâncias históricas, auto-reprodução ampliada do capital e produção genuína podem coincidir num sentido positivo. Enquanto isto se dá, o sistema capitalista pode cumprir seu "papel civilizador" de incrementar as forças produtivas da sociedade e estimular, não somente ao ponto permitido, mas também ditado por seus próprios interesses, a emergência da "indústria geral". Entretanto, as condições necessárias para a produção genuína, e aquelas da auto-reprodução ampliada do capital, não só não precisam coincidir sempre, como, pelo contrário, podem mesmo se opor diametralmente.

Em forte contraste com a articulação social do capital, predominantemente produtiva, na época de Marx, o capitalismo contemporâneo atingiu o estágio em que a *disjunção radical* entre produção genuína e auto-reprodução do capital não é mais uma mera possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Pois, hoje, as barreiras à produção capitalista são suplantadas pelo próprio capital na forma que assegura sua própria reprodução - em tamanho sempre maior e em constante crescimento - inevitavelmente como *auto-reprodução destrutiva*, em oposição antagonônica à *produção genuína*.

Neste sentido, os limites do capital não podem mais ser conceituados como meros obstáculos materiais para um incremento maior da produtividade e da riqueza sociais, e assim como uma *trava* ao desenvolvimento, mas como um desafio direto à própria sobrevivência da humanidade. E, em outro sentido, os limites do capital podem se voltar contra ele, enquanto controlador todo-poderoso do metabolismo social, não quando seus interesses colidam com o interesse social geral de incrementar as forças da produção genuína (o primeiro impacto de tal colisão pôde ser sentido, de fato, há muito tempo); mas somente quando o capital não é mais capaz de assegurar, por quaisquer que sejam os meios, as condições de sua *auto-reprodução destrutiva*, causando assim o colapso do metabolismo social global.

Como vimos antes, o capital é totalmente desprovido de medida e de um quadro de orientação humanamente significativos, enquanto que seu impulso interior pela auto-expansão é *a priori* incompatível com os conceitos de controle e limite, e desde logo com o de uma *auto-transcendência* positiva. É por isto que corresponde à linha de menor resistência do capital levar as práticas materiais da *destrutiva*

auto-reprodução amplificada ao ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global, em lugar de aceitar as requeridas restrições positivas no interesse da produção para a satisfação das necessidades humanas.

Houve tempo em que contemplar a produção da abundância e a suplantação da escassez era inteiramente compatível com o processo e as aspirações capitalistas. Hoje em dia, dentro do horizonte do "desenvolvimento" e da "modernização" capitalistas, tais objetivos aparecem somente nas racionalizações ideológicas dos mais cínicos apologistas do sistema estabelecido. Este fato apenas, se nada mais, já nos diz muito sobre o verdadeiro significado da reconstrução estrutural do capital - em estreita conjunção com os ajustes correspondentes nas operações de suporte, diretas e indiretas, do estado capitalista - nas últimas décadas.

Há muito tempo, na época de Mandeville, o propósito maior no que tange ao papel do estado era usar seu poder, no interior do país, de modo que a "propriedade fosse bem assegurada" e que "o pobre fosse guardado estritamente para o trabalho"⁵, e, internacionalmente, de maneira a sustentar as forças do capital em sua empresa de expansão colonial, no interesse da riqueza crescente das "nações de intensa atividade"⁶.

Hoje a situação é radicalmente diferente. Não com relação a "garantir a propriedade" e "guardar o pobre estritamente para o trabalho"; objetivos que têm de permanecer como propósitos permanentes do sistema pelo tempo que o modo de produção

5. Bernard MANDEVILLE, *The Fable of the Bees: Our Private Vices, Public Benefits*, editado com uma introdução de Philip Harri, Penguin Books, Harmondsworth, 1970 (publicado pela primeira vez em 1705), pp. 256-257.
6. *Ib.*, p. 135.

capitalista e seu estado sobrevivam. A diferença radical é visível no fato de que o estado capitalista precisa agora assumir um papel intervencionista direto em todos os planos da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental. Pois, sem tal intervenção direta no processo metabólico social, não mais em situações de emergência, mas em base contínua, o extremo desperdício do sistema capitalista contemporâneo não pode manter sua existência.